



PROFHISTÓRIA

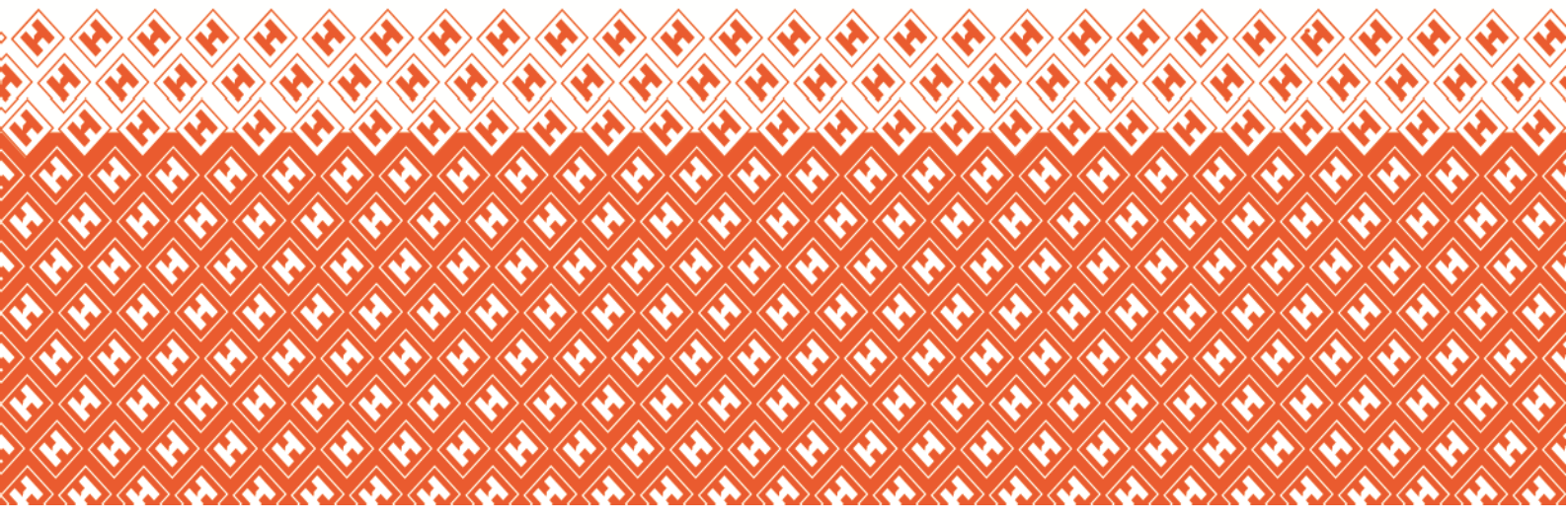
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Viviane da Silva Lopes

Sankofa- Centro de Cultura e História
Afro-Brasileira: uma proposta Didático-
Pedagógica Antirracista

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Fevereiro/ 2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA –
PROFHISTÓRIA**

**SANKOFA – CENTRO DE CULTURA E HISTÓRIA AFRO-
BRASILEIRA: UMA PROPOSTA DIDÁTICO- PEDAGÓGICA
ANTIRRACISTA**

VIVIANE DA SILVA LOPES

*Sob a Orientação da Professor
Drº Alain Pascal Kaly*

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Profissional de Ensino de
História – PROFHISTÓRIA – da
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro – UFRRJ, como requisito para a
obtenção do grau de **Mestre em Ensino
de História.**

Seropédica, RJ
Abril de 2024

FICHA CATALOGRÁFICA

1864s lopes, Viviane da Silva, 1981-
Sankofa - Centro de Cultura e História Afro
brasileira: Uma proposta didático-pedagógica
antirracista / Viviane da Silva lopes. - SEROPÉDICA
RJ, 2024.
115 f.

Orientador: ALAIN PASCAL KALY. Tese(Doutorado).
- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PROFHISTÓRIA, 2024.

1. Sankofa. 2. Educação Antirracista. 3. Ensino de
História . 4. Lei: 10.639. I. KALY, ALAIN PASCAL, 1966
, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PROFHISTÓRIA III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA



TERMO Nº 170 / 2024 - PROFHIST (12.28.01.00.00.00.79)

Nº do Protocolo: 23083.014548/2024-45

Seropédica-RJ, 18 de março de 2024.

Nome do(a) discente: **VIVIANE DA SILVA LOPES**

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **MESTRA EM ENSINO DE HISTÓRIA**, no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - Curso de MESTRADO área de concentração em Ensino de História.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 28 de fevereiro de 2024

Banca Examinadora

Dr. JURANDIR DE ALMEIDA ARAÚJO, UNEB Examinador Externo
à Instituição

Dra. REGINA MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO, UFRRJ
Examinadora Interna

Dr. ALAIN PASCAL KALY, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 01/04/2024 08:59)
ALAIN PASCAL KALY
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepthRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1766614

(Assinado digitalmente em 18/03/2024 20:07)
REGINA MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 1809331

(Assinado digitalmente em 19/03/2024 14:28)
JURANDIR DE ALMEIDA ARAÚJO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 929.125.915-20

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **170**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **18/03/2024** e o
código de verificação: **012242a805**

AGRADECIMENTOS

Ao Deus da minha vida, ser superior, que amo e louvo, pelo privilégio de ser cuidada e amada durante este milagre de existir.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior- Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À minha família, Valdira Maria, minha mãe e Sebastião Lopes, meu pai, que sofreram com todo tipo de privação, inclusive o direito de criação de uma filha, para que eu pudesse estudar e ter oportunidade de uma vida melhor. Ao meu marido, Guilherme Schmidt e filho, Lyncon Lopes, que sempre acreditaram em mim, quando eu mesmo duvidei, que me apoiaram e foram esteio nos diversos momentos de dificuldades.

À minha querida amiga, musa inspiradora, Marize Conceição, que sempre me incentivou e abriu caminhos, para que eu tivesse coragem de lutar essa luta.

A todos os colegas professores e professoras da Escola Municipal Professora Iramar da Costa Lima Miguel, que abraçaram o projeto de uma educação antirracista dentro da UE e de forma colaborativa vem tornando este sonho em realidade.

À Alain Pascal Kaly, meu Orientador, que com muita empatia me acolheu e com muita dedicação auxiliou na leitura, escrita e tomadas de decisões que transformaram esta dissertação em realidade.

A todos os professores que durante o curso de Mestrado contribuíram para a pesquisa, orientando sobre possíveis caminhos e acreditando que a educação é uma, senão a mais potente, forma de luta contra o racismo.

“A educação modela as almas e recria os corações”

Paulo Freire

RESUMO

LOPES, Viviane da Silva. **Sankofa- Centro de Cultura e História Afro-Brasileira: Uma proposta Didático – Pedagógica Antirracista**, RJ. 2024. 115p Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

O presente trabalho de dissertação, no âmbito do Ensino de História, propõe a análise da aplicação da lei 10.639 dentro da Escola Municipal Professora Iramar da Costa Lima Miguel e apresenta o projeto de criação do SANKOFA- Centro de Cultura e História Afro-Brasileira. A proposta é o desenvolvimento de um trabalho colaborativo com toda a comunidade escolar onde o projeto está sendo considerado válido, visto que docentes, discentes, responsáveis, demais funcionários e equipe diretiva são agentes de educação antirracista, protagonistas do processo de busca pela igualdade racial na qual o *Sankofa* se insere. Como procedimento metodológico faremos o uso de pesquisas qualitativas referentes ao auto declarações raciais de alunos e professores, refletindo os resultados dentro do contexto histórico, racial e identitário no Brasil e as necessidades e ausências de suporte para a aplicação da Lei 10.639, necessária ao processo de construção das políticas públicas de igualdade racial, de combate e superação do racismo. Também propomos pesquisa feita através de questionário com perguntas mistas via Google Forms, sobre os conhecimentos e aplicações da Lei 10.639 pelos professores de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e I e EJA da Unidade Escolar onde o trabalho está sendo proposto. A partir dessas pesquisas desenvolveremos, juntos, o *Sankofa*, que tem como alguns de seus objetivos refletir sobre a importância de apoio e intencionalidade para a aplicação da lei 10.639, desenvolver possibilidades de conscientização do corpo docente e discente da escola, bem como da comunidade escolar, sobre a importância de colocar em prática as determinações da Lei 10.639, possibilitar a formação contínua de professores e da equipe escolar em tempo de serviço, que irão aplicar, junto aos alunos, em sala de aula e fora dela, as determinações da Lei 10.639. Como resultados, apresentamos a estrutura do Centro de Cultura e História Afro-Brasileira e sua atuação em 2023, descrevendo algumas atividades realizadas, materiais produzidos e mudanças de convívio entre alunos, reconhecendo a necessidade do respeito e valorização entre eles. Há um dito popular que diz “*Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura!*”, é exatamente o que propomos, insistir no cumprimento da lei 10.639 cotidianamente, criando suporte para sua eficácia dentro da escola acima referida. Não podemos cumprir a lei somente em novembro, pois a igualdade racial é uma luta diária!

Palavras-chave: Educação Antirracista. Ensino de História. Lei 10.639. SANKOFA

ABSTRACT

LOPES, Viviane da Silva. **Sankofa- Center for Afro-Brazilian Culture and History: A Didactic proposal – Anti-Racist Pedagogy**, RJ. 2024. 117p Dissertation (Master's in History). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

This dissertation work, within the scope of History Teaching, proposes the analysis of the application of law 10.639 within the Escola Municipal Professora Iramar da Costa Lima Miguel and presents the project to create SANKOFA- Center for Afro-Brazilian Culture and History. The proposal is to develop collaborative work with the entire school community where the project is being considered valid, since teachers, students, guardians, other employees and the management team are agents of anti-racist education, protagonists in the process of seeking racial equality in which Sankofa falls under. As a methodological procedure, we will use qualitative research regarding the racial self-declarations of students and teachers, reflecting the results within the historical, racial and identity context in Brazil and the needs and absences of support for the application of Law 10,639, necessary for the process of construction of public policies for racial equality, combating and overcoming racism. We also propose research carried out through a questionnaire with mixed questions via Google Forms, on the knowledge and applications of Law 10,639 by Early Childhood Education, Elementary School I and I and EJA teachers at the School Unit where the work is being proposed. Based on this research, together we will develop Sankofa, which has as some of its objectives to reflect on the importance of support and intentionality for the application of law 10,639, to develop possibilities for raising awareness among the school's teaching staff and students, as well as the school community. , on the importance of putting into practice the determinations of Law 10,639, enabling the continuous training of teachers and school staff during service time, who will apply, together with students, in the classroom and outside, the determinations of Law 10,639 . As results, we present the structure of the Center for Afro-Brazilian Culture and History and its activities in 2023, describing some activities carried out, materials produced and changes in interaction between students, recognizing the need for respect and appreciation between them. There is a popular saying that says “Soft water in hard rock, it hits until it pierces!”, which is exactly what we propose, insisting on compliance with law 10,639 on a daily basis, creating support for its effectiveness within the school mentioned above. We cannot comply with the law only in November, as racial equality is a daily struggle!

Keywords: Anti-racist education. History Teaching. Law 10.639. SANKOFA

Figura 1: Negros no fundo do porão.....	41
Figura 2: Início da reforma da saleta onde se localiza o Sankofa.....	71
Figura 3: Apresentação do Projeto Sankofa ao corpo docente.....	73
Figura 4: Página do PPP da Escola Iramar onde está escrito oficialmente o projeto Sankofa como um projeto da escola.....	73
Figuras 5 e 6: Local físico onde se localiza o Sankofa, porta de entrada e interior.....	75
Figuras 7 e 8: Formação continuada e palestras realizadas pelo suporte Sankofa.....	77
Figura 9 e 10: Jogos matemáticos africanos e afro-brasileiros.....	78
Figura 11: Passeio a Pequena África.....	79
Figura 12: Passeio ao MUHCAB.....	79
Figura 13: Mural sobre protagonismos negros.....	80
Figuras 14: Roda de capoeira organizada pelo Sankofa.....	80
Figuras 15 e 16: Apresentação do Sankofa no Congresso ProfHistória e no Congresso NI pela Igualdade Racial.....	81
Figura 17 e 18: O cabelo da Lelê na Educação Infantil.....	82
Figura 19: Figurinhas WhatsApp Adinkras	83
Figura 20: Aula povos Ashantes e os Adinkras.....	84
Figura 21: Roda de conversa sobre tolerância religiosa.....	85
Figura 22: Aula sobre Racismo Religioso.....	86
Figura 23: Oficina de Tranças.....	87
Figura 24: Tranças feitas pelas próprias alunas de forma colaborativa.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Autodeclarações raciais Educação Infantil	52
Gráfico 2: Autodeclarações raciais Ensino Fundamental Anos iniciais.....	52
Gráfico 3: Autodeclarações raciais Ensino Fundamental Anos Finais	53
Gráfico 4: Educação de Jovens e Adultos	53
Gráfico 5: Total de autodeclarações raciais dos discentes da Escola Iramar 2023	54
Gráfico 6: Autodeclarações raciais dos discentes da Escola Iramar em 2023.....	55
Gráfico 7: Declarações de aplicação da lei 10.639.....	58
Gráfico 8: Declarações de frequência da aplicação da lei 10.639	59

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA A APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO - RACIAIS	22
1.1. O Racismo no Brasil como constructo social, político e econômico	23
1.2. O Papel da Educação e da escolarização no combate ao racismo.....	30
1.3. Educação das relações étnicas-raciais na prática brasileira.....	38
CAPÍTULO 2 QUE ESCOLA SOMOS NÓS?	44
2.1. Caracterização da Escola.....	44
2.1.1. Perfis da comunidade escolar	49
2.1.2. Limites e possibilidades: O que dizem as Professoras e Professores sobre a Lei: 10.639 e suas aplicações.	56
CAPÍTULO 3: SANKOFA EM AÇÃO !.....	66
3.1. Sankofa, uma construção coletiva	69
3.1.1. Alguns exemplos de atividades desenvolvidas através do Sankofa	81
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	90
ANEXOS.....	93
ANEXO I: QUESTIONÁRIO GOOGLE FORMS USADO PARA FAZER A PESQUISA COM CORPO DOCENTE.....	93
ANEXO II: PLANOS DE AULA.....	94
PLANO DE AULA: EDUCAÇÃO INFANTIL.....	94
PLANO DE AULA: ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS.....	98
PLANO DE AULA: ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS.....	101
PLANO DE AULA: EJA.....	106
ANEXO III: ENTREVISTA COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....	109
ANEXO IV: DOCUMENTAÇÃO DA MATRÍCULA.....	114

INTRODUÇÃO

“Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje”
Ditado Iorubá.

A presente dissertação é fruto das minhas vivências, da minha própria história ..., mas não somente minhas, pois as questões que permeiam a escrita e desenvolvimento deste projeto não se esgotam em mim ou em minha história, representam anseios, dores, vitórias e vozes coletivas, algumas ativas e vivas e outras ativas, mas que já não estão entre nós. Então, por favor eu peço licença, permitam-me que eu fale de mim e das minhas “Escrevivências” que de acordo com a criadora do termo, Conceição Evaristo (2016, p.38)

A ideia de Escrevivência talvez possa trazer algo novo para a teoria da literatura pensar. Parece-me que o conceito de autoficção, de escrita de si, de narrativas do eu, e até de ego-história, quando um historiador resolve, por meio do aparato da ciência que ele conhece, narrar a sua vida, como sujeito histórico, como sujeito da história de seu tempo, o conceito de Escrevivência pode ser pensado por parâmetros diferentes(...) a Escrevivência extrapola os campos de uma escrita que gira em torno de um sujeito individualizado. Creio mesmo que o lugar nascedouro da Escrevivência já demande outra leitura. Escrevivência surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade.

Sou hoje uma mulher negra, de 42 anos, nascida no município de Nova Iguaçu (Baixada Fluminense) e que com meses de vida foi morar no distrito de Piaçu, no Espírito Santo, estado de origem dos meus pais. Essa mudança se deveu ao falecimento do meu avô paterno e a necessidade do meu ainda jovem pai retornar as terras onde nasceu para juntamente com seus irmãos decidirem o que fariam com a pequena casa e os poucos hectares de terra que agora herdavam. A minha mãe não coube muita escolha, embora não quisesse retornar ao local onde sofreu bastante, com a grande intensidade de trabalho que existe no meio rural e todo patriarcalismo que lhe é característico, de acordo com a criação /educação dada a mulher, ela seguiu seu marido. E meu pai, também movido por tradições familiares, se prendeu a terra que era de sua família e se viu obrigado a dar continuidade ao trabalho de meu avô, decidindo voltar a fincar suas bases ali no meio rural.

A vida da minha família mudou drasticamente, pois no Rio de Janeiro meu pai tinha um bom emprego, com plano de saúde e outros benefícios e minha mãe pode realizar o sonho de dar continuidade aos seus estudos, pois possuía apenas a alfabetização. Já em terras capixabas a ótica tradicional de dona de casa e trabalhadora rural voltava a ser seu cotidiano, estudo era um luxo que não poderia usufruir. E assim começa minha infância... vendo meus pais

trabalharem de domingo a domingo, pagar dívidas deixadas por meu avô e terem conflitos constantes pelos sonhos perdidos. Contudo, porém, nunca me faltou amor! Faltou o conforto de coisas teoricamente simples como uma cama ou energia elétrica, faltou luxo de por exemplo nunca ter visto uma televisão até os 10 anos de idade e esporadicamente faltou o básico de não ter o que comer ou comer canjica (daquelas amarelas, feitas com resto de milho triturado) por dias e dias a fio. Mas nunca me faltou o essencial: amor, respeito, exemplo e diálogo.

Fui crescendo e me tornando parte daquela estrutura. Meu pai me acordava às 4:30 da manhã antes de ir para o cafezal e dizia no meu ouvido: “O café está no terreiro, não deixe molhar”. Eu já não dormia completamente mais, ficava meio dormindo e meio acordada, pois era minha responsabilidade aos 11 anos cobrir o café em caso de uma chuva repentina, por isso ficava atenta ao barulho. Se não chovia até umas 6:00 da manhã eu me levantava do chão e me arrumava para ir à escola- a melhor parte do meu dia. Era longe e eu ia a pé, então precisava sair de casa com alguma antecedência. Eu ia feliz da vida, batendo galho nas dormideiras do caminho e apanhando alguma frutinha madura... chegava na escola, que se localizava na pequena cidade próxima onde morávamos e me lembro do afeto das minhas professoras que me recebiam com muito carinho e sempre entediavam quando eu tinha que sair correndo quando o céu escurecia e a chuva estava armada para cair.

Me lembro também da crueldade de alguns colegas de sala, que praticavam bullying comigo por não morar na cidade, por chegar suada e esporadicamente suja e ter muitas dificuldades de aprendizagem. Mas o que mais me machucava era o racismo, eram as ofensas ligadas ao meu cabelo crespo e a cor da minha pele, parda na certidão de nascimento, preta de tanto trabalhar no sol e “neguinha da senzala” na boca de algumas crianças, que hoje eu entendo, só reproduziam algo que aprendiam e não era pessoal e sim estrutural. Eram frutos de uma estrutura escravista, patriarcal e racista, que infelizmente vigora no Brasil até hoje, 30 anos após o relato desta memória. Chorava muito, reclamava com meus pais, que me diziam: “Deixa isso para lá! ”. Meu pai, talvez por proteção ou por não compreender a importância daquele lugar, tentou me dissuadir a sair da escola várias vezes. Já minha mãe insistia que eu resistisse e não abrisse mão dos meus sonhos e estudo, como ela havia feito.

Com 12 anos tivemos que nos mudar para a cidadezinha próxima ao sítio onde morávamos, pois eu tenho uma irmã, 1 ano mais nova, que morava desde o nascimento lá com minha vó materna, ela tinha uma doença que necessitava de cuidados constantes e minha mãe temia que morando na roça não houvesse tempo para que chegássemos ao posto de saúde ou na casa do Dr. Zaede com ela. Minha vó estava muito cansada e sem condições de cuidar de minha irmã e de outros netos e meu tio materno, que morava em Queimados (Baixada Fluminense do

RJ) resolveu trazer minha vó para morar com ele e cuidar dela. Nós ficamos na casa que era de minha vó. Pensei que agora seria tratada diferente, afinal, eu iria morar na cidade.

Nada mudou! Nem as “brincadeiras”, nem o preconceito, nem os olhares que me inferiorizavam... me lembro como se fosse hoje de minha mãe passando o ferro de passar com carvão no meu cabelo e fazendo touca (prática de puxar o cabelo e prender com muitos grampos) para alisar meu cabelo ou me ensinando a puxar e apertar várias vezes o meu nariz logo cedo para que ele fosse “afinando” com o tempo (prática que tive que me disciplinar para perder). Eu saía na rua me sentindo a menina mais linda do mundo. Balançando meu cabelo alisado. Claro que não ficava lisinho de verdade, apenas diminuía o volume e ao me ver nessa tentativa frustrada, mais me “zoavam” e chamavam de “neguinha do cabelo duro alisado”. Nem sei quantas centenas de vezes acordei mais cedo para molhar o cabelo na água gelada do tanque bem cedinho antes de ir para a escola ou passei banha de porco para tentar “domar” os cachos...e escrevendo agora essas memórias me lembro da personagem Pecola de O Olho Mais Azul quando Toni Morrison escreve “ Toda noite, sem falta, ela rezava para ter olhos azuis. Fazia um ano que rezava fervorosamente. Embora um tanto desanimada não tinha perdido a esperança. Levaria muito tempo para que uma coisa maravilhosa como aquela acontecesse. Lançada dessa maneira na convicção de que só um milagre poderia socorrê-la, ela jamais conheceria a própria beleza. Veria apenas o que haveria para ver: os olhos das outras pessoas”.

O racismo é uma forma de violência tão cruel que te faz querer ser como seu algoz, uma espécie de Síndrome de Estocolmo, onde eu queria ter os fenótipos brancos do cabelo liso, do nariz fino, da magreza... e o querer virava busca e todo tipo de mutilação que ela traz consigo. E ainda refletindo nas palavras de Morrison “ Como é que se aprende isso. Quem disse a ela? Quem a fez sentir que era melhor ser uma aberração do ser o que ela era”? Fico ainda me perguntando como as palavras, olhares e julgamentos da sociedade tem o poder de nos moldar segundo seus padrões impostos e de tirar da gente o que há de mais precioso: nós mesmos.

Apesar da dor fui me fortalecendo, aprendi que se se quisesse ter o que meus colegas brancos tinham por direito de nascimento, eu teria que me esforçar dobrado. Estudava muito, lia tudo o que podia, meu pai achava um jornal velho na rua, trazia para eu ler e ficava orgulhoso de me ver lendo bem e explicando coisas. Comecei a trabalhar vendendo bananas, pois na cidade dinheiro era uma forma de ter respeito e ser aceito em lugares, como o grupo da pracinha no domingo à tarde, na roça eu não tinha essa percepção. As boas notas e o dinheiro começaram a me trazer “amigas brancas”, que se aproximavam de mim por que eu podia pagar o sorvete ou explicar o processo de fotossíntese e eu sabia disso. Mas eu também me aproximava delas

para ter a atenção dos meninos ou os elogios das outras meninas. Era um jogo de interesses que eu achava que precisava aos 12 anos.

Ficamos, eu e minha irmã, apenas 1 ano morando na cidade. A saúde dela não estava bem e minha mãe queria muito voltar para o Rio de Janeiro, mas meu pai se recusava a “abandonar” as terras que tinham sido de seu pai. Então minha mãe teve uma ideia/estratégia para forçá-lo a ir para o Rio de Janeiro, onde na cabeça dela teríamos uma vida melhor. Ela ligou para meu tio, irmão dela, e pediu que acolhesse a mim e minha irmã em sua casa sob os cuidados de minha vó, novamente. Disse que era questão de tempo para que ela e meu pai fossem para lá também, pois ele não aguentaria ficar longe das filhas. Meu tio aceitou. Meu pai não concordou, mas ela estava disposta dessa vez em deixá-lo para trás, pois agora não se tratava apenas de seus sonhos e vida e sim de suas filhas, que ela não queria que crescessem sem estudo (já que a escola da cidade oferecia apenas o Ensino Fundamental).

Vimos para o RJ sozinhas, eu e minha irmã, que nunca tínhamos visto uma outra cidade, fomos colocadas dentro de um ônibus sozinhas, eu com 13 e ela com 12 anos, para que meu tio nos recebesse na rodoviária da Central do Brasil. Foi um dos dias mais difíceis da minha vida. Eu já estava acostumada a não ter muitas coisas, mas nunca tinha ficado sem meu pai. Minha mãe abaixou e falou olhando nos meus olhos e apertando minha mão: “Faço isso por que amo vocês! Não chore! Cuide de sua irmã, ela é menor e precisa de você! Você é forte e pode enfrentar qualquer coisa! ”. Minha mãe já sabia que era preciso ver o mundo para se pensar nele e ocupar um espaço que também era de meninas pretas como eu.

Hoje, sendo mãe de um menino lindo de 15 anos, que é tudo para mim, não consigo imaginar a dor daquela mulher em abrir mão da convivência com suas duas filhas, tudo para ela, para que tivessem oportunidades que ela não teve. Muitas vezes a ideia de amor que temos é um amor egoísta, onde pensamos primeiro no nosso bem-estar e querer, sem avaliar se isso é o bem para o ser amado. Esse amor genuíno de minha mãe me faz refletir constantemente e me faz acreditar no que diz o *Manifesto Antropofágico* do modernista Oswald de Andrade (1928, p. 22): “Só o outro me interessa. Afinal, é no encontro que nossa existência faz sentido”.¹

A vida melhor que nos esperava não foi tão melhor assim. Minha vó, já bem velhinha, não tinha condições físicas e financeiras de cuidar de mais duas netas, sendo que já cuidava de outros. A casa era pequena e não cabia todos com conforto, meu dormitório continuou sendo o

¹ O termo Manifesto Antropofágico defendia a criação da poesia brasileira de “exportação”, valorizando o uso da “língua literária”, além de explicar a antropofagia, conceito que propunha “deglutir” a cultura europeia chegada ao Brasil e “digeri-la” sob a forma de uma arte essencialmente brasileira.

chão, agora ainda tinha que desviar de uma goteira que caía exatamente sobre minha cabeça. O estudo não era tão fácil também, afinal minha vó, minha responsável, não tinha condições de correr atrás de vaga em escola para nós e participar ativamente de nossa educação. Entendi rápido que se eu não fizesse por mim ninguém poderia fazer e consegui a vaga sozinha na escola, implorando a secretária, dona Idoméia, que me deixasse levar os papéis para minha vó assinar em casa.

Comecei a estudar e nessa escola, diferente da outra, haviam muitas meninas iguais a mim, pretas. E elas se achavam lindas e não prendiam os cabelos e nem molhavam todo dia, me pareciam livres. Me juntei a elas e comecei a aprender sobre minhas origens africanas e sobre tudo que poderíamos ser e fazer. Comecei a ter menos vergonha de mim e entender que eu tinha o meu lugar. Passei a integrar o Grêmio da escola, fazer teatro, dança e tudo o que pudesse. Eu queria ganhar o mundo.

Mas em casa as coisas estavam cada dia mais difíceis e a saudade dos meus pais era gigante. Piorou muito para mim, quando meu tio e minha vó decidiram que não estava dando para cuidar de todos e que iriam me mandar para morar com minha tia. Eu chorei muito, não queria ficar sem minha avó e irmã. Mas sem escolha aos 14 anos eu fui. Morei com 3 tias diferentes. Sofri demais com maus tratos, com preconceitos, com agressões emocionais e físicas. Meus pais mandavam dinheiro mensalmente para ajudar nos nossos custos, as vezes com um presente e sempre junto com uma carta.

Os presentes nunca chegavam até mim. As cartas eu recebia se não fizessem menção aos presentes. O dinheiro eu nunca soube como era gasto, as vezes eu tinha comida, as vezes não. Às vezes eu tinha roupa, que não servia na minha prima, e as vezes não, as vezes eu tinha remédio e as vezes acreditava no que diziam, era frescura, e apenas suportava a dor até passar... mas a pior situação que passei foi sem dúvida, ter que dormir durante meses com uma faca debaixo do travesseiro para me proteger de um primo que queria me estuprar e minha tia, a mãe dele, se recusava a acreditar nisso e dizia que era invenção da minha cabeça para voltar para casa de minha vó... assim eu trocava de casa de tia e ia vivendo uma diáspora lutando para viver um dia novamente com meus pais. Demorou, mas meu pai aceitou vir embora para o Rio de Janeiro, eu estava com 16 anos. Não sei se pela saudade ou pela crise que afetava a agricultura e piorava cada vez mais a vida deles no Espírito Santo. Vieram para casa de minha vó, que já não cabia mais ninguém e ainda teve que recebê-los.

Eu que buscava proteção e apoio, comecei aos 15 anos namorar um menino da escola e aos 17 me casei com ele. Foi a primeira vez que tive uma cama para chamar de minha. Neste mesmo ano minha mãe morreu, após me ver formada em Formação de Professores, trabalhando

em minha primeira escola e casada. Ainda hoje, eu sigo, estudando e lutando para ser tudo o que posso ser, para ocupar lugares que também são meus, para não desistir dos meus sonhos e para impactar positivamente a vida daqueles que cruzarem meu caminho...

A minha história se assemelha em muitos pontos com as de diversas meninas e meninos negros e pobres deste país. Acreditamos ser importante refletir, quantas dessas histórias não seriam diferentes caso houvessem mais escolas e professores preparados para promover a educação para relações étnico raciais e o resgate da ancestralidade e autoestima destes alunos e alunas.

E fazendo essa reflexão, hoje, ocupando o papel de professora há 25 anos e diretora escolar há 1 ano, justificamos a importância de nossa pesquisa por julgar importante e essencial o desenvolvimento de práticas antirracistas e suporte para o desenvolvimento dos alunos e alunas da Escola Municipal Professora Iramar da Costa Lima Miguel localizada no município de Nova Iguaçu.

O fato de conhecer a escola e a comunidade escolar e ter trabalhado em diversos setores da instituição me dão base para dialogar com a comunidade do entorno, integrantes de cada turno como um todo e construir de forma coletiva e colaborativa, práticas que desenvolvam a Educação para as Relações Étnico- Raciais, sendo esse nosso objetivo principal: Oferecer suporte ao corpo docente da Escola Municipal Professora Iramar da Costa Lima Miguel através do SANKOFA- Centro de Cultura e História Afro-Brasileira para a aplicação de práticas Didático- Pedagógicas antirracistas. Como objetivos específicos propomos apreciar a formação docente com relação a Educação Antirracista desenvolvendo uma abordagem de formação continuada dentro do espaço escolar, avaliar a necessidade de formação para aplicação da lei 10.639 em serviço e dentro da Unidade Escolar, questionar como a História, enquanto campo de conhecimento e disciplina escolar pode contribuir para reflexão das Relações Étnico- Raciais de outras áreas que não somente as Ciências Humanas, destacando as relações de interdisciplinaridade construídas neste processo e propor materiais referentes a cultura e história Afro-Brasileira específicos a cada disciplina componente do currículo escolar. Desse modo, visamos cumprir a função de igualizar o acesso à história do povo negro e diminuir os preconceitos raciais, buscando um modelo educacional que aborde uma visão decolonial de cunho antirracista, contribuindo para uma escola mais coesa e justa.

O ditado que dá título à essa introdução, se refere exatamente sobre isso... nossas lutas, sonhos e realidades não começaram agora, são anteriores ao nosso tempo e pessoa, nas palavras de Beatriz no Nascimento (1990, p. 6)

Eu não sinto que eu vim, eu sinto que eu voltei. E que de alguma forma, meus sonhos e minhas lutas começaram muito tempo antes da minha chegada”. Essa luta e sonho não são só minha ou de minha mãe, são de todas as pessoas que resistem e insistem em não deixar para lá, que entendem que precisamos resgatar nossa história, recontá-la a partir das nossas perspectivas e ressignificar momentos, usando fatos feitos para machucar como forma de cura e fortalecimento. Concordo com Azoilda Loretto Trindade quando diz que “Contudo, estamos caminhando, seguindo trilhas e pistas, deixadas por quem nos antecedeu, criando e deixando outras e cientes dos muitos passos que teremos que dar na construção de uma sociedade sem racismo, incluindo passos para dentro de cada um de nós, passos que nos permitam contato com nossa subjetividade e nossa mentalidade mais arraigada que muitas vezes fazem de nós, seres mais que contraditórios, seres que “atiram no pé” e nos companheiros e nas companheiras de luta e construção, o famoso “fogo amigo”.

Em 2023, comemoramos duas décadas de um importante avanço na luta pela igualdade racial no país: a criação da lei 10.639 (alterada para 11.645/2008) que tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira, africana e indígena em todas as escolas do Brasil, sendo elas públicas ou particulares, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

Embora eu considere a lei um avanço, uma vitória, uma conquista de vários setores da sociedade, não poderia deixar de questionar e criticar a necessidade de uma lei para obrigar o ensino da cultura e história africana em escolas brasileiras.

Sendo o Brasil o país com maior população negra fora da África (acordo com informações divulgadas pelo Ministério das Relações Exteriores em 2010), com 54% da população se autodeclarando negra de acordo com o IBGE em 2020, sendo o continente africano o berço da civilização humana, com influências e contribuições culturais, científicas, religiosas, etc., fundamentais para nosso entendimento como seres humanos em todo o planeta Terra, sendo o racismo causa de conflitos, dor e morte no Brasil e no mundo, sendo a história da Europa e Ásia ensinada nas escolas brasileiras (currículo eurocentrado)... por que houve a necessidade de uma lei para ensinar o que seria natural e necessário? Se fosse uma questão resolvível com leis não bastaria o artigo 5º da nossa Constituição Federal “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” ou o artigo 3º, inciso XLI “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Ou ainda o Código Penal Brasileiro tipifica no artigo 140 como injúria qualificada quando elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem são usados para ofender a dignidade de alguém. E também a novíssima Lei 14.53/2023 que alterou a Lei 7.716/1989 e tipificou o crime de injúria racial como crime de racismo. Não seriam todas elas suficientes para que o racismo não existisse e vivêssemos em um país mais justo com garantias para todos? Não! Infelizmente não se trata apenas de leis, embora todas elas sejam de extrema importância para a luta antirracista e para a conquista dessa sociedade equânime.

Por isso, que fique claro, que não sou contra as leis, mas penso ser vergonhoso a necessidade da existência de leis para que as diferenças sejam respeitadas, para que todos tenhamos os mesmos direitos e que culturas e histórias sejam ensinadas.

Conforme Angela Davis (2015, p. 2) em *A liberdade é uma luta constante* “O chamado ao diálogo público sobre raça e racismo é também o chamado ao desenvolvimento de um vocabulário que nos permita estabelecer conversas construtivas. Se tentarmos usar um vocabulário historicamente obsoleto nossa consciência sobre racismo permanecerá superficial, e podemos facilmente sofrer pressão para admitir , por exemplo, que mudanças nas leis produzem espontaneamente mudanças efetivas no mundo social”, as leis acima por si só não trazem as mudanças ou garantias que suas palavras expressam pois a sociedade sobre a qual elas incidem são fruto de uma construção histórica e sistemática, que cria padrões de dominação, segregação e hierarquização das pessoas de acordo com vários critérios como gênero, classe e raça, por exemplo.

Segundo Bárbara Carine (2023, p. 36) “Historicamente o conceito de raça surgiu na modernidade europeia como um importante marcador de hierarquização humana que possibilitou distinção entre as pessoas a fim de categorizá-las e classificá-las do ponto de vista estético (fenotípico)” Era uma lógica supremacista : se eu diminuo o outro e faço com que ele acredite nisso, eu o domino” e segundo Porfirio (2022, p.8) “ O preconceito racial é caracterizado pela convicção da existência de indivíduos com características físicas hereditárias, traços de caráter e inteligência e manifestações culturais superiores a outros pertencentes a etnias diferentes”

Todavia, 20 anos após a promulgação dessa fundamental lei será que ela foi, realmente, implementada? “Quais são os avanços depois da criação”?; “Quais os desafios? ”; “Quais as interpretações que os diferentes sujeitos fazem dela? ”; “Qual a atuação do poder público municipal, estadual e federal para a implementação da lei? ”; “Quais as análises de professores e equipes escolares a respeito deste tema? ” São muitos os questionamentos e problematizações, principalmente se esses forem pensados a nível nacional, o que, evidentemente, não seria a pretensão, delimitando, então, o trabalho a uma escola do município do Estado do Rio de Janeiro.

O Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004, instituiu as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana, a serem observadas pelas instituições em todos os níveis de ensino. A resolução tem por base o Parecer CP/CNE nº 3, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação em 19 de maio de 2004. As

decisões do Conselho Nacional de Educação cumprem a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB) para tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica.

A lei dispõe que o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos africanos; a luta dos negros no Brasil; a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História.

É de grande importância avaliar o que diz as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, documento nacional e amplamente divulgado entre as escolas para orientar professores e equipes escolares a respeito do cumprimento da lei. Qual o principal objetivo da lei 10.639?

Assegurar o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. (Brasil, 2003, p. 9)

A quem se destina essa lei 10.639?

Destina-se, o parecer, aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros. (Brasil, 2003, p. 10).

Qual a finalidade da lei 10.639?

Oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe A divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. (Brasil, 2003, p. 10).

Quais os meios consultados para a elaboração da lei 10.639?

Grupos do Movimento Negro, a militantes individualmente, aos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, a professores que vêm desenvolvendo trabalhos que abordam a questão racial, a pais de alunos, enfim a cidadãos empenhados com a construção de uma sociedade justa, independentemente de seu pertencimento racial”. (Brasil, 2003, p. 10).

Não há dúvidas da importância dessa lei para a diminuição do preconceito racial e para uma sociedade mais igualitária e justa, porém a existência da lei não garante eficácia. Duas décadas após sua criação as escolas ainda estão se adequando a aplicação da lei 10.639. No município onde se localiza a escola onde o projeto se desenvolve as formações para professores dentro da temática da lei 10.639 são insuficientes e não contempla a todos os professores do município e de acordo com entrevista feita com a Secretária de Educação do município² não há dotação orçamentária específica para o desenvolvimento de práticas antirracistas nas escolas municipais. Mais uma vez vou citar Izoilda Loretto de Trindade (Revista a Cor do Brasil, p. 7)

Precisamos de recursos financeiros, precisamos convencer as parceiras e parceiros da real importância desta temática, precisamos nos ouvir, nos conhecer e reconhecer e com nosso repertório afro e indígena ousar criar novas e impensadas epistemologias inclusivas, libertadoras, libertárias e revolucionárias (...)

Nesse sentido, projetos que visem viabilizar, dentro das escolas, o cumprimento da Lei 10.639/10.648 são fundamentais para dar suporte a professores e equipes. Esta é nossa proposição ao fundar o Centro de Cultura e História Afro-Brasileira na Escola Municipal Professora Iramar da Costa Lima Miguel (SANKOFA).

O conceito de *Sankofa* origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua *Akan* da África Ocidental. Em *Akan*, pode ser traduzido por “não é *tabu* voltar atrás e buscar o que esqueceu”. Como um símbolo *Adinkra*, *Sankofa* pode ser representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando, no bico, um ovo; o futuro; também se apresentando como um desenho similar ao coração ocidental. Os *Ashantes* de Gana usam os símbolos *Adinkra* para representar provérbios ou ideias filosóficas. *Sankofa*, portanto, ensinaria a possibilidade de voltar atrás, as nossas raízes, para poder realizar nosso potencial e avançar. *Sankofa* é, assim, uma realização do eu, do individual e do coletivo.

O que quer que tenha sido perdido, esquecido, renunciado ou privado pode ser reclamado, reavivado, preservado ou perpetuado. *Sankofa* representa os conceitos de autoidentidade e redefinição; simboliza uma compreensão do destino individual e da identidade

² A entrevista com a Secretária de Educação do Município de Nova Iguaçu está transcrita na íntegra nos anexos desta dissertação.

coletiva do grupo cultural; é parte do conhecimento dos povos africanos e expressa a busca de sabedoria em aprender com o passado para entender o presente e moldar o futuro.

Propomos o ensino da cultura e história africana e afro-brasileira com intencionalidade, com planejamento, com sonho de uma sociedade mais equânime, com desejo e poder de escolha e não somente devido a ordens de hierarquias administrativas superiores, por marketing ou para prestar conta de um currículo que trata o tema como cota, conforme Bárbara Carine (2023, p.1) em Como ser um educador antirracista “...intencionalidade pedagógica (não se ensina despretensiosamente, o ato educativo é planejado) e há sistematicidade dos conteúdos a serem socializados, ou seja, existe um currículo que é intencional e reflete um projeto histórico assumido por suas pessoas mentoras. Um educador ou educadora forma a juventude para o modelo de sociabilidade que ele/a almeja, por isso é preciso haver um sonho por trás de todo ato pedagógico”

“Por que a criação de um Centro de Cultura e História Afro-Brasileira é importante”? Em pesquisa formal feita junto aos professores, submetida e aprovada pelo Comitê de Ética (Número do Certificado de Apresentação Apreciação Ética: 75644323.8.0000.0311) deixa evidente a necessidade de uma formação docente constante, pois a grande maioria dos professores não tiveram disciplinas/aulas sobre cultura e história africana nas universidades, esporadicamente não há interesse ou condições de buscar essas formações por conta própria e a desinformação torna-se um entrave, afinal ninguém pode ensinar aquilo que não sabe “O desconhecimento minimiza os ganhos, maximiza as perdas, enaltece o eterno cativo da desinformação e dificulta as ressignificações provenientes do conhecimento. Reforça os abismos que fortalecem o preconceito, oculta as identidades, a diversidade de culturas, demoniza o desconhecido e amplia o preconceito... O impacto desse conhecimento se reflete na luta antirracista e no caminho que busca uma sociedade mais equânime” e um suporte maior para fazer o *link* entre as disciplinas e a cultura e história afro-brasileira que inclusive está previsto na lei 10.639.

A correria, a falta de tempo e o excesso de trabalho, comum a maioria dos professores da escola, faz com que as pesquisas por novos materiais, busca por diferentes metodologias e usos de múltiplos recursos, por exemplo, sejam atividades difíceis de serem executadas, segundo o corpo docente da escola. Também foram apontados como entraves para aplicação da lei a resistência do corpo discente e de seus responsáveis para acolher e receber estes novos conhecimentos a respeito da cultura e história africana, vide serem de maioria evangélicos fundamentalistas e não se reconhecerem como negros.

O *Sankofa* será de grande auxílio e importância para este suporte, além de poder atuar, também, junto aos alunos e à comunidade escolar, promovendo a formação e desenvolvimento da autoestima dos sujeitos negros e negras que formam a comunidade, auxiliando, ainda, no resgate de origens e afirmação de identidades, ajudando a construir uma escola que inclua todos os sujeitos e seus saberes, que promova a ancestralidade e ludicidade de conhecimentos ligados a história e cultura afro- brasileira e africana, para que um dia a história do povo negro seja simplesmente a história de todos nós “ Por uma escola antirracista que conte a nossa história negra e dos povos originários em suas aulas, que reconheça a importância e dá um futuro digno aos nossos descendentes, para seguirmos em nosso trilhar viabilizados no presente, a partir da nossa existência e resistência .

É importante destacar que o projeto da criação do *SanKofa* tem a aprovação da Secretaria de Educação de Nova Iguaçu, município onde se localiza a escola, e reconhece e valoriza a importância de projetos que visem a efetivação da Lei 10.639 e de ações que promovam a igualdade racial.

Colocadas todas essas questões, apresentamos a estrutura desta dissertação, dividida em três capítulos que aprofundam a história do racismo no Brasil e a luta educacional para combater este ato perverso, esmiuçando a pesquisa feita na Escola Municipal Professora Iramar Lima Miguel, mostrando os sujeitos e a realidade deste território e apresentando as ações realizadas com o suporte do Centro de Cultura e História Afro-Brasileira como um viabilizador e facilitador de práticas antirracistas.

No primeiro capítulo mostramos todo o arcabouço construído sobre o conceito de racismo, o domínio de uma raça sobre outra e as consequências deste processo histórico sobre a sociedade e a educação brasileira. Tecemos também um panorama da luta educacional no Brasil para combater o sistema racista, apontando as bases teóricas para a implantação de uma educação antirracista dentro da escola.

No segundo capítulo desvendamos que escola é essa em que o trabalho está sendo proposto. Qual sua territorialidade, quem são os sujeitos que a compõem, quais seus pensamentos e aflições e qual o papel da escola frente as discussões antirracistas e a lei 10.639.

No terceiro capítulo apresentamos o projeto de criação do Sankofa, o Centro de Cultura e História Afro-Brasileira, mostrando sua origem, estruturação, metodologia e ações realizadas.

Concluimos apresentando uma síntese de todo o processo da pesquisa, mostrando a importância da formação docente com relação a Educação Antirracista de forma continuada dentro do espaço escolar, questionando como a História, enquanto campo de conhecimento e disciplina escolar pode contribuir para reflexão das Relações Étnico- Raciais de outras áreas

que não somente as Ciências Humanas, destacando as relações de interdisciplinaridade construídas neste processo e fornecendo materiais referentes a cultura e história Afro-Brasileira específicos a cada disciplina componente do currículo escolar. Ao final do trabalho apresentamos a bibliografia utilizada durante a pesquisa, anexos contendo imagens e materiais elaborados durante o processo.

CAPÍTULO 1 - BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA A APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS

Em um país racista, não basta dizer que queremos uma educação democrática e com qualidade social para que negras e negros tenham o direito de permanecer na escola com dignidade desde a educação básica ao ensino superior. E para que os não negros aprendam a ser antirracistas. Há que se mexer nas relações de poder, nos espaços de representação política, no mercado de trabalho, bem como nas diretrizes e nas bases da educação. Há que se modificar currículos, formação de professoras e professores, inovar os processos de gestão. E, simultaneamente, é necessário lutar pela democratização da sociedade e pela garantia de direitos, principalmente para os excluídos dentre os quais, encontra-se a população negra.

Nilma Lino Gomes (artigo Por uma Educação democrática e antirracista, 2006)

Concordamos com Gomes quando diz que a democracia e qualidade social para os excluídos, entre eles a população negra, não se conquista apenas com querer e boa vontade. As estruturas sociais, econômicas, religiosas e culturais do Brasil estão alicerçadas sobre bases desiguais, patriarcais e racistas e a transformação que queremos e buscamos só virá após mudanças estruturais, que implicam perda de privilégios e inversões de poder, o que torna a luta tão difícil.

1.1 O racismo no Brasil como constructo social, político e econômico.

A partir de anos recentes muito se tem falado em EREER- Educação para as Relações Étnico- Raciais, certamente a criação da lei 10.639 em 2003 muito contribuiu para que isso acontecesse. Mas conceitos como etnia e raça, não são novos nos estudos das ciências humanas. De acordo com o sociólogo Antônio Sérgio Guimarães (1999, p. 13):

Raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se ao contrário, de um conceito que se denota tão-somente, uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endo determinado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social.

Entendemos que a separação ou divisão da humanidade em raças não é algo natural ou biológico, não nascemos com nenhuma característica que nos superiorize ou inferiorize. Mas assim que nascemos, em nosso primeiro documento social, nossa certidão de nascimento, já

vem especificado a qual grupo étnico-racial pertencemos. Somos classificados de acordo com nossas características físicas, como cor dos olhos, espessura do nariz, dos lábios, textura do cabelo, etc., mas, como citado, ainda bebês recebemos essa classificação social, mesmo com todas essas características ainda não tão nítidas, ficando óbvio que o principal fenótipo usado para nos classificar é a cor da pele. Marca que nos acompanha durante toda a vida e não deveria ser levada em conta para nenhum impedimento de oportunidade ou direito, mas como bem sabemos, não é a realidade que vivemos. Etnia, de acordo com Cashmore (2000, p.196):

Um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, pelo menos em forma latente, de terem origens e interesses comuns. Um grupo étnico não é um mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas

Ou seja, um grupo que congrega as mesmas origens, cultura, costumes, língua, formam uma etnia. E em se tratando de um mundo diverso, temos várias etnias e essa diversidade cultural, linguística e de modos de vida, deveria ser encarada de forma bela e natural, mas conforme o conceito de raça, o conceito de etnia também sofre juízo de valor, por se tratarem de construções sociais, econômicas e políticas. A diferença é algo natural. A politização da diferença é algo humano, construído. A questão não são as diferenças ou as igualdades, e sim, o julgamento de superioridade ou inferioridade aferido sobre estes conceitos, e aí chegamos a um jogo de poder perverso e bem estruturado, criando-se o conceito de racismo.

É de grande importância lembrarmos que uma das primeiras instituições a se formar e fortalecer no mundo foi a igreja. As crenças religiosas têm um peso considerável sobre as organizações das sociedades e a igreja, se colocando originalmente como a intermediadora entre o ser humano e Deus/deus, tem poder para dizer quem são os filhos de deus, feitos a sua imagem e semelhança e quem nasceu destituído desta humanização e por isso, marcado para ser escravizado. Segundo o professor Munanga (2000, p. 24):

O racismo e as teorias que o justificam não caíram do céu, eles têm origens mítica e histórica conhecidas. A primeira origem do racismo derive do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo o nono capítulo da Gênese, o patriarca Noé, depois de conduzir por muito tempo sua arca nas águas do dilúvio, encontrou finalmente um oásis. Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho, ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura fez, junto aos seus irmãos Jafé e Sem comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos dois filhos descontentes da risada não lisonjeiras de Cam, amaldiçoou este último, dizendo: seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos

Falar de racismo no Brasil é bastante complexo, pois como disse Abdias do Nascimento (2013, p.81):

O racismo no Brasil se caracteriza pela covardia. Ele não se assume e, por isso, não tem culpa nem autocrítica. Costumam descrevê-lo como sutil, mas isto é um equívoco. Ele não é nada sutil, pelo contrário, para quem não quer se iludir ele fica escancarado ao olhar mais casual e superficial...

Mas por que entender a estruturação do racismo em terras brasileiras, já que o que se propõe é uma pedagogia antirracista? No nosso entendimento é preciso expor as formas em que este sistema se solidificou para entender como combatê-lo. Somente compreendendo as nuances da criação do racismo, podemos agir em suas bases, nos apropriando de seus conceitos, enfraquecendo-o e buscando a sonhada equidade.

Diferente de outros países, como os Estados Unidos ou a África do Sul por exemplo, onde houve um sistema declarado de separação com base no conceito de raças, no Brasil o racismo se construiu e estruturou de forma esgueirada, sobre mitos ou ideias de exotismos folclóricos, não dando a sociedade a clara percepção do que estava acontecendo, principalmente após a abolição da escravatura, embora houvesse clara e intencionalmente uma segregação racial. Dizemos isso, pois durante a condição de escravizado no Brasil, o negro sabia exatamente o que estava vivendo ou como era tratado e não havia por parte da raça, classe e instituições dominantes a mínimo intensão de escamotear a dominação ou mercantilização da pessoa negra, conforme Luciana Guimarães (2023, p. 30):

É possível afirmar que uma das justificativas para a forma de pensar o negro de modo inferiorizado em sua condição humana decorre da certeza, construída nos primeiros anos da escravidão, de que os negros africanos eram indivíduos amaldiçoados e, por isso, deveriam ser escravizados...

Diante de um mundo capitalista, estruturado em relações de poder bélico e econômico, a Europa, de maioria branca, dita as regras de quem tem ou não valor, de quais culturas são ou não são relevantes. Neste contexto histórico a exploração das riquezas do continente africano se justifica, sob a ótica do direito de dominar e espoliar, que a branquitude acredita possuir, e sobre a ótica que os africanos não merecem possuir aquela riqueza. Neste mesmo contexto a diáspora negra é o início deste processo genocida e largamente praticado em nosso país: a escravidão, a coisificação das pessoas negras, a mercantilização de vidas negras.

Não podemos deixar de apontar que mesmo com o sistema escravista instituído e organizado de forma legal os negros e negras escravizados seguiram resistindo heroicamente da forma como podiam às desumanas jornadas e formas de trabalho compulsório, a violência extrema e aos mais diversos tipos de privação e humilhação. Negros e negras libertos e também escravizados, se organizaram para combater este sistema opressor, criando o movimento abolicionista, que embora contasse também com brancos aliados a causa, era protagonizado e liderado por pessoas negras, como André Rebouças, Luís Gama, José do Patrocínio, Joaquim

Nabuco, Zumbi dos Palmares, Luiza Mahim, Maria Firmina dos Reis, Maria Felipa de Oliveira, Tereza de Benguela, Adelina Charuteira, Dandara de Palmares, etc. Fato e pessoas pouco mencionadas nos livros e aulas de História até os dias atuais, enquanto a Princesa Isabel possui um papel de destaque como protagonista dessa luta, mesmo sem ter participado dela.

Após a abolição o sistema racial ganhou aspectos rebuscados, pois agora os negros eram “livres” politicamente, mas não eram livres econômica, social, cultural e religiosamente e era importante, senão, vital para a existência da branquitude, que eles continuassem assim. O domínio da mente deveria garantir o domínio do corpo e toda a estrutura de poder estava a postos para que os privilégios brancos não se perdessem.

Em terras brasileiras inicia-se no século XIX as discussões e debates a cerca do processo de mestiçagem, que devemos destacar, começou com a violência e estupro sofrido por indígenas com a chegada dos portugueses em 1500 e continuou com as negras africanas no decorrer dos séculos. Este sistema de mestiçagem idealizava separar os negros com base em diferenças fenotípicas (tonalidades de pele, texturas de cabelos, arcabouço corporal...) criando o que o sociólogo Oracy Nogueira (2007), chamou de Preconceito de Marca ou de Cor³, sofisticado sistema que divide para conquistar, à medida que os negros são classificados de forma mais positiva a medida que sua pele mostrava-se mais clara e era classificado de forma mais negativa à medida que sua pele fosse mais retinta. Dizemos dividir para conquistar, por que este sistema promoveu entre os negros uma espécie de desejo de se aproximar cada vez mais do ideário e características dos brancos, afastando-se da sua cultura ancestral ou renegando suas características físicas.

Dizemos que esse sistema é sofisticado por que ele cria uma falsa sensação de aceitação e de liberdade, o que Malcon X chamou de “Negro doméstico” ou “Negro de casa” no seu discurso *Message to the grass roots* em Detroit em 10 de novembro de 1963⁴

Projetos eugenistas organizados de forma sistemática visavam o embranquecimento da população brasileira, pois acreditava-se que a beleza, o progresso, o desenvolvimento, a cultura e a educação eram características da raça branca, sendo imposto ao negro a negatividade, a

³ Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de cor ou marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem".

⁴ O termo refere-se aos negos que defendem valores da branquitude e expressam desejo de obter características brancas.

feiura e o atraso cultural. Paradigmas, que infelizmente, que se sustentam até os dias de hoje no imaginário de parte da sociedade brasileira.

Dentro de uma lógica de poder estruturada, as ciências- biológicas, sociais e humanas foram usadas para sustentar o racismo que se enraizava rapidamente no solo brasileiro e nomes como Hebert Spencer, Gobineau e Galton , na Europa , e Belisário Penna, Renato Kehl e até o aclamado escritor Monteiro Lobato no Brasil , engrossam essa pseudo ciência que ficou conhecida como Darwinismo Social ou Racismo científico. Visava-se mostrar com estudos com partes dos corpos humanos negros, sangue e características físicas que os negros eram pré-dispostos biologicamente para ações negativas, como agressividade, pouca inteligência, preguiça, negligência, volúpia, etc. e que não tinha aptidões para características positivas, como engenhosidade, inteligência e liderança, capacidades inatas da raça branca, de acordo com estes absurdos estudos.

Eliane Cavalleiro diz que a ideologia racista inferioriza alguns indivíduos, atribuindo a eles características negativas para facilitar a dominação de suas mentes e corpos. Essa ideia de inferiorização, usando a religião e a ciência, para legitimar uma dominação racial foi tão bem-feita e estruturada que 200 anos depois ainda se acredita nessas teorias, que mesmo comprovadas cientificamente sem base, ainda se sustentam sendo um dos pilares da sociedade brasileira, levando inclusive as próprias pessoas da raça negra a acreditarem na sua subalternidade ou falta de capacidade, beleza e merecimento.

Diante deste quadro de política de embranquecimento podemos destacar a chegada ostensiva e organizada de novas personagens nesta história de estruturação racial perversa: os imigrantes, que em larga escala foram trazidos e instalados neste sistema com a missão de embranquecer a população brasileira, que acreditava-se em poucas gerações, seria completamente branca, pura e desenvolvida. Essa “socialização” entre os negros africanos e brasileiros e os mais diversos grupos de imigrantes (italianos, espanhóis, japoneses, alemães...) deu origem a uma das maiores falácias da história social do Brasil, o Mito da Democracia Racial.⁵

Essa ideia de um único povo miscigenado, harmônico e feliz criou no imaginário social a ideia de uma escravidão branda, ideia difundida por vários intelectuais da época, como Oliveira Viana, Manuel de Oliveira Lima, Euclides da Cunha, João Batista Lacerda, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, que com Casa Grande e Senzala, dinamizou essa ideia, entre outros.

⁵ O termo Mito da Democracia Racial foi cunhado pelo sociólogo Florestan Fernandes para desmistificar a convivência pacífica e harmônica entre as raças no Brasil. (1930).

Outro fator que ajudou no processo de construção do mito da democracia racial foi a comparação feita entre o sistema escravagista brasileiro e estadunidense, onde havia uma clara separação entre as raças, o apartheid, enquanto no Brasil todos vivam juntos em um suposto paraíso harmônico e pacífico.

Esse discurso foi largamente difundido pelo estado brasileiro, que ansiava a criação de uma unidade nacional que levasse ao progresso e desenvolvimento do Brasil, incentivando longas jornadas de trabalho dos negros, a grande maioria do povo brasileiro, como forma de melhorar economicamente, pois nada havia de desigual em oportunidades. A falsa ideia da não desigualdade era uma espécie de lavagem cerebral que levava a sociedade a acreditar que no Brasil não existia racismo, embora as forças policiais sempre soubessem a qual raça prender e violentar.

A ideia da democracia racial foi tão bem difundida que dos anos de 1940 a 1950 a UNESCO desenvolveu nas regiões do Brasil o chamado Projeto UNESCO, que tinha como objetivo averiguar como era feita a tal da democracia racial, como era possível que um povo tão diverso vivesse sem conflitos e exclusões, como as que haviam acontecido por exemplo na Alemanha nazista. O Brasil tornava-se uma espécie de “laboratório de civilização”⁶ a servir de exemplo para o resto do mundo, como um ideal de sociedade racializada e igualitária. Obviamente o projeto mostrou que a democracia racial era uma farsa, um mito, termo cunhado pelo sociólogo Florestam Fernandes para designar o tipo de relação racial existente no Brasil:

Não existe democracia racial efetiva [no Brasil], onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a "raças" distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências de "bom tom", de um discutível "espírito cristão" e da necessidade prática de "manter cada um em seu lugar". Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a acima dos princípios da ordem social democrática (Florestam Fernandes, 1960)

A classificação oficial da população brasileira com base na cor da pele iniciou-se em 1872 com o primeiro recenseamento, quando as opções eram branco, preto, pardo e caboclo. Em 1890, no segundo recenseamento, o termo pardo foi substituído por mestiço, pois a estratégia da mestiçagem era a prática racista oficial da vez. Em 1900 o censo não incluiu a classificação de cor em sua pesquisa. Em 1910, não houve recenseamento. Em 1920 novamente decidiu-se não pesquisar sobre a cor da população brasileira.

⁶ Rudiger Bilden (1929, pp. 71-74)

Ou seja, o século XX iniciava-se com a maioria da população visualmente negra (preta e parda) mas não haviam dados oficiais que provassem esse fato. Preferia-se a não constatação oficial do real. Em 1930 também não houve pesquisa censitária no país, que entrava, após o golpe político de 1930, na chamada Era Vargas. Em 1940 o recenseamento foi retomado e introduziu-se a classificação amarela, procurando atender a demanda asiática que havia imigrado para o Brasil durante a estratégia do branqueamento. Mas, por outro lado, retiraram o tremo pardo, ficando como opções branco, preto e amarelo. A mestiçagem era descartada e a cor da pele era o que se queria saber. Depois de tantas estratégias para clarear a pele negra, não queriam deixar claro que a maioria do povo era mestiça, parda, por isso, a categoria foi retirada da pesquisa de 1940. Vale ressaltar que qualquer outra resposta que não as opções dadas eram marcadas com um traço, que a posteriori na coleta de resultados, eram traduzidos para pardo. Em 1950 e 1960 o termo pardo voltou a ser incorporado a pesquisa, e foi a partir destas datas que iniciou-se o processo literal de autodeclaração, pois além das opções dadas na pesquisa quaisquer outras declarações de cor eram aceitas.

Em 1970 o recenseamento excluiu a pergunta sobre cor, estávamos em plena ditadura militar. Em 1976 o censo recebeu a maior quantidade de autodeclarações de cor de toda a sua história. Foram 136 “cores” diferentes, entre elas Pelé, chocolate, cor de burro quando foge, marrom, etc. Ficava claro que a dificuldade de reconhecimento racial e todo sistema de subalternização e inferiorização do povo negro no Brasil havia surtido efeito. A partir de 1991 a categoria indígena foi incluída na pesquisa, trocando a pergunta de cor para cor ou raça, dando o claro recado que os povos indígenas eram racializados como diferentes. A partir do recenseamento dos anos 2000 quando a pessoa se autodeclarava indígena também era perguntado sobre sua etnia e língua. Após mais de 100 anos de recenseamento somente em 2022 a maioria da população se autodeclarou negra (45,3% pardos e 10,2% pretos) apresentando 55, 5% do povo brasileiro.⁷

Todo este longo processo, político, social e econômico, intencionalmente construído no Brasil, fez com que nossa estrutura fosse forjada dentro dos moldes patriarcais racistas que mitigaram as desigualdades e atrocidades feitas, impedindo seu combate direto efetivo, onde a qualquer sinal de ameaça aos privilégios da branquitude, uma nova estratégia racista era desenvolvida para tentar evitar que os negros se unissem, se reconhecessem ou combatessem

⁷ Todas as informações relativas as linhas do tempo do recenseamento no Brasil em diferentes datas foram retiradas do site <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>

este sistema, dificultando a construção da negritude- termo criado por Léopold Sédar Senghor e Aimé Césaire, que segundo as palavras do professor Kabele Munanga pode ser definida como:

A proclamação-celebração sobre todos os tons da identidade, da personalidade coletiva, visando o retorno às raízes do negro como condição de um futuro diferente da redução do presente. A negritude aparece aqui como uma operação de desintoxicação semântica e de constituição de um novo lugar de inteligibilidade da relação consigo, com os outros e com o mundo. (Kabele Munanga, 1986).

A definição do termo negritude trazida pelo professor Munanga dialoga com o conceito de sankofa, a medida que oferece no retorno as suas origens a necessidade de ressignificação de uma realidade própria e coletiva e a possibilidade de um futuro diferente, evitando o que Aimé alerta como formas de se perder, segregado ou universalizado.

Sendo importante para o povo negro de acordo com Césaire (1986, p.21), por que:

A negritude fornece nesses tempos de globalização, um dos melhores antídotos contra as duas maneiras de se perder: por segregação cercada pelo particular e por diluição no universal.

Ao estabelecer o diálogo entre negritude e sankofa temos a certeza que a educação é uma das formas mais eficazes de promover as práticas antirracistas, que forjarão sujeitos conscientes de sua história e importância, interferindo no presente e alterando os caminhos do futuro.

1.2- O papel da educação e da escolarização no combate ao racismo.

Nosso Patrono da educação, Paulo Freire (Unesp, 2000), disse que “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” mostrando que a educação é uma das principais armas de mudanças sociais e econômicas que podemos empregar para a transformação de uma realidade. E embora seja hoje, de acordo com a Constituição Federal, um direito de todos, garantida pelo Estado em condições de igualdade.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Não foi sempre assim. Durante o sistema escravista os negros e negras escravizados não tinham direito à educação, pois de acordo com a ótica escravista o negro havia nascido para o mundo do trabalho ou era mercadoria, não havendo necessidade de educação formal institucional. Devemos destacar, entretanto que grande parte dos negros escravizados traficados em África tinham instruções e conhecimentos bem avançados em questões como construções, invenções, agricultura, técnicas de aproveitamentos de materiais, etc., ou seja, a ideia difundida

em alguns livros didáticos, que os negros que vieram para o Brasil eram ignorantes, preguiçosos e sem nenhuma instrução, só reforça no imaginário do estudante a figura da mão de obra útil e ignorante, o que contribui para os preconceitos e racismos nossos de cada dia.

Ao passo que o tráfico negreiro crescia avassaladoramente no Brasil e os escravizados começam a desempenhar praticamente todos os tipos de trabalho, principalmente doméstico nas áreas urbanas, alguns senhores começam a ter um entendimento que ensinar o básico da leitura e escrita era uma forma de agregar valor a mercadoria e alguns escravizados começam a ter essa formação, ainda informal. Os negros e negras libertos possuíam um pouco mais de possibilidade de ingressar no sistema formal de educação brasileira, desde que provem sua liberdade e consigam o acesso e condições de estudo, o que não era nada fácil, tomemos como exemplo de Luiz Gama, que mesmo provando sua liberdade não foi aceito na faculdade de Direito, tendo que assistir as aulas como ouvinte.

Mesmo após a abolição da escravatura não houve de fato a intensão de incluir os negros e negras recém libertos nas instituições formais de ensino, pois apesar de politicamente livres ainda eram vistos como seres inferiores e não merecedores da dádiva da educação, tão exaltada pelo Iluminismo europeu, modelo que o Brasil tendia a tentar copiar. “O escravo ficou livre, mas se tornou “negro”, “homem de cor” marginalizado” (1850, a lei antitráfico de Eusébio de Queiróz)

Devemos destacar que as escolas padrões eram instituições oficiais comandadas por brancos, que usavam este sistema para excluir e hostilizar os negros. O racismo institucional não é algo novo, está no cerne do projeto de dominação que usa a educação ou como forma de exclusão ou de dominação. Nas palavras de Mariléia dos Santos Cruz:

A luta das camadas negras pela sua inclusão no processo de escolarização oficial evidencia que mesmo à margem da cidadania, os negros acompanharam os processos de compactação da nação brasileira e nele exerceram influência. Os mecanismos do Estado Brasileiro que impediram o acesso à instrução pública dos negros durante o Império deram- se em nível Legislativo, quando se proibiu o escravo e em alguns casos o próprio negro liberto, de frequentar a escola pública e em nível prático quando, mesmo garantindo o direito dos livres de estudar, não houve condições materiais para a realização plena do direito. (Cunha, 1999; Fonseca, 2000 apud Cruz 2005, p. 29).

Ganha destaque neste cenário, como resistência através da educação os nomes de José do Patrocínio, por exemplo, formado em Farmácia e Jornalismo, tornando- se ferrenho abolicionista através de sua formação. Ou Maria Firmina dos Reis, que com muita dificuldade estudou e com 22 anos tornou- se a primeira mulher negra concursada como professora, abrindo a primeira escola mista do Brasil (que existiu apenas por dois anos) e tornando- se escritora e abolicionista. Mas como diz Maria Helena Câmara Bastos:

Esses esparsos indícios de educação e de instrução primária e/ou profissional de escravos e libertos atingiram uma parcela ínfima da população afrodescendente, que

conseguiu romper com as amarras do sistema. No entanto, temos de ter consciência de que os documentos conservados tornaram mais latente a “invisibilidade dos negros” na história e, especialmente, na história da educação (Bastos, 2016, p.762)

Apesar de não ser regra a melhoria das condições de vida e mobilidade social através da educação entre os negros e negras libertos no pós-abolição é nítido que os poucos que acessaram este direito usaram seus conhecimentos em prol dos demais trazendo ao movimento negro uma nova frente de reivindicação e de ampliação da educação da população negra - a educação como arma de transformação.

Com o advento da República a situação da escolarização dos negros foi submetida – junto com todo contexto desse processo- a um ideal de construção de nação, acreditando – se que a escolarização dos negros seria uma forma de retirar-lhes a sua incapacidade intelectual e inferioridade, as quais impediam o desenvolvimento do Brasil. A educação era instrumento de dominação e não de libertação, à medida que não havia um projeto de realmente inserir os negros neste sistema mobilizador e sim apenas misturá-lo aos imigrantes, alijando- o da sua cultura, saberes e ancestralidades, empurrando goela abaixo os costumes europeus e um novo ideal de civilização, onde não havia espaço para as histórias da África e dos africanos e afro descendentes.

Na obra *A deseducação do negro*, Carter Woodson (1933) explica como os negros estadunidenses eram educados para permanecerem alienados em relação as suas próprias culturas e tradições, valorizando a cultura europeia em detrimento de sua própria herança, mostrando claramente o papel da educação para os negros e negras: formar para o mundo do trabalho, ou seja, continuavam a serem vistos apenas como mão de obra. E embora o excelente livro, base para muitos estudos para o desenvolvimento de uma educação afro-centrada, seja no contexto estadunidense- onde o preconceito é de origem- as semelhanças com o contexto brasileiro- onde o preconceito é de cor- são muitas, à medida que estamos falando de um currículo feito e aplicado com os mesmos fins. Podemos, entretanto, também apontar uma diferença crucial, nos Estados Unidos o povo negro conhecia bem seus líderes e heróis; aqui no Brasil essas personagens foram silenciadas.

A construção da nação do Brasil teve uma peculiaridade que não se ajusta aos modelos clássicos. Aqui estabeleceu-se em termos simbólicos a diferenciação entre o “brasileiro” o “estrangeiro” e o “brasileiro inferior”. Os programas escolares de história pátria e de moral e cívica reproduziram a história oficial e conferiram a negros, indígenas e mestiços o mesmo papel subalterno e inferiorizado que lhes era dado por boa parte de nossas elites intelectuais e políticas. Heróis, inteligentes, capazes, eram brancos. Negros e indígenas eram “selvagens”, “atrasados”, “degenerados”, dotados de todos os tipos de vícios. A cor da pele, de atributo simplesmente biológico, assume um conteúdo cultural, social e moral, num imenso conjunto de qualificativos inferiorizantes. (Maria Lucia Müller, 1992, p.116)

Fazia-se necessário que os negros desenvolvessem um sistema de educação paralela, em oposição ao sistema oficial, uma escola voltada para a história dos negros e para a sua libertação, pois era claro a ligação entre os níveis de escolarização e a melhoria da qualidade de vida e renda, em um nascente país capitalista, ou você estuda e tem dinheiro ou você serve a quem tem. Precisamos aqui destacar a organização do Movimento Negro Educador (Gomes, 2017) que desde o pós-abolição até os dias atuais vem se empenhando em lutar para que negros e negras tivessem acesso à educação formal e com ênfase nos saberes africanos e afro-brasileiros. Destacamos também a criação do Teatro Experimental do Negro por José Bernardo da Silva e Abdias do Nascimento, da Imprensa Negra e Frente Negra por Vicente Ferreira, José Correia Leite e Arlindo Veiga dos Santos e do Movimento Negro Unificado por Hamilton Cardoso e Lélia Gonzalez.

Todos os movimentos citados não caminharam sozinhos, eles se complementaram e deixaram um legado aos movimentos atuais, tanto no contexto nacional como internacional.

O Movimento Negro no Brasil não caminhou isolado da conjuntura mundial. Ao passo que o Pan Africanismo se desenvolvia a Frente Negra Brasileira avançava na luta por direitos. A conquista da igualdade é uma luta coletiva e isso ficava nítido cada vez mais. Os processos de independência dos países africanos, a busca por liberdade e protagonismo, influenciavam a criação do Teatro Experimental do Negro e a luta por representatividade. A luta intensa por direitos civis nos EUA e o Movimento Negro Unificado no Brasil mostravam que o povo negro estava organizado e que não iria desistir de buscar seus direitos, entre eles a igualdade e a liberdade.

Destaca-se também a criação da Imprensa Alternativa Negra no início do século XX, com um conjunto de jornais voltados a divulgar as ações e demandas do Movimento Negro e denunciar abusos de poder da branquitude, e de organizações e clubes negros (Centro Cívico Palmares, Clube Negro de Cultura Social, Sociedade Beneficente Amigos da Pátria, Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos, Clube 13 de Maio dos Homens Pretos...) que agiam de forma a proporcionar a educação de negros e negras, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo.

A medida que esse processo de luta por educação do Movimento Negro avançava eram aos poucos desnudados os mitos e estratégias racistas que falsearam a história negra no Brasil e mitigaram as desigualdades, que ficavam evidentes e latentes cada vez mais. E era exatamente através da educação- fruto de lutas históricas, que era apontado o caminho para derrubar este sistema e ocupar espaços que também eram dos negros e negras no Brasil.

A educação foi reconhecida pelos negros e negras como forma de garantir direitos humanos e qualidade de vida e vários anos depois das criações dos primeiros movimentos

educacionais de luta ainda estamos aqui lutando para que a implementação de uma lei que já completou 20 anos de existência seja de fato implementada.

A criação da lei 10.639 é uma grande conquista, fruto de todos os movimentos citados anteriormente, porém, sem estruturação para que funcione realmente, será uma lei pontual e alguns projetos isolados.

Apesar de a educação mostrar-se como fator importante para o desenvolvimento social e econômico do país e fator de diferenciação entre as classes e a estrutura racializada, somente em 1930 foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública com a função de “despacho dos assuntos relativos ao ensino, à saúde pública e à assistência hospitalar” através do decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Além da educação, o ministério desenvolvia atividades pertinentes à saúde, ao esporte e ao meio ambiente, era o primeiro ministério que regulava questões sobre educação pública e gratuita no Brasil. Em 1931 foi criado o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão consultivo do ministro da Educação e Saúde Pública nos “assuntos relativos ao ensino”, através do decreto de 11 de abril de 1931. Em 1932 era lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que propõe um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e leigo para todos os brasileiros até os 18 anos. O documento foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 24 renomados educadores e intelectuais, que defendiam a reconstrução do sistema educacional menos elitista e aberto à interpenetração das classes sociais. Em 1934 é enfim definido constitucionalmente que a educação primária é direito de todos os brasileiros e estrangeiros domiciliados no país, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Em 1947 era lançada a Campanha Nacional de Educação de Adultos, com participação de todos os Estados e do Distrito Federal, possibilitando a educação de adultos que não haviam tido essa oportunidade quando criança. Em 1953 é criado o MEC- Ministério da Educação e Cultura, embora a educação só tenha realmente sido responsabilidade exclusiva da pasta em 1955. Em 1959 eram lançadas a Campanha de Educação Rural e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Em 1961 a Lei nº 4.024, fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que pregava claramente a condenação a qualquer tipo de preconceito de raça ou classe dentro da educação brasileira:

Na LDB, é possível identificar em diversos dispositivos a valorização da diversidade, por vezes referenciada sob o signo da tolerância, como objetivo básico da educação para a dignidade humana e a democracia. Essa preocupação pode ser notada já nos princípios orientadores do ensino, a saber: Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do

ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).⁸

Em 1971 eram fixadas as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, a chamada Nova LDB, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, criada em plena ditadura militar, pouco avança nas questões relativas a dicotomia educação e raça no Brasil. Alguns anos depois, em 1984 e 1985 acontecia o I e o II Encontros Nacionais sobre o Negro na Educação, que já discutiam a inserção de conteúdos de História Africana no currículo do Ensino de História.⁹

Já em 1987 acontecia o Seminário Educação e Discriminação dos Negros que promoveu uma análise crítica à educação que era fornecida aos negros até então, analisando desde o currículo, ainda eurocentrado até os livros didáticos, que ou apagavam a história e contribuição dos negros na construção do Brasil ou falseavam / minimizavam essa história. Um ano depois, em 1988 era lançada a nova e atual Constituição do Brasil, a Constituição Cidadã, que criminaliza o racismo como crime inafiançável, lei 7. 716. Vale aqui destacar que em janeiro de 2023 através da lei 14. 532 a injúria racial foi equiparada ao crime de racismo, com pena de dois a cinco anos de prisão e sendo um crime imprescritível.

Em 1996 era promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece normas para todo o sistema educacional, da educação infantil à educação superior, além de disciplinar a Educação Escolar Indígena. Essa nova LDB substitui a Lei nº 5.692 de 1971 e dispositivos da Lei nº 4.024, de 1961, que tratavam da educação. Se intensificava em todo o país os debates e pesquisas acerca de ações afirmativas e políticas públicas para reparar a escravização de negros e negras africanos e os danos causados aos seus descendentes, mostrando que além da questão da classe, a questão da raça, não poderia ser invisibilizada em todo sistema que produziram as desigualdades no Brasil.

Em 2002 era aprovado o Plano Nacional de Educação, lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, com duração de 10 anos, ficando os Estados e os Municípios a partir de então com a incumbência de elaborar os planos decenais, dando maior autonomia para o currículo da educação brasileira. Em 2003 a educação com enfoque nos saberes afro-centrados avança bastante e torna-se obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial das escolas públicas de educação básica com a criação da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases, ao incluir os artigos 26-A e 79 -B.¹⁰

⁸ Guia de Atuação Ministerial- pag. 18

⁹ **Todas as informações relativas a linha do tempo da legislação educacional acima foi retirada do site <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>**

¹⁰ **Idem ao 9**

O artigo 26-A estabelece que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Por sua vez, o artigo 79-B incluiu no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro. O artigo 26-A foi regulamentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A Lei é um marco no que tange à expressa previsão das relações étnico-raciais na educação.¹¹

Devemos aqui mencionar que em dezembro de 2023 o Dia da Consciência Negra ou Dia de Zumbi dos Palmares passou a ser inserido no hall dos feriados nacionais, através da lei 14.759, sendo Zumbi o segundo brasileiro a ter sua morte como dia de feriado em todo o território nacional.

Em 2008 a Lei 11.645 alterou a LDB nos mesmos artigos mencionados na 10.639, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática indígena, em conjunto com a afro-brasileira e africana.

Em 2006 foi criado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Ensino de Jovens e Adultos –Proeja, através do decreto de 13 de julho de 2006, possibilitando a dinamização da formação de jovens e adultos e ensinando uma profissão enquanto conclui o ensino fundamental ou médio. Em 2010 era criado pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), sistema informatizado e online gerenciado pelo MEC e que permite às instituições públicas e privadas ofertar vagas para seus cursos de graduação aos candidatos que participaram da edição anterior do Enem, facilitando o acesso da população pobre e negra ao ensino superior. Em 2011 era criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira através da lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, mostrando uma clara ligação entre o mundo da educação e o mundo do trabalho.¹²

¹¹ LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996

¹² Idem 9

Em 2012 era instituída pela lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, a reserva de 50% das vagas nos cursos de graduação nas instituições federais de educação superior a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dentro desse percentual, serão priorizados os alunos de menor renda e os autodeclarados pretos, pardos e indígenas, bem como pessoas com deficiência. Vale salientar que houve um projeto de revisão de Lei de Cotas em 2023, PL 5384/2020, e a lei foi mantida e aprimorada, continuando em exercício e monitoramento por mais dez anos, quando novamente será revisada.

Em 2015 era lançada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que define o conjunto de aprendizagens essenciais no percurso da educação básica. Homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pela Portaria 1.570, de 20 de dezembro de 2017, que reforça a lei 11.645, ou seja, a obrigatoriedade do ensino das culturas africana, afro-brasileira e indígena em todo território nacional e em todo o currículo, nas escolas públicas e particulares e em todos os níveis da Educação Básica.

Mais recentemente, em março de 2023, foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão comandado pela ministra Anielle Franco e com o objetivo de promover a igualdade e a proteção de grupos raciais e étnicos afetados por discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra.¹³

Conforme a legislação educacional e a luta do povo negro no Brasil avançaram, os debates e questões relacionados a educação do negro ficou cada vez mais latente, mostrando o abismo da desigualdade entre brancos e negros, tanto na questão sócio econômica quanto na questão de direitos que acarretavam danos a sua cidadania. Mas mesmo após todas as atrocidades sofridas pela população negra no Brasil ainda hoje há quem acredite na falácia da meritocracia, que prega que aqueles e aquelas que saem da escola ou universidades, não alcançam altos níveis educacionais, não possuem um diploma de educação superior, não conseguem bons empregos e/ou salários é por que não se esforçaram o suficiente, por que são preguiçosos ou incapazes, pois de acordo com mais este mito, as oportunidades são iguais para todos e os “mais fracos” se vitimizam ao invés de se esforçar mais. E mais uma vez a estratégia racista se molda ao contexto histórico, apontando as vítimas de um sistema racista, classista e patriarcal como culpadas por suas condições. Nas palavras de Luciana Guimarães Nascimento (2012, p.83):

No modelo Neoliberal, tanto o êxito quanto o fracasso social passam a ser de responsabilidade dos indivíduos, pois dependem de opções individuais. O mérito e o

¹³ Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial – in Wikipédia.

esforço individual devem ser as escolhas dos indivíduos, pois só assim conseguirão triunfar

1.3 Educação das relações étnicas- raciais na prática brasileira

As práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias. Essa afirmação pode parecer paradoxal, mas, dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças

Nilma Lino Gomes (2001, p 86)

Em 2004, um ano após a criação da lei 10.639, o Governo Federal, na época o cargo de Presidente da República era ocupado por Luiz Inácio Lula da Silva e o de Ministro da Educação por Tarso Genro, lançava as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana, um manual de 35 páginas, distribuído em território nacional, para escolas públicas e privadas, com explicações sobre a criação da lei e sua importância para toda a sociedade brasileira e orientações para sua aplicação nas escolas brasileiras. Essas Diretrizes foram o primeiro documento oficial de orientação para o desenvolvimento de práticas para a Educação das Relações Étnico- Raciais, porém de forma muito técnica e burocrática.

Em 2006 tivemos o lançamento do guia de Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, também pelo Governo Federal, sendo o mesmo Presidente, e Fernando Haddad como Ministro da Educação. Com 262 páginas, traça um panorama completo da Educação Básica em seus diversos níveis, abordando de forma prática e clara o tema, oferecendo sugestões de atividades e intervenções no currículo, tornando- se um apoio para a prática docente em relação a EREER.

Em 2013, dez anos após a implementação da lei 10.639 foi lançado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pelo Governo Federal, sendo a época Dilma Vanna Rousseff a Presidente da República e Aloizio Mercadante o Ministro da Educação. Com 103 páginas o Plano apresenta os papéis e responsabilidades de cada esfera de poder- Municipal, Estadual e Federal, na aplicação da lei, além das orientações para as escolas públicas e particulares nos diversos níveis da Educação Básica e o que mais chama a atenção é um capítulo inteiro do Plano dedicado as Metas norteadoras e períodos de execução, traçando seis eixos principais (Fortalecimento do Marco Legal, Política de Formação de Gestores (as) e Profissionais da Educação, Políticas de Materiais Didático e Paradidático, Gestão Democrática e Mecanismos de Participação Social, Avaliação e Monitoramento e Condições Institucionais)

e metas claras referentes a cada eixo que possibilitariam a aplicação da lei 10.639, os atores que devem executar essas metas e o período de tempo estipulado para essa execução, determinados como curto prazo (2009- 2010), médio prazo (2009 -2012) e longo prazo (2009 – 2015). No nosso entendimento, o Governo avaliava que dez anos após a promulgação da lei era necessário criar prazos e metas para que ela realmente fosse aplicada.

Os profissionais da educação começavam, de forma lenta e gradual a se inteirar do assunto, que embora histórico, parecia novo dentro das Unidades Escolares. E realmente era. Pois após séculos de silenciamento, ocultação e adulteração da história dos negros e negras na África e Brasil, agora era lei que essa história fosse ensinada em sala de aula.

Passamos de anos de ausência de história de cultura africana e afro-brasileira em sala para a obrigatoriedade deste ensino, sem formação e apenas com o suporte burocrático da lei. Neste sentido a construção de práticas antirracistas nas escolas, dentro e fora das salas de aula, são de extrema necessidade para que consigamos aos poucos reverter séculos de silenciamento, negação e ocultação da história e culturas africanas e afro-brasileira e acolher/ difundir saberes africanos e afro-brasileiros em todos os componentes curriculares.

Destacamos, entretanto, que a lei 10.639 não trata de afrocentrar completamente o currículo. Não se trata de desprezar e desconsiderar conteúdos eurocêntricos, e sim de introduzir no currículo a diversidade de saberes, mostrando que são importantes para o desenvolvimento dos estudantes. Até por que, em provas, vestibulares e concursos nacionais e internacionais, estes conteúdos, tidos como universais, serão cobrados e os estudantes precisam ter o conhecimento necessário e para além de provas, estes conteúdos fazem parte da história da humanidade e precisamos conhecer nossa história. Porém, passou da hora de contar essas histórias com base em outras perspectivas e narrativas. Precisamos ouvir e compreender os protagonistas e donos das histórias, falando por si próprios.

Obviamente não existe e não poderá existir uma fórmula para a aplicação das Relações Étnico- Raciais dentro das escolas, visto que cada realidade é diferente e as heterogeneidades precisam ser respeitadas e levadas em consideração quando essas práticas forem adotadas. Não! Os negros e negras não são todos iguais! Como nos ensinou Chimamanda Ngozi Adichie (2013)¹⁴ precisamos tomar bastante cuidado com o ensino de uma história única e de generalizações.

Uma das primeiras ações no sentido de promover práticas antirracistas dentro da prática pedagógica começa com o planejamento dessas ações. Há que compreender que falar sobre a

¹⁴ O Perigo de uma História única é o texto da entrevista dada por Chimamanda no Ted Talk em 2009.

história africana ou afro-brasileira requer estudo, pesquisa, intencionalidade. É necessário romper as improvisações que levam ao imaginário do estudante que estudar a história dos povos africanos e afro-brasileiros é ater-se somente a danças, capoeira e músicas. Não estamos dizendo aqui que essas manifestações culturais não são relevantes dentro da EREER. O que está sendo dito é que precisamos avançar para outras áreas- econômica, científica, social, evitando a folclorização constante das práticas.

Essas ações planejadas, com base nos saberes africanos e afro-brasileiros, devem atender e incluir todos os estudantes: negros, brancos, indígenas, amarelos, pois a diversidade de saberes ensina respeito as diferenças, colaboração entre as raças e consciência política e histórica das diversidades.

Esse sentimento de medo de retaliações, temor a reparação histórica introduzida pelas pela legislação em vigor, resistência às mudanças no sistema racista, perda dos privilégios da branquitude é chamado de Medo Branco por Célia Maria Marinho de Azevedo (2006) no seu livro *Onda Negra, Medo Branco*. Me lembro certa vez de ganhar de presente de uma aluna querida em sala de aula uma camiseta com os dizeres: Fogo nos racistas! E causar-lhe surpresa ao gentilmente recusar o presente. Aproveitei o momento para explicar sobre racismo estrutural e afastar dos meus alunos qualquer interpretação que reparação histórica se trata de vingança.

Outra preocupação que os professores devem ter ao adotar a EREER em sala de aula é não pautar a origem e história dos povos africanos apenas na escravidão, desconsiderando toda diversidade e riqueza dos reinos e povos africanos antes da chegada dos europeus e início do processo de colonização. Novamente explicamos, que o motivo de fazer este adendo é o currículo eurocentrado presente na maioria dos livros didáticos brasileiros, que transbordam imagens de Rugendas e Debret mostrando navios tumbeiros, instrumentos de torturas, humilhações e castigos, como muito bem pesquisado por Karoline Lima Siqueira do Programa Prof. História de Goiânia em sua dissertação de Mestrado:

“Acontece que ela é capaz de nos passar uma série de informações, ela é capaz de reforçar preconceitos e estereótipos já impregnados na nossa sociedade, e estando em livros didáticos, sem o devido trabalho analítico, ela contradiz muitas vezes o próprio texto que a acompanha, ou a aula que foi dada, e acaba por reforçar padrões anteriormente estabelecidos.

”¹⁵.

Não significa que defendemos o apagamento ou mitigação dessa parte da história de negros e negras. Mas a perspectiva que contamos a história importa muito para como ela será

¹⁵ Ela, refere-se a imagem *Negros no fundo do porão*, 1835, Johann Moritz Rugendas, Litografia (colorida a mão) 51,30 cm x 35,50.

entendida. Vamos tomar como exemplo a imagem *Negros no fundo do porão*, 1835, Johann Moritz Rugendas, Litografia (colorida a mão) 51,30 cm x 35,50:



Figura 1: *Negros no fundo do porão*. Acesso em: https://pt.wikipedia.org/wiki/negros_no_fundo_do_por%C3%A3o_%28johann_moritz_rugendas%9

Na imagem, muito presente em livros didáticos por todo território nacional, vemos os escravizados sendo trazidos para o Brasil de forma confortável e sem oferecer resistência, mulheres deitadas com os seios à mostra como se estivessem muito à vontade, espaço adequado e até um certo respeito, à medida que um branco circula com um lampião para verificar se todos estão bem. A não inquirição das imagens ou o uso simplesmente como ilustração ou diversão é extremamente perigoso, como nos explica a historiadora Lilia Schwarcz (1993): “Arte não é consequência, é causa. Não é produto, é produção de valores e preconceitos”. É necessário ultrapassar as amarras de uma educação simplesmente conteudista e abrir espaços para debates e fortalecimentos de identidades.

Durante todo processo de construção educacional oficial brasileiro os negros sempre tiveram menos acesso a este sistema e as diferenças de porcentagem entre as matrículas na Educação Básica entre brancos, negros, amarelos e indígenas eram abissais. Este fato não é difícil de explicar, com base em todo histórico já mencionado neste capítulo, onde destacamos o fato de o negro não se sentir acolhido ou representado na escola, ao contrário, a mensagem era que ali não era seu lugar. Destacamos também o fato de a maioria dos estudantes negros precisarem sair da escola para trabalhar e auxiliarem na complementação da renda familiar. Atualmente, os dados do Censo Escolar 2022 ainda corroboram essa afirmação, mostrando que a maioria dos alunos matriculados na EJA são os alunos pretos.

Na educação profissional, de 1,5 milhão de matrículas com cor/raça declaradas, a proporção de brancos e de pretos/pardos é similar à observada nos ensinos fundamental e médio, representando, respectivamente 45,3% e 53,6%. No entanto, quando investigadas as modalidades da educação profissional, percebe-se uma predominância de pretos/pardos na EJA profissional de nível médio (83,5%) e nos cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional (FIC), em que

eles representam 75,3% das matrículas. Os alunos declarados como amarelos/indígenas configuram apenas 1,1% do total de matrículas.¹⁶

As escolas brasileiras precisam repensar as relações étnico-raciais, criando pedagogias e estratégias de combate aos racismos, relacionando a lei 10.639 a realidade dos alunos, para que não seja algo burocrático e distante e para que oportunize a construção e reconhecimento identitário com base em referências na história rica, linda e de luta dos povos africanos e afro-brasileiros. Neste sentido uma excelente estratégia de prática antirracista é o uso de projetos de diversidade étnica, que combatam estereótipos e elevem e criem novos paradigmas para os estudantes.

Não podemos enquanto professores e professoras e enquanto cidadãos e cidadãs nos abster do debate sobre o racismo estrutural e institucional brasileiro e não podemos temer o diálogo sobre as diferenças, universalizando-as e os conflitos. A escola tende a minimizar os conflitos e tentar evitá-los há anos, porém essa estratégia não vem funcionando à medida que os conflitos são inerentes da tensão racial que caracteriza a história do Brasil. Somente através destas práticas e que alcançaremos uma consciência racial que reconheça os privilégios da branquitude e os racismos sofridos pelos negros desde a diáspora, diminuindo as contradições e exterminando do imaginário o mito da democracia racial e meritocracia.

Vinte e um anos depois da implementação da lei 10.639 seria injusto não apontar avanços. Avançamos enquanto sistema oficial de educação, avançamos na questão da legislação, avançamos enquanto sociedade mais equilibrada, avançamos na instituição de políticas públicas e ações afirmativas, na promoção de uma educação e para as relações étnico-raciais, isto é, uma educação antirracista. Mas também seria injusto dizer que superamos o racismo ou que a lei 10.639 está completamente implementada no Brasil. Em pesquisa feita em 2023 em todo território nacional, pelo Instituto Alana e Geledés - Instituto da Mulher Negra, revelou que apenas 29% dos municípios brasileiros realizam ações consistentes para implementação da Lei 10.639 nas escolas brasileiras. Apenas 8% das secretarias que participaram do levantamento tem algum tipo de dotação orçamentária para viabilizar essa política pública e apenas 5% dizem ter uma área específica para cuidar da educação para relações étnico-raciais.¹⁷

¹⁶ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023.

¹⁷ Pesquisa disponível em <https://porvir.org/71-das-cidades-nao-cumprem-lei-do-ensino-e-cultura-afro-brasileira/>

A pesquisa aponta ainda alguns caminhos para a implementação da lei, como urgência na formação para dos docentes e gestores, como a necessidade de não tratar as práticas antirracistas como algo em paralelo ou pontual e esporádico, mais cursos sobre História Africana e Afro Brasileiras nas universidades e abandono do discurso de resistência, falta de interesse e apoio.

Muito há que se fazer a luta não acabou, ela está apenas em outro contexto histórico e cabe a toda sociedade fazer a sua parte. Assim, acatamos as palavras do advogado, filósofo, professor e Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania no Brasil em entrevista ao Portal Agencia Senado na pessoa do jornalista Ricardo Westin e publicado em 22 de junho de 2020:

Não é possível haver democracia numa sociedade racista. A sociedade racista é sistemicamente autoritária, porque precisa se utilizar da força para rejeitar as reivindicações justas da maioria e atender à minoria. Manter a desigualdade, a pobreza e a baixa representatividade política exige violência sistêmica, que depois acabará sendo aproveitada também contra os brancos. Além disso, se a maioria da sociedade é pobre, violentada e humilhada o tempo todo, essa sociedade não pode ser saudável. É um lugar péssimo para qualquer pessoa viver, inclusive os brancos. O engajamento na luta antirracista significa compromisso com a democracia, o bom desenvolvimento econômico e a humanidade.¹⁸

CAPÍTULO 2: QUE ESCOLA SOMOS NÓS?

A ESCOLA

“Escola é.... o lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos... Escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima. O diretor é gente, o coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente. E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de ‘ilha cercada de gente por todos os lados’. Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir que não tem amizade a ninguém, nada de ser como o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se ‘amarrar nela’! Ora, é lógico... numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz.”

Paulo Freire

2.1- Caracterizações da escola

A E. M. Prof.^a Iramar da Costa Lima Miguel está localizada em um terreno (que já fora uma chácara de laranja), doado à Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu por D. Izabel de Queiroz Ribeiro, no dia 24 de abril de 1959. O nome da neta de Izabel de Queiroz Ribeiro coincide com o da rua onde a UE está localizada.

¹⁸ Entrevista disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/06/negro-continuara-sendo-oprimido-enquanto-o-brasil-nao-se-assumir-racista-dizem-especialistas>

A escola foi construída no final dos anos de 1960 e dada a sua proximidade com a então principal rodovia do Rio de Janeiro – Rodovia Presidente Dutra –, foi nomeada Escola Municipal Presidente Arthur da Costa e Silva, ficando conhecida como “Costa e Silva”. No ano 2000, recebeu o nome atual, em homenagem à então diretora Sr.^a Iramar da Costa Lima Miguel, falecida em exercício.

De sua construção original aos dias atuais, a escola recebeu poucas reformas, o que implicou no desgaste da sua estrutura. Entretanto, destacamos a construção da quadra poliesportiva coberta (2011), que atendeu à antiga reivindicação da comunidade escolar. Dada a proximidade da escola com trecho do Rio Botas, a mesma vem sofrendo com enchentes desde a sua fundação, o que causa não só a perda de materiais e documentos escolares, como também o desgaste na sua estrutura física. Apesar de estar localizada próximo à Rodovia Presidente Dutra e à Estrada da Palhada, a escola é atendida por uma única linha de ônibus que liga o bairro Jardim Roma (em suas proximidades) ao centro de Nova Iguaçu.

O bairro em que a escola se localiza, Jardim Aymoré, é um território complexo, como muitos outros da Baixada Fluminense, recebe poucos investimentos governamentais em áreas de infraestrutura e segurança, e acaba abrindo uma lacuna, ocupada pelo poder paralelo de traficantes e milicianos, que possuem alguma influência (muitas vezes através de atos ilegais e violentos) no bairro.

Outra influência que podemos citar é a religiosa, tratando-se de uma população em sua maioria evangélica (fundamentalista neopetencostal). Analisando esteticamente e fenotipicamente pelo viés racial e sócio- econômico é um bairro de pessoas pobres e negras, embora não haja esse reconhecimento identitário de racialidade, visto que de acordo com análise feita em documentos de matrícula 2023 de alunos na escola, onde estudam 80% dos estudantes do bairro a opção marcada no quesito raça é em sua maioria branca ou parda.

Quando ocupei o cargo de Orientadora Educacional por várias vezes fui chamada a mediar conflitos por racismo, crianças negras chorando dizendo que haviam sido insultadas sendo chamadas de pretas, crianças promovendo separação de fileiras de brancos e pretos dentro da sala, famílias e responsáveis que pedem a separação de seus filhos de outras crianças negras, adolescentes negras sendo assediadas sexualmente por acreditarem que elas “gostam de sexo”, professores negros sendo agredidos com a cor da pele usada para diferir ofensas animais como “macaco/a”, “piranha preta”, “veado preto”, etc. Essas são mais algumas marcas cruéis do racismo: o ódio e os ataques a nós mesmos “...aprendemos a nos odiar a partir do ódio dos outros...e aprendemos a nos subalternizar a partir de uma construção subjetiva através de um espelho quebrado...a gente nasce e se forma humanamente neste país naturalizando a pobreza

de gente preta, naturalizando subalternidade nos espaços de poder, naturalizando criminalidade, normalizando a desimportância da vida de gente preta” a desumanização das pessoas negras,” Animalizaram as pessoas negras e nos reduziram a um corpo, caracterizando- nos por tudo aquilo que um corpo destituído de pensamento- na perspectiva do ocidental- é capaz de oferecer: sexo e sua força de trabalho. Um corpo também cobaia de testes e experimentos científicos, um corpo propriedade- propriedade, não pertencente a si” (in como ser um educador antirracista, págs. 57 e 39).

A E. M. Prof.^a Iramar da Costa Lima Miguel, até o momento, é a única escola municipal que oferece o Ensino Fundamental II e a Educação de Jovens e Adultos no bairro, que possui estrutura bem precária. Por isso, a UE desenvolve uma postura de acolhimento específica para este público, com vistas a incentivá-lo a buscar, através da educação escolar, mudanças na sua realidade. Assim, como sugere Arroyo (2011), é preciso trazer às vistas aqueles que não eram apreciáveis, de modo que a tradição curricular seja desconstruída, desgradeando não só os currículos, mas também nossas posturas e práticas pedagógicas.

Nossa escola entende que, através da gestão participativa e democrática, poderemos alcançar, de forma mais eficaz, os nossos objetivos. Isto se dá por meio da interação entre escola e entorno, o que definimos como comunidade escolar. Procuramos mobilizar todos que interagem neste processo educacional: responsáveis, corpo discente, corpo docente, Associação de Apoio à Escola (A.A.E.), funcionários.... Os que fazem parte efetiva das ações contribuem para a realização dos projetos a serem desenvolvidos, tais como: aprendizagem, hábitos culturais e autodisciplina dos alunos, questões ligadas à segurança, saúde e meio ambiente, condições físicas, instalações do prédio escolar, aquisições de materiais. A comunidade é convidada a participar e opinar, através de reuniões, fóruns e assembleias.

Na busca de soluções, é preciso repartir as atribuições. Desse modo, valorizar as contribuições e fortalecer a interação do grupo, explorando possibilidades, respeitando e expandindo limites. Outrossim, deve-se buscar alianças, parcerias, decidindo e avaliando os resultados sempre coletivamente. Acreditamos que a participação de todos é fator primordial para sanar algumas dificuldades encontradas, tais como repetência, evasão escolar e o racismo. Portanto, para que haja a melhoria no ensino, é necessário que o trabalho desenvolvido pela escola seja responsabilidade e compromisso de toda a comunidade escolar.

A missão da Escola Municipal Professora Iramar da Costa Lima Miguel é ser um espaço de transformação social voltado para a construção da cidadania, garantindo a formação propedêutica do corpo discente e docente, com a perspectiva do exercício de uma cidadania crítica, respeitando os saberes individuais e coletivos e valorizando os princípios da igualdade,

da cooperação e da solidariedade. Educar em busca da construção de uma sociedade justa e equânime, almejando o desenvolvimento integral do ser humano, sujeito do contexto social, tornando-o capaz de conviver com as diferenças e respeitá-las.

Até muito recentemente a questão da escola limitava-se a uma escolha entre ser tradicional e ser moderna, essa tipologia não desapareceu, mas não responde a todas as questões atuais da escola. Nunca nossas escolas discutiram tanto sobre autonomia, cidadania e participação. São temas originais e marcantes no debate educacional brasileiro de hoje. Essa preocupação tem-se traduzido, sobretudo, pela reivindicação de um Projeto Político Pedagógico próprio, específico de cada escola, definindo o que é prioritário para a unidade escolar e para os elementos que a compõem.

No Brasil, o tema da autonomia da escola encontra suporte na própria Constituição promulgada em 1988, que institui a “democracia participativa” e cria instrumentos que possibilitam ao povo exercer o poder “diretamente” (Artigo 1º). No que se refere à educação, a Constituição de 1988 estabelece como princípios básicos os “pluralismos” de ideias e de concepções pedagógicas” e a “gestão democrática do ensino público” (Artigo 206).

ESTRUTURA DA ESCOLA EM 2023

Modalidades de Ensino oferecido pela unidade escolar: regular / presencial

Segmentos de Ensino oferecido pela unidade escolar: Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Educação, Jovens Adultos.

Modalidade	Turno	Segmento	Turmas 2023	Número de alunos
Regular	2º turno	Educação Infantil	3 turmas	78 alunos
Regular	1º turno	1º segmento (4º ao 5ºano)	4 turmas	143 alunos
	2º turno	1º segmento (1ºao 4ºano)	11 turmas	360 alunos

Ensino Fundamental II	1º turno	2º segmento (6º ao 9ºano)	9 turmas	244 alunos
Educação Jovens Adultos	3º turno	1º segmento (1º ao 5ºano)	4 turmas	55 alunos
		2º segmento (6º ao 9ºano)	6 turmas	127 alunos

DEPENDÊNCIAS FÍSICAS

Salas de aula	14
Biblioteca	01
Secretaria	01
Sala de Orientação Educacional/Pedagógica	01
Sala de Recursos Pedagógicos	01
Sala dos Professores	01
Sala da Direção	01
Refeitório aberto	01
Cozinha	01
Dispensa	01
Pátio aberto	01
Quadra Coberta	01

Banheiro feminino e masculino	02
Almoxarifado	01
Vestiário (desativado)	02
Casa do caseiro (desativada)	01
Estacionamento descoberto	01
Depósito	02

2.1.1. Perfis da comunidade escolar

Nossos alunos são oriundos de classes sociais populares de bairros considerados violentos, incluindo o entorno da escola. Os alunos e familiares têm muita dificuldade e resistência de identificarem sua etnia, mas o número de negros visualmente falando, é bem maior do que o número de brancos matriculados nesta Instituição de Ensino, com uma diversidade de gêneros o qual predomina o feminino.

O índice de vulnerabilidade é alto, geralmente com as famílias desestruturadas onde o índice de troca de padrastos ou madrastas são constantes e as drogas se instalam nos lares trazendo transtornos e desequilíbrios para esses alunos vulneráveis e seus pais. O índice de desemprego familiar também é alto. A renda familiar oscila entre salário mínimo e abaixo do salário. Uma grande parte das famílias de nossos alunos é evangélica e fundamentalista.

O Índice de Reprovação nos anos finais do Fundamental I e II é preocupante. Verifica-se pouco ou nenhum apoio familiar, grande evasão escolar devido a subempregos que acontecem nos horários de aula, principalmente em relação a adolescentes, e também o assédio do tráfico, que leva alguns alunos a abandonarem a escola na tentativa de conseguir dinheiro com maior rapidez.

A maioria dos professores regentes das turmas é concursada. Há uma considerável carência de professores, resultado de redução de carga horária, aposentadoria, readaptação e concurso de remoção, que são substituídos por professores com dobra de carga horária ou contratados.

A maioria dos professores mora distante da Unidade Escolar, trabalha nesta e em outra Unidade, possui o nível universitário, alguns acompanhados de Pós-Graduações e uma minoria de Mestrados e Doutorados.

Os Gestores são eleitos pela Comunidade Escolar através de Consultoria Pública para um mandato de três anos

ANÁLISE METODOLÓGICA E DE DADOS

A metodologia é um importante passo para o desenvolvimento do projeto, apresentando técnicas ou estratégias que serão utilizadas para que a dimensão propositiva se realize.

Nesse sentido, proponhamos o desenvolvimento de um trabalho colaborativo com toda a comunidade escolar onde o Sankofa está sendo considerado válido, visto que docentes, discentes, responsáveis, demais funcionários e equipe diretiva são agentes de educação antirracista, protagonistas do processo de busca pela igualdade racial na qual o *Sankofa* se insere.

Sendo assim, é importante mencionar que esta pesquisa é uma pesquisa ação, pois analisa as ações dos professores e seus métodos para a aplicação da lei 10.639. Usamos como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa tendo em vista a compreensão dos conhecimentos, atividades e conteúdos relacionados a Cultura e História Afro-Brasileira. Para tanto, serviu como instrumento de análise um formulário de pesquisa realizada via Google Forms¹⁹, com perguntas mistas e que serviram de base para construção de gráficos comparativos entre os diferentes segmentos pesquisados (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e EJA). As perguntas foram direcionadas à compreensão do conhecimento dos professores a respeito da Lei 10.639 e sua aplicação em seus cotidianos escolares, como, por exemplo: “Você conhece a lei 10.639?” “Você considera a lei 10.639 uma lei importante para o desenvolvimento do seu trabalho?” “Você faz uso da lei 10.639 em suas aulas?” Em caso positivo, “com qual frequência?” “Na sua opinião quais são as maiores dificuldades para aplicação da lei 10.639 em suas aulas?” “Qual tipo de suporte você considera necessário por parte do poder público municipal para a aplicação da lei 10.639?”. É importante mencionar que as perguntas tiveram como finalidade o objetivo da compreensão da Lei 10.639 por parte dos professores sujeitos participantes da pesquisa e sua aplicação em seu trabalho. A forma de abordagem foi feita de forma presencial, entregando o TCLE em mãos, ficando uma cópia com

¹⁹ O Modelo do Google Forms está no Anexo.

cada participante da pesquisa e o formulário Google Forms sendo enviado via Watts App ou e-mail, de acordo com a preferência e comodidade do participante

Também fizemos a análise de documentos de matrículas, localizados em pastas individuais dos alunos, feita por pai, mãe e/ou responsáveis de alunos (as) menores de 18 anos ou por alunos (as) maiores, onde consta a declaração racial dos alunos da escola onde o projeto está sendo proposto, construindo gráficos que mostrem estes dados divididos por nível de escolaridade. Ou seja, os dados quantitativos foram analisados de forma qualitativa.

Por fim, convém destacar que todas as informações colhidas foram analisadas em caráter estritamente científico e que a direção da escola autorizou de forma escrita o acesso a estes documentos.

Diante do tema proposto pelo Sankofa, acreditamos que era importante e necessário mapear o auto declarações de cor/ raça feita por alunos, responsáveis e professores. Neste sentido, com a aprovação do Comitê de Ética da UFRRJ as análises foram feitas de duas formas: com alunos, através de análise de documentos de matrículas e com professores, através de formulário Google Forms. Tanto o documento de matrícula quanto o Google Forms disponibilizado estão nos anexos desta dissertação.

Análise racial ou de cor do corpo discente:

Com as autorizações dos responsáveis dos alunos menores de idade e dos alunos maiores de idade, foram analisados todos os documentos de matrícula do ano letivo 2023 e chegou-se as seguintes conclusões, por segmentos e na totalidade:

Segmento: Educação Infantil: 76 alunos

Não declarados: 45 alunos / Pretos: 15 alunos / Brancos: 16 alunos/ Pardos, indígenas e amarelos: 0 alunos

Autodeclarações raciais ou de cor- Educação Infantil

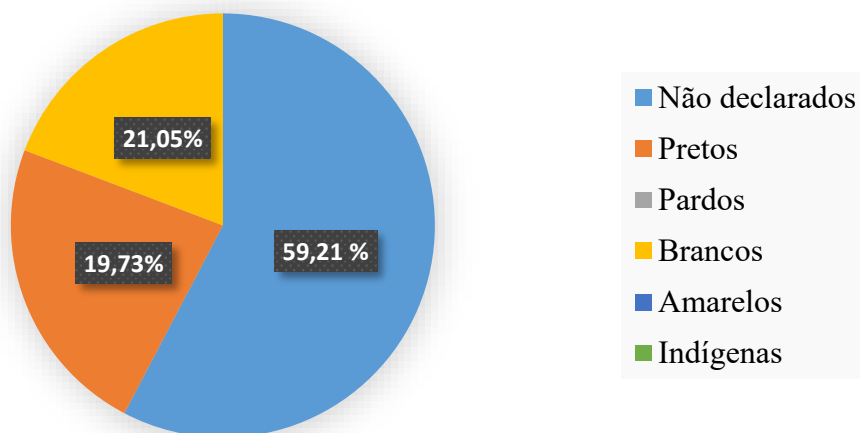


Gráfico: Autodeclarações raciais Educação Infantil - 1

Segmento Ensino Fundamental Anos Iniciais: 503 alunos

Não declarados: 280 alunos / Pretos: 95 alunos / Brancos: 112 alunos/ Pardos: 13 alunos
Amarelos: 3 alunos / Indígenas: 0 alunos.

Autodeclarações raciais ou de cor- Ensino Fundamental Anos Iniciais

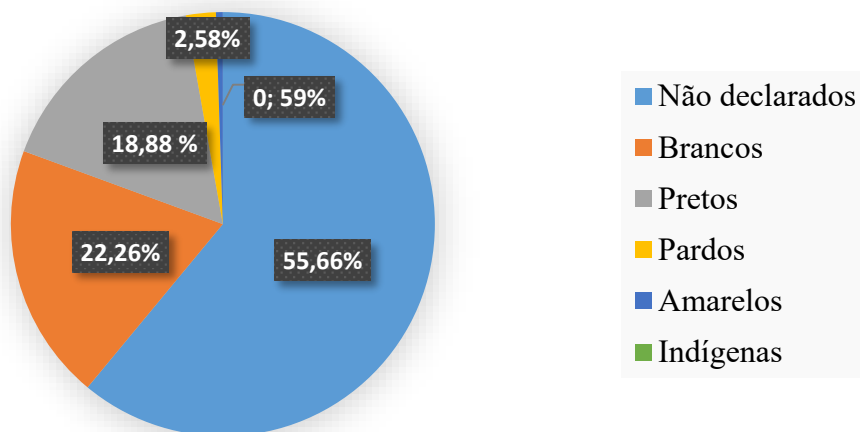


Gráfico: Autodeclarações raciais Ensino Fundamental Anos Iniciais -2

Segmento Ensino Fundamental Anos Finais- 244 alunos

Não declarados: 121 alunos / Pretos: 45 alunos / Brancos: 48 alunos/ Pardos: 27 alunos
Amarelos: 3 alunos / Indígenas: 0 alunos.

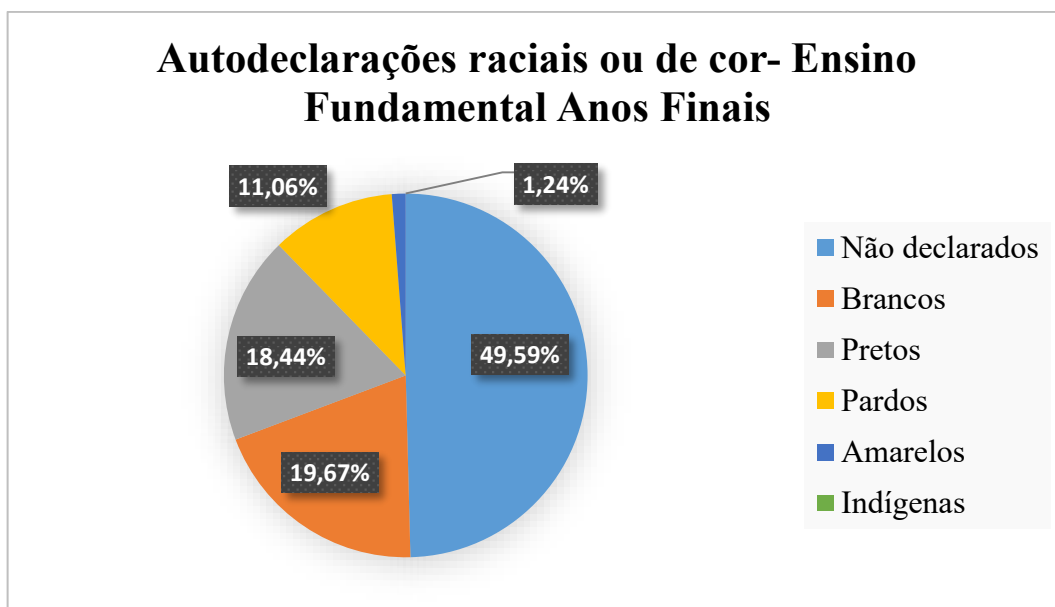


Gráfico: Autodeclarações raciais Ensino Fundamental Anos Finais - 2

Segmento Educação de Jovens de Adultos: 184 alunos

Não declarados: 126 alunos / Pretos: 27 alunos / Brancos: 21 alunos / Pardos: 09 alunos
Amarelos: 1 alunos / Indígenas: 0 alunos.

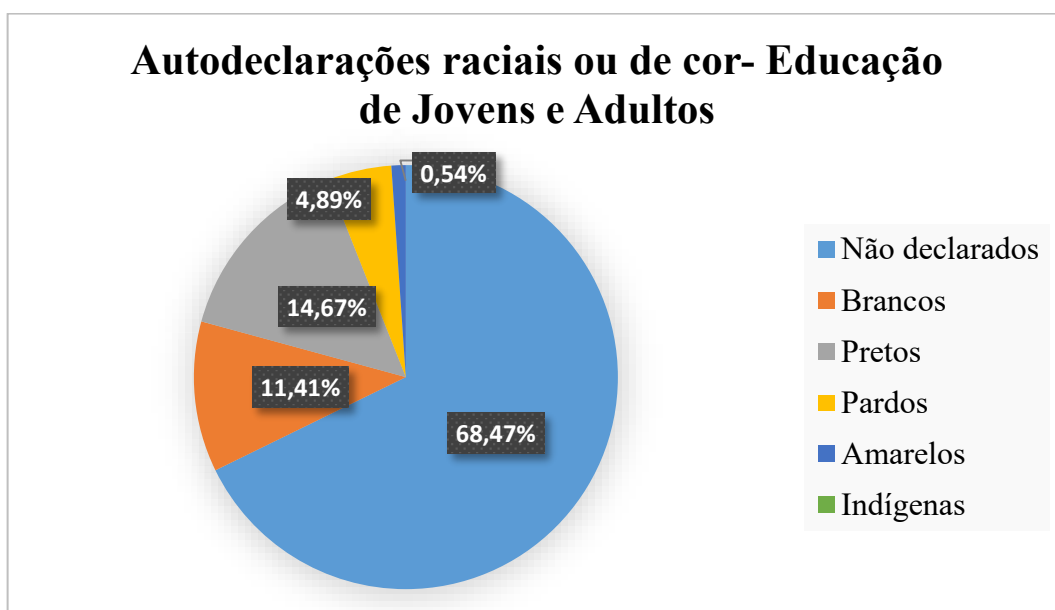


Gráfico: Autodeclarações raciais Jovens e Adultos- 3

Juntando os dados de declarações raciais ou cor de todos os alunos da escola, chega-se a seguinte conclusão:

Total de alunos matriculados em 2023: 1007 alunos

Não declarados: 572 alunos / Pretos: 182 alunos / Brancos: 197alunos/ Pardos: 49 alunos
Amarelos: 7 alunos / Indígenas: 0 alunos.

Total de autodeclarações raciais ou de cor- Corpo discente da Escola Iramar em 2023

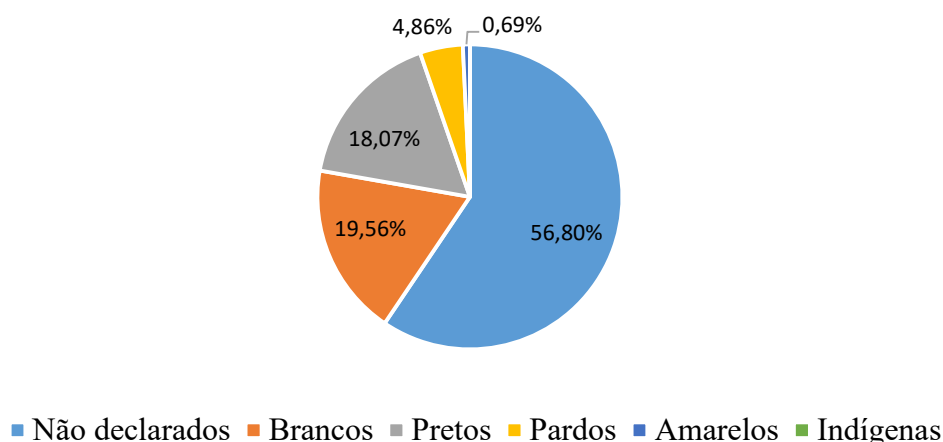


Gráfico: Autodeclarações raciais corpo discente Escola Iramar- 4

Verifica-se, portanto, com base na análise de dados, que 56,80% dos alunos da Escola Iramar da Costa Lima Miguel não declararam raça ou cor em 2023. Fato que se repetiu em todos os segmentos analisados. A raça mais declarada foi a branca com 19,56%. Vale ressaltar que o documento de matrícula analisado foi feito com base nas categorias estabelecidas pelo IBGE, que não usa a categoria racial negro, estabelecendo as categorias pretos, com 18,7% e pardos, com 4,86%. Verifica-se também a maior incidência da autodeclaração parda em níveis maiores de escolaridade, apontando para a necessidade de trabalhar questões ligadas aos diferentes tons de pele negra nas séries ou níveis mais baixos. Os autodeclarados amarelos somam 0,69% e nenhum indígena sendo autodeclarado na pesquisa.

Como já citado anteriormente, visual e esteticamente falando, a escola Iramar mostra-se uma escola marcadamente negra, embora isto não apareça na pesquisa. A explicação para tal fato pode encontrar-se nas dificuldades de auto reconhecimento racial ou da não aceitação da própria raça, fruto de séculos de racismo estrutural já esmiuçados no capítulo I desta dissertação. Vale destacar também os problemas de baixo auto estima dos alunos negros, que também servem de base para explicar a não declaração racial massiva do corpo discente.

Análise racial do corpo docente:

Para analisar as autodeclarações de raça ou cor do corpo docente foi feito um formulário Google Forms com dez perguntas mistas, sendo uma delas a auto declaração racial ou de cor e outra o segmento em que o professor atuou em 2023, para que os dados possam ser cruzados, por segmento e na totalidade.

É importante explicar que os participantes dessa pesquisa foram os professores/professoras concursados no município de Nova Iguaçu com matrícula alocada na Escola Municipal Professora Iramar da Costa Lima Miguel, que estão em exercício na função pedagógica em sala de aula e com mais de 3 anos de atuação na escola Municipal Professora Iramar da Costa Lima Miguel. Estes critérios de inclusão foram delimitados devido ao grande número de professores contratados e com dobra de carga horária que possuem sua matrícula alocada em outra Unidade Escolar, tratando-se de professores com vínculos temporários. Também vale destacar que a participação dos professores não era obrigatória e as perguntas também não eram obrigatórias, podendo o professor escolher se gostaria de participar da pesquisa e quais perguntas responder ou não.

Analisando os dados da pesquisa chegamos as seguintes conclusões:

De acordo com os critérios acima, 35 professores foram convidados a responder a pesquisa, mas somente 25 aceitaram participar. Dentre os 25 professores que participaram: 44% (11 professores) atuam no Ensino Fundamental II, 28% (7 professores) atuam no Ensino Fundamental I, 20% (5 professores) atuam na Educação de Jovens e Adultos e 8% (2 professores) atuam na Educação Infantil. Estes dados e a identificação dos professores foram abordados na primeira e segunda perguntas da pesquisa. Os motivos da não participação na pesquisa não foram levantados.

Terceira pergunta da pesquisa: Auto declaração étnico- racial ou de cor (pergunta aberta, sem opções de escolha, sendo aceitas quaisquer respostas).

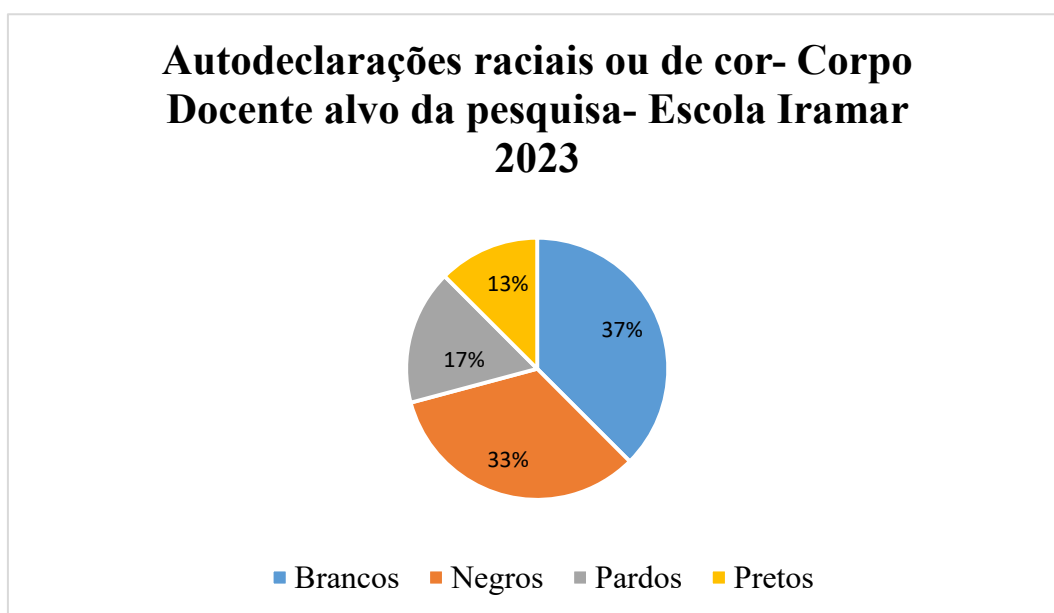


Gráfico: Autodeclarações raciais corpo docente 2023 - 5

Dos 25 professores que responderam a pesquisa, 24, deram sua autodeclaração racial ou de cor, sendo os negros a maioria do corpo docente, com 59% dos professores, divididos nas categorias preta, parda e negra. Dentre os 24 professores que responderam essa pergunta, 41% se autodeclararam brancos. Não houve declarações de amarelos ou indígenas, porém, um professor deu a seguinte resposta: “Branco. Colocava amarelo, mas li que o amarelo é classificado como alguém que tenha origem oriental e eu não tenho”. Essa colocação nos leva a refletir sobre a necessidade de abordar de forma mais clara e contundente as questões de raça, para que os alunos e até mesmo professores, tenham mais conhecimentos que facilitem essa auto declaração e sentimento de pertencimento a uma determinada raça.

Fazendo uma analogia entre as autodeclarações dos corpos discentes e docentes constatamos que embora a maioria dos professores se autodeclarem negros, essa representatividade não tem se refletido nos alunos, onde a maioria não se autodeclara, o que transparece a necessidade de autorreflexão, atividades diversas, projetos e debates constantes sobre as questões de racialidade- lacuna onde o SANKOFA se insere.

2.1.2. Limites e possibilidades: o que dizem as professoras e professores sobre a lei 10.639 e suas aplicações

Na pesquisa realizada com os professores foram abordadas questões importantes para fazermos o mapeamento acerca dos conhecimentos e aplicações da lei 10.639 na Escola Municipal Professora Iramar da Costa Lima Miguel. As análises dessas respostas indicaram caminhos para a elaboração e atuação do projeto proposto.

Quarta pergunta da pesquisa: Você conhece a lei 10.639? Em caso positivo, como teve conhecimento da lei? (Pergunta aberta)

1-Sim. Escola.

2- Sim. Tive conhecimento da lei no meu trabalho.

3- Sim. Através dos estudos oferecidos em algumas escolas desde de que foi instituída

4-Sim. Pelo engajamento que busco em questões raciais

5- Sim. Na escola.

6- Sim. Na escola.

7- Sim. Na escola.

8- Sim. Na própria escola.

9- Nas capacitações das escolas em que trabalho

10- Sim. Essa lei fala sobre a obrigatoriedade da inclusão do Ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica Nacional, tanto em escolas públicas ou privadas, tanto no Ensino Fundamental quanto o Médio, abordando temas importantíssimos como o Racismo.

11- Sim. Curso Normal

12- Sim. Pela Internet.

13- Sim, através da publicização da conquista que é histórica e pelos debates na escola pública.

14- Sim. Logo após a publicação em diário oficial.

15- Sim. O conhecimento se deu através da divulgação da lei e dos projetos educacionais associados à ela assim como realizados.

16- Sim. Através do estudo da LDB

17- Sim, através estudos de atualização.

18- Sim. Tive acesso a lei 10.639 quando comecei a dar aula em 2004, logo após a sua implementação em 2003.

19- Tive que conhecer um pouco da lei na época em que foi criada para poder lutar pelos meus direitos.

20- Sim. Conheci através de estudos formais a nível universitário e de literatura específica. Aprofundei os conhecimentos e ainda tenho aprofundado, por meio da observação prática de colegas e do aprendizado de sua aplicação, com professores lindamente engajados, tanto na Escola Municipal Professora Iramar da Costa Lima Miguel, quanto em outras unidades em que leciono e/ou lecionei.

21- Sim, em pesquisa na graduação.

22- Sim. Quando estava cursando a graduação, Licenciatura Plena em Pedagogia, pela UERJ.

Dos 25 professores que responderam a pesquisa, 22 responderam a questão sobre o conhecimento da lei 10.639. Ao analisarmos as respostas constatamos que 100% dos

professores possuem o conhecimento sobre a existência e conteúdo da lei e os locais onde este conhecimento se deu ou se dá é majoritariamente na escola ou por meio de estudos próprios em universidades, cursos ou na internet. O papel que a escola desempenha como continuadora de formação do professor fica nítido e sua importância cada vez mais latente. Por isso o SANKOFA propõe que as formações continuadas sejam feitas em serviço e de forma perene, pois entendemos que cursos de formação oferecidos esporadicamente e a um número reduzido de professores não cumpre este papel formador, estabelecido pela lei 10.639.

Quinta pergunta: Você faz uso da lei 10.639 em suas aulas?

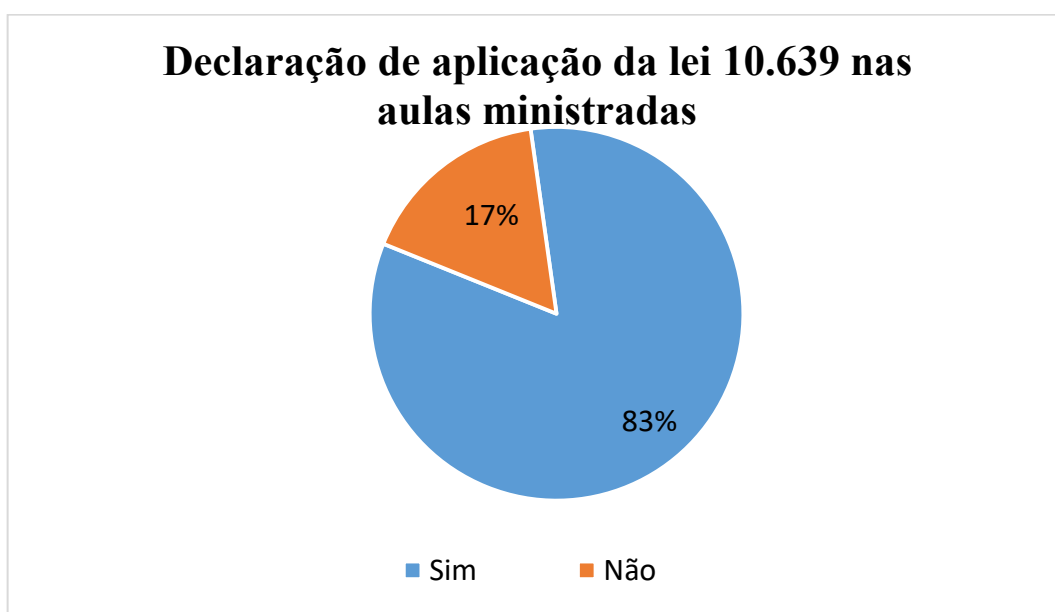


Gráfico: Aplicação da Lei 10.639 - 6

Dos 25 professores que responderam à pesquisa, 24 responderam sobre o uso ou não uso da lei 10.639 em aulas ministradas. 83% dos professores disseram fazer uso da lei e 17% disseram não fazer uso da lei em sala de aula. Quando os motivos para não uso são apontados verificamos respostas como não encontrar materiais adequados as suas disciplinas e resistência por parte dos alunos.

Sexta pergunta: Caso tenha respondido à pergunta anterior de forma afirmativa, qual a frequência com que você faz uso da lei 10.639 em suas aulas?

Frequência na aplicação da lei 10.639 em sala de aula

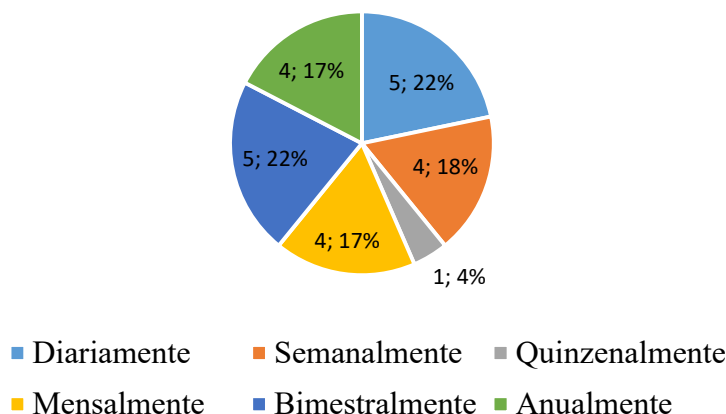


Gráfico: Frequência da aplicação da lei 10.639- 7

Embora 16% dos professores (4 professores) tenham respondido não fazer uso da lei em sala de aula, 24 professores responderam à pergunta sobre a frequência do uso da lei, sendo apontada a forma bimestral como a mais usada e a quinzenal como a menos usada. Cerca de 40 % dos professores dizem fazer uso da lei de forma semanal ou mensal. Apenas 10% usam abordam as temáticas da lei de forma diária, sendo um número menor do que aqueles que abordam essas temáticas apenas uma vez no ano, somando um total de 20%.

Ora, se todos que responderam a pesquisa tem conhecimento da lei e sabem que a proposta é o ensino constante da história e cultura africana e afro brasileira, nas perguntas de número 7 e 10, todos os professores declaram entender a importância da lei para o seu trabalho e da educação para o combate e superação do racismo, por que insistem em abordar a proposta da lei de forma anual ou bimestral? Essas respostas foram apontadas na pergunta de número 8 da pesquisa.

Oitava pergunta: Na sua opinião, qual (is) a maior (res) dificuldade (s) para aplicação da lei 10.639 em suas aulas?

1-Ainda há muito preconceito relacionado à religião africana.

2-Nenhuma, o problema é que muitas vezes eles não assimilam o que passamos ou têm entendido de forma distorcida.

3-Os alunos seguem um padrão familiar de pensamento, dependendo da idade do discente em questão. É preciso respeitar todas as formas de pensamento, assim como é preciso combater todas as formas de discriminação acerca do modo de vida e cultura de cada um.

4-O preconceito com algumas nuances da cultura africana.

5-A discussão sobre o racismo e às religiões de matrizes africanas.

6-A dificuldade é o tempo mesmo, uma vez que precisamos dar o conteúdo, no meu caso, ênfase na gramática de Língua Portuguesa.

7-A escola proporciona todo o apoio necessário para a sua aplicação em sala de aula.

8-Falta de formação adequada e de materiais que abordem o tema.

9- Falta de interesse do próprio aluno.

10- O tempo e a questão cultural: religião, preconceito, paradigmas difíceis de serem quebrados em pouco tempo das aulas.

11-Eu acredito que a dificuldade maior seja a quantidade de demandas e conteúdo que o professor precisa trabalhar ao longo do ano.

12-Falta de formação dos professores. Acredito que apenas 30% trabalhe o tema.

13- Carência de diversidade de atividades que possam ser aplicados com interdisciplinaridade e paralelidade ou sem o aspecto de conteúdo apartado. Exemplo: Culinária de origem Africana/Indígena: precisamos aproximar ao fluxo de conceitos, agregando-a dentro dos conteúdos de pirâmide alimentar, alimentação saudável, nutrientes, agricultura, etc. Carência de atividades e conteúdos sobre a população (negra e indígena) local, sendo necessário criação/elaboração a partir de escassos materiais/fontes.

14- O preconceito que as crianças trazem de casa.

15- Acredito que não haja dificuldade de aplicação, falar da 10.639 é vivenciar cotidianamente a realidade dos nossos sujeitos. É uma prática interdisciplinar e precisa ser lembrada no cotidiano e interior da escola.

16- O currículo, família, religiões neopetencostais, governos e profissionais de educação que limitam o trabalho do docente na aplicação da referida.

17- O autoreconhecimento do indivíduo/ identidade.

18-Não tive dificuldade na Escola Iramar, pois sempre pude contar com o auxílio de materiais pedagógicos, vídeos, cursos de formação, palestras e debates sobre o assunto.

19- Dentro de minha área, Ciências da Natureza, não encontro dificuldades em abordar o assunto em minhas aulas.

20- Na minha opinião, uma das dificuldades na aplicação da lei 10.639 em sala de aula é a resistência por parte de alguns alunos ao abordar temáticas acerca dos costumes religiosos do povo africano.

21- Muitas vezes o tempo, pois o conteúdo é intenso e o excesso de projetos da SEMED, não permite avançar falar muito da lei.

22- As barreiras ideológicas que colocam o estudante na posição de não reconhecimento e de resistência às próprias idiossincrasias, além da descrença em si e em sua importância na sociedade, na história, no mundo...

23- O desconhecimento e o desinteresse ao novo, a naturalização do estereótipo racial em nossa sociedade e a persistência do preconceito de cor ou etnia.

24- Na escola que eu trabalho não tenho dificuldade em relação ao suporte da equipe pedagógica, mas por parte dos alunos que trazem enraizados questões que deveriam ser trabalhados em casa ou até mesmo porque acham que aquelas atitudes são normais. Todos os dias praticamente, faço intervenções quando ouço alguma atitude que vai contra tudo aquilo que acredito e ensino. Não acho que essas intervenções sejam horas perdidas de aula e sim momentos de trocas e resgate do amor e respeito ao colega que está com você diariamente.

Ao analisar a diversidade de respostas podemos verificar que as dificuldades e resistências, por parte de alunos e familiares, em abordar temas relacionados as religiões de matriz africana é um dos impedimentos ou obstáculos para alguns professores. Assim como os valores familiares deturpados, barreiras ideológicas, falta de interesse e normalização do racismo por parte de alguns alunos. A questão da falta de materiais adequados também é apontado por alguns, bem como a questão do tempo, falta de formação adequada ou excesso de demandas.

Por fim, abordamos na 9ª pergunta sobre a responsabilidade do poder público municipal na questão do suporte para a aplicação da lei 10.639 dentro de nossa escola e obtivemos as seguintes respostas:

Nona pergunta: Qual (is) tipo (s) de suporte (s) você considera necessário por parte do poder público municipal para a aplicação da lei 10.639?

- 1- Material didático que tenham atividades explícitas sobre religiões de matrizes africanas.
- 2- Mais livros e materiais sobre o assunto.
- 3- Ninguém nasce racista. As pessoas aprendem a ser racistas, pq no Brasil as consequências sempre foram muito rasas. São necessárias penalidades mais eficientes. Trabalhos de conscientização humana já existem.
- 4- Mais divulgação e projetos que versem sobre ela.
- 5- A disponibilidade de materiais para trabalhar o tema que a lei abrange para que ela não seja lembrada apenas numa data específica como acontece regularmente.
- 6- Fornecer materiais: livros, filmes, ambientes para fazer essa exposição aos alunos.
- 7- Inserção de literaturas de autores negros.
- 8- Formações continuadas sobre o tema.
- 9- Materiais adequados.
- 10- Propaganda forte, ampla divulgação em TV, outdoors, palestras, cursos e que se cumpra a lei de verdade.
- 11- Acho que preparar mais o professor para identificar e trabalhar de forma correta essas questões e material pedagógico apropriado para desenvolver práticas de forma lúdica que promovam a reflexão e mudança de postura.
- 12- Muita formação.
- 13- Criação e disponibilização de variados recursos de mídia e gráficos que possam ser utilizados na elaboração de atividades. Criação de suporte e exposição acessível, para produções desenvolvidas pelas unidades e pelas equipes técnicas. Incentivo à formação continuada dos profissionais da educação.
- 14- Palestras, filmes, livros paradidáticos...
- 15- Formação continuada permanente.
- 16- Formação continuada para todos os profissionais.
- 17- Mais espaço e oportunidades para implementação e divulgação de tudo que é desenvolvido sobre a lei.
- 18- O poder público municipal deveria contribuir com mais cursos de formação continuada para os professores sobre essa temática. Talvez a criação de um departamento específico, na SEMED para dar suporte as escolas, professores e assegurar o cumprimento da lei nas unidades de ensino. Há escolas no município que ainda parecem desconhecer a lei.

Muitos professores não reconhecem a importância ou não se sentem preparados para trabalhar esse assunto. Também existem aqueles que apresentam muita resistência.

19- Que os docentes das diversas áreas, recebam orientações para dar o conhecimento da história, entendendo-se o contexto da época, valorizando o indivíduo e a cultura de sua ancestralidade, lembrando que, nosso país, possui uma população totalmente miscigenada, não cabendo assim, dar maior valor, a esta ou aquela. Nossa cultura tem influência indígena, africana, japonesa, italiana, alemã entre outras.

20- O poder público municipal tem que fornecer materiais elaborados por entidades comprometidas com o combate ao racismo.

21- Apoio material em termos de estrutura física, literária, artística, esportiva, cultural etc., além de profissionais de apoio que trabalhem, junto ao professor, com a fomentação de práticas de inserção e reconhecimento alinhadas com a diversidade de ação, ideias e culturas.

22- Tecnológico, mas fundamental o diálogo a interação a partir dos conhecimentos vindos dos estudantes e a desconstrução do senso comum pelo diálogo e trocas de experiências.

23- Infelizmente é necessária uma fiscalização para que seja certificado que a Lei realmente está sendo aplicada.

A questão da formação contínua dos professores é a mais apontada pelos participantes da pesquisa, seguida da carência de materiais adequados e suporte, onde é citado um braço na Secretaria de Educação voltado para este assunto, livros, filmes, vídeos, palestras, mídias de forma geral, etc. A questão da divulgação e informação sobre a lei e seus avanços também é apontada pelos participantes da pesquisa, além de fiscalização para o cumprimento da mesma.

Os resultados da pesquisa foram apresentados ao corpo docente da escola e de forma mais sistemática aos sujeitos q a responderam e os diálogos foram interessantes no sentido de evidenciaram as fragilidades em relação a aplicação da lei 10.639 em sala de aula.

O resultado da pesquisa sobre a autodeclaração racial dos alunos causou estranheza, levando os professores a dialogarem sobre a necessidade de abordar de forma recorrente e diversificada a questão em sala de aula. Neste sentido, aproveitando a remodelação em andamento, do PPP da escola, acordou se algumas modificações no currículo de datas comemorativas anuais e adições referentes a lei 10.639 neste importante documento.

Pressuposto, o Projeto Político Pedagógico torna-se fundamental para a escola por ser o elemento norteador da organização de suas ações, visando ao sucesso na aprendizagem dos alunos – finalidade maior da escola como instituição social. Nessas perspectivas, é importante

considerar o Projeto Político Pedagógico como um instrumento valioso para assegurar não só o sucesso da aprendizagem dos alunos, mas também, como as suas presenças e participações numa escola prazerosa e de qualidade. É importante ter em mente também, que o Projeto Político Pedagógico não é apenas uma obrigação legal que a escola deve atender, mas também vê-lo como uma conquista que revela o seu poder de organização e de integração com a comunidade escolar, procurando cada vez mais ter autonomia em suas decisões.

Outro elemento importante para caracterizar uma escola é o seu currículo. O currículo é visto, em termos do conhecimento, tratado pedagógica e didaticamente pela escola, como a base do que será ensinado, devendo ser construído pensando a realidade do aluno e aplicabilidade dos conhecimentos em sua vida, atual e futura. Ele é “também o conjunto de experiências a serem vividas pelo aluno”, para tanto, o currículo deve proporcionar ao aluno condições de articulação dos saberes, de modo que façam sentido, permitindo-lhe ser um cidadão crítico, capaz de atuar com competência na vida pessoal, afetiva, social e profissional.

Ao considerarmos a escola como espaço de formação e que a educação deve ter caráter emancipatório para que tenhamos uma sociedade mais justa, não podemos deixar de refletir sobre e a partir de que visão de currículo queremos trabalhar. Neste sentido, através dos conteúdos selecionados, os alunos passam a conhecer e compreender melhor a realidade social que lhes cerca. Os temas a serem desenvolvidos deverão priorizar valores a serem incorporados pelo sujeito para ajudá-lo a interferir na realidade. Daí a necessidade de um currículo antirracista.

De acordo com Romão (1999), para atendermos a diversidade presente na escola, entendemos que os currículos devem expressar conhecimentos sobre todos os seguimentos que fazem parte da escola, comunidade, sociedade, centrados na perspectiva multicultural como propõe Gadotti:

Equidade em educação significa igualdade de oportunidades para todos poderem desenvolver suas oportunidades. E ela só pode ser atingida quando classes populares entrarem e permanecerem numa escola que lhes interessa. “Igual para todos” não significa uniformidade monocultural. (Gadotti, p. 21)

Ao trabalharmos com a realidade social da comunidade escolar, concordamos com Gomes (2011) sobre a necessidade de descolonizar os currículos. Para a educadora: A descolonização do currículo implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber. Estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo. Nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e

do mundo torna-se um desafio para a escola, os educadores e as educadoras o currículo e a formação docente.

Evidentemente a Escola Municipal Professora Iramar da Costa Lima Miguel faz parte de uma Secretaria de Educação, no município de Nova Iguaçu, e de acordo com lei 10.639 o poder público das diferentes esferas tem responsabilidade sobre o cumprimento da lei. Neste sentido, conversamos no dia 18 de dezembro de 2023, no gabinete oficial, com a Secretária de Educação do município, senhora Maria Virgínia de Andrade Rocha, que exerce essa função há 7 anos, sobre a lei 10.639 e suas aplicações nas escolas do município de Nova Iguaçu e os suportes e responsabilidades da Secretaria de Educação.

Analizando as palavras da Secretária de Educação, interpreto que há boa vontade e iniciativas primárias para a aplicação da lei, mas não há de fato um projeto de implementação de Educação Antirracista nos moldes em que a lei 10.639 propõe. Ainda é feito, 21 anos após a criação da lei, com base em um projeto sem direcionamento específico. Mas concordo com a Secretária que estamos avançando, com a maioria dos professores da rede abraçando a causa antirracista e ansiando por informação e formação.

A educação é um ato. Este ato educativo é um ato político, social, ligado a atividade social, econômica, ao ato produtivo. O trabalho do educador não é somente transmitir o conhecimento, mas é também cultivar no encontro com o aluno o conhecimento, a semente da libertação e da conscientização. Paulo Freire (1981) diz que o papel de conscientização é a decifração do mundo, dificultada pela ideologia, é ir muito além das aparências. Porém, isso ainda não basta. A reflexão crítica é importante, necessária como base, porém há de se ir além dela, além dos discursos, para que o rumo das coisas realmente se modifique. Gadotti (1982) salienta que a educação, a filosofia, a arte e a ciência não são neutras, pois estão sempre vinculadas a uma sociedade, as relações de produção, ao modo de produção econômica, a um sistema político. A importância dos princípios educacionais e filosóficos está na sua tarefa essencialmente crítica de preparar para ação, reflexão e ação.

O ato educativo deve permitir o exercício da reflexão crítica e esta reflexão deve traduzir-se em atitudes. De acordo com Gadotti (1982) a filosofia deve contribuir para indicar caminhos, para esclarecer, suscitar o espírito de responsabilidade, de lucidez, de participação na solução dos problemas educacionais que são os nossos, os problemas do nosso tempo.

Nesta perspectiva, concordamos com Gadotti (1982), pois queremos formar o sujeito que, consciente pelas suas práxis, será capaz de alterar o meio, de dar-lhe sentido, capaz de dar sentido à história, fazendo história. Para tanto, é preciso incluir todos, promover o diálogo intercultural, valorizando as diferentes etnias e culturas, credos, enfim, a diversidade que se

encontra no universo escolar. Despir-se dos preconceitos, estar atento as contradições que moram dentro da realidade, acompanhar o dinamismo histórico dessa realidade. Compreender a cidadania como participação social e política, como exercício de direitos e deveres sociais, políticos, ambientais, adotando, no dia a dia atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio as injustiças, visando sempre a transformação social.

CAPÍTULO 3- SANKOFA EM AÇÃO!

“Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. ”

Paulo Freire

Segundo o materialismo histórico, para se estudar o ser humano e a sociedade é preciso partir da análise do que os homens e mulheres fazem da forma como produzem os bens materiais. Esta é a forma possível para compreender como eles pensam e agem. Assim, deve-se ter uma reflexão crítica sobre atividade educacional, de modo a esclarecer a tarefa dos profissionais da educação, bem como avaliar as decisões tomadas. Para tanto há a necessidade de uma prática dialética: ação/reflexão/ação.

A pesquisa apresentada no capítulo anterior teve esse objetivo: compreender o ponto que estamos enquanto escola frente a perspectiva da aplicação da lei 10.639 e de uma educação antirracista, que em nossa perspectiva trata-se de práticas que valorizem as multiplicidades de saberes e protagonismos africanos e afro-brasileiros, levando a uma possível melhor qualidade de vida, melhoria de oportunidades e igualdade de convivências.

É responsabilidade e necessidade da escola definir os pressupostos e princípios básicos que norteiam a sua ação pedagógica, isto quer dizer que é preciso que a escola tenha uma filosofia claramente definida e ações bem planejadas e executadas. Assim sendo, faz-se necessário ter clareza da visão de sociedade, de educação, de instituição escolar, de ser humano, de conhecimento, de ensino e de aprendizagem que pautam suas ações. Nessa perspectiva, compreendemos a necessidade de suporte para a aplicação da lei 10.639 dentro da Escola Municipal Professora Iramar da Costa Lima Miguel para a construção coletiva de uma pedagogia antirracista que visa desenvolver uma sociedade mais justa e igualitária.

A sociedade enquanto uma estrutura complexa, que atualmente se apresenta repleta de ações contraditórias, tem gerado violência e desigualdade sociais, mas almeja-se uma sociedade justa, solidária, sem discriminação, racismos e sem violência.

Em seu sentido amplo, a educação é compreendida como um processo que favorece a cada grupo social o acesso à cultura da sociedade em que vive. Enquanto ação que acontece de

forma institucionalizada, deve garantir o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências, proporcionando assim, o crescimento humano, cultural e social dos educandos. Apesar de seus determinantes histórico-sociais, constitui-se em um instrumento importante no processo de transformação social, uma vez que não se é possível ação neutra quando se trata de educação, como propõe Paulo Freire:

Na medida em que compreendemos a educação, de um lado, reproduzindo a ideologia dominante, mas, de outro, proporcionando, independentemente da intenção de que tem o poder, a negação daquela ideologia pela confrontação entre ela e a realidade, realidade vivida pelos educandos e pelos educadores, percebemos a invalidade de uma educação neutra. (Freire, 1992, p. 23)

Neste sentido acreditamos e incentivamos a intencionalidade, para que as escolhas do dia a dia nas salas de aula reflitam essa educação transformadora. Sabe-se que os riscos de mecanização estão presentes de forma geral no mundo contemporâneo, conseqüentemente muitos profissionais da educação acabam desenvolvendo um trabalho não comprometido, ignorando muitas vezes o contexto escolar e as orientações da lei 10.639. Portanto aos profissionais da educação cabe discutir criticamente a situação, rompendo as formas alienantes que envolvem a realidade escolar.

Nesse contexto, insere-se a escola enquanto instituição social responsável pela educação institucionalizada, que não sendo neutra deve assumir o exercício da cidadania, por nós entendida como viver a cidadania na compreensão da realidade, no acesso aos saberes historicamente acumulados dos mais diversos povos no exercício da responsabilidade, no respeito pela diversidade, no compromisso com as condições de desenvolvimento humano, social e ambiental de todos os atores envolvidos nesse espaço.

Portanto, cabe à escola assegurar a todos, uma educação que ofereça uma instrumentalização científica, crítica, criativa e participativa cumprindo com a sua responsabilidade social que é a formação plena do educando e a construção de uma sociedade mais justa e solidária, conforme determina a Constituição Brasileira em seu Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), Art.2º: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” E a lei 10.639 “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino

fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro Brasileira. ”

Esporadicamente há um pensamento comum que somente os professores de História devem trabalhar questões relacionadas a Lei 10.639, já que questões culturais e históricas de um povo são campos de atuação de historiadores. Porém não é essa a designação da lei, que deve ser cumprida por todos os professores e disciplinas, já que a história e cultura africana e de quaisquer outros povos se expressam em diversas áreas como a Matemática, as Linguagens, os esportes, etc.

A disciplina de História, geralmente, é um módulo que cria uma certa expectativa por parte da sociedade quando falamos do campo da cultura, principalmente devido ao fato de estudar a trajetória da humanidade e a evolução da ação do ser humano no decorrer do tempo, mas, também, pela complexidade da matéria-prima analisada: os seres humanos, as relações e construções no decorrer dos tempos.

Paralelo a essa dita dificuldade, reconhece-se a importância da disciplina, pois todo fato histórico se apoia, de maneira refletida ou não, em alguma visão de mundo, em uma teoria ou narrativa, e, portanto, é fundamental ao professor que o mesmo tenha conhecimentos sobre ela. Para o historiador medievalista, *Jacques Le Goff* (1990), a ciência histórica define-se pela indagação e pelo testemunho dos indivíduos. Tal é o significado do termo grego e de sua raiz indo-europeia *wid-*, *weid-*, “ver”. Assim, a história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer “Eu vi, senti”. Esse aspecto da história-relato, da história-testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica. Paradoxalmente, hoje se assiste à crítica desse tipo de história, devido à vontade de colocar a explicação no lugar da narração; mas, também, ao mesmo tempo, presencia-se o renascimento da história testemunho por intermédio do “retorno do evento (Nora), ligado à nova mídia, ao surgimento de jornalistas entre os historiadores e ao desenvolvimento da “história imediata”.

Há uma diversidade importante entre os caminhos ao passado e que, praticamente, todos eles são permeados por tensões, conflitos e disputas. Memória, história e esquecimento são experiências necessárias que, esporadicamente, se confundem e se complementam.

Hoje nos encontramos muito distantes tanto da noção de história como do registro fiel do passado; da redução da memória a um tipo de reconstrução seletiva do passado. O passo fundamental a ser dado é perceber, portanto, que, na reconstrução do passado, nada há de natural, como nos diz Michel Pollak (1992) que, a priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa, mas *Maurice Halbwachs*, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um

fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

Sankofa é mostrar que o passado é uma construção do presente e a História é formadora dos sujeitos históricos, dos quais todos nós fazemos parte de forma social, cultural e política, trabalhando junto aos nossos alunos a questão da ausência de neutralidade nos pensamentos, memórias, escolhas e ações, além da noção de sujeitos históricos responsáveis pelas mudanças, lutas, tolerâncias e questionamentos a respeito das realidades, como nos diz Circe Bittencourt (1993) ao afirmar que os confrontos tornam-se inevitáveis pelo poder que as disciplinas escolares exercem na legitimação de determinados conhecimentos que são difundidos para amplos setores da sociedade. Este poder das disciplinas escolares é que explica as contínuas reformulações curriculares e que nos conduzem as especificidades do conhecimento de cada componente curricular a lei 10.639.

3.1- Sankofa, uma construção coletiva

Quando se tem uma ideia na cabeça, esporadicamente, não se tem a plena noção do quanto a realização daquela ideia irá demandar do idealizador. E foi exatamente assim que o SANKOFA iniciou seu desenvolvimento. Acreditamos inicialmente que seria uma ideia “fácil” de se concretizar: criar um centro de suporte para a aplicação da lei 10.639 dentro da escola. Mas não foi simples e nem fácil.

O primeiro passo foi expor o projeto para a Direção Geral da escola onde estávamos propondo o projeto. E o mesmo foi recebido com entusiasmo e autorização, mas ficava claro que não haveria verba para a implantação e que o projeto precisaria também da aprovação da Secretaria de Educação na pessoa da secretária Maria Virgínia, pois a escola está subordinada a uma hierarquia superior e nada que envolva a estrutura predial, o currículo e as atividades pedagógicas da escola como um todo (pois não seria um projeto de uma turma, turno ou disciplina, e sim, um projeto que abrangeria toda a comunidade escolar), poderiam ser feitos sem aprovação da SEMED.

Partimos para o segundo passo, conseguir agendar uma reunião com a secretária de Educação para apresentar o projeto SANKOFA. Era agosto de 2022, havíamos voltado do recesso de julho, período que escrevi e formatei todo o pré-projeto para apresentar. As demandas do cargo de Secretária são muito extensas e só conseguimos agenda para setembro. Fomos ansiosas e na expectativa da aprovação. A conversa foi excelente. A Secretária mostrou-se aberta a trabalhar de forma mais efetiva o conteúdo da lei 10.639 dentro da nossa escola. Precisava de tempo para ler as proposições do projeto e autorizar ou não, a sua execução.

No final de setembro o projeto SANKOFA foi aprovado e precisávamos de um local físico para marcar sua existência, para que a ideia de sankofa tivesse visibilidade, fosse referência, ajudasse a criar um novo ponto de vista e até um abrigo de acolhida, de acordo com as palavras de Gomes.

Quando empregamos comumente a idéia de “ponto de vista”, em geral, estamos nos referindo à opinião. Raramente consideramos o quanto essa expressão é geográfica uma vez que possui um inequívoco comprometimento espacial. Um ponto de vista é, antes de tudo, uma posição (no espaço). Dessa posição “vemos” algo e, por isso, o acesso à visualidade é dependente da localização e da posição do observador. (Gomes, 2012, p.6)

Mas não havia lugar. Todas as dependências da escola estavam sendo utilizadas e não havia verba para construir um lugar para SANKOFA. Então, cogitando as possibilidades possíveis, a solução encontrada foi reformar um cubículo de 1 metro e meio de largura por 2 metros de comprimento, onde antes funcionava uma antiga cantina escolar e instalar ali nosso ponto físico.

Mesmo em um local tão pequeno, com uma reforma extremamente econômica, traduzindo- se em descascar, emassar e pintar paredes, instalar uma tomada e uma porta, demorou bastante para que a reforma fosse feita e não havia autorização para que fosse feito com recursos próprios. A saga de enviar mensagem, de pedir e lembrar da reforma se arrastou por dois meses e somente no final de novembro o local começou a ganhar a vida que esperávamos.



Figura 2: - Início da reforma da saleta onde se localiza o Sankofa
Acesso: Acervo pessoal da Autora

Enquanto o espaço físico não ficava pronto, iniciamos as conversas e debates com os professores sobre a realização do projeto e toda a dinâmica que ele envolvia. A maioria do

corpo docente da escola abraçou a ideia e mostrou-se empolgado com a ideia de suporte para trabalhar as questões de cultura e história africana e afro-brasileira. Mas claro, houveram “narizes torcidos” e discursos de que já haviam muitos projetos e demandas na escola, não precisavam de mais um “peso” para carregar. Neste momento, foi essencial todo o estudo e conhecimento, teórico e prático, que buscamos, para apresentar os pontos da lei, mostrando a necessidade da aplicação de práticas antirracistas dentro da escola. Deixamos claro que o projeto não era de ninguém em específico e sim da escola como um todo e que não era intenção “meter o pé na porta” obrigando nenhum professor a participar, mas esperávamos que a lei fosse a chave para abrir essa porta, por não se tratar de uma opção e sim de uma obrigação legal.



Figura 3: Apresentação do Projeto Sankofa ao corpo docente
Acesso: Acervo pessoal da Autora

Após a concordância da Direção e do Corpo Docente, combinamos de introduzir o projeto SANKOFA no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e fazer algumas alterações no currículo para o ano seguinte (2023), ano que o projeto entraria realmente em vigor.

Temas gerais dos projetos pretendidos para os anos letivos de 2023 e 2024:

- > *Aluno Destaque do Bimestre realizado em todos os bimestres;*
- > *Projeto todos contra o Bullying realizado em maio;*
- > *Arraiá do Iramar realizado em julho;*
- > *Projeto Dia do Brincar realizado em todos os meses;*
- > *Mostra folclórica realizada em agosto;*
- > *Passeios formativos realizados durante todo o ano letivo em momentos diversos;*
- > *Festa das crianças realizada em outubro;*
- > *Palestras sobre Projeto de Vida realizadas entre julho e novembro;*
- > *Projeto contra o Trabalho e a Exploração Infantil realizado em novembro;*
- > *Projeto Minha Escola Contra o Racismo realizado em novembro;*
- > *CIPA Iramar instalado em junho de 2022 e em pleno funcionamento;*
- > *Projeto SANKOFA instalando em 2023 e em pleno funcionamento;*
- > *Projeto Horta escolar reativado em 2023 e em pleno funcionamento;*
- > *Projeto Recreios Divertidos instalado em 2023 e em pleno funcionamento;*
- > *Projeto TOP EJA realizado em outubro;*

Figura 4: - Página do PPP da Escola Iramar onde está escrito oficialmente o projeto Sankofa como um projeto da escola./ Acesso: Acervo pessoal da Autora

Neste sentido, de forma democrática, ouvindo as opiniões de todos e debatendo as ideias, chegamos no consenso de acrescentar alguns conteúdos transversais ou datas comemorativas, obrigatórias para toda a escola, em cada um dos bimestres:

*Primeiro bimestre (fevereiro a abril) - combate a intolerância religiosa (data comemorada em 21 de janeiro) e Revolta dos Malês (data comemorada em 25 de janeiro);

*Segundo bimestre (maio a julho) - Dia Mundial da África (data comemorada em 25 de maio);

*Terceiro bimestre (agosto e setembro) - Conjuração Baiana ou Revolta dos Búzios (data comemorada em 12 de agosto);

*Quarto bimestre (outubro a dezembro) - História e contribuição do samba (data comemorada em 02 de dezembro)

O fim do ano de 2022 se aproximava e a ideia de SANKOFA era cada vez mais real. Assim que o local ficou pronto, tratamos logo de colocar uma plaquinha com o nome de SANKOFA na porta e a curiosidade se instalou entre os alunos. Não conheciam o termo, não sabiam o que existiria ali e ficavam especulando entre eles. Vimos então a oportunidade de lançar a ideia entre os alunos e de forma lúdica, organizamos um teatro na quadra mostrando a caracterização do adinkra e explicando o conceito de sankofa e a ideia do projeto.



Figura 5 e 6: Local físico onde se localiza o Sankofa, porta de entrada e interior
Acesso: Acervo pessoal da Autora

Foi um sucesso! Crianças, adolescentes e adultos, adoraram a ideia de ter um lugar com livros voltados para os saberes africanos, onde poderiam ler tanto na escola, quanto levar emprestado para casa. Um local para conversar sobre casos de racismo sofridos dentro ou fora da escola, para ser acolhido quando precisasse conversar sobre algo relacionado a sua autoestima e motivação. Nós ficamos felizes com a recepção da maioria (claro, houveram indiferenças e até deboches, mas já estávamos esperando por isso), mas sentimos o peso da responsabilidade do que estávamos propondo. Haveria pessoas para tender a todos? Haveriam materiais para atender a todos? Haveria tempo para atender a todos?

Todas essas inquietações nos acompanharam durante as férias de dezembro/ janeiro e quando retornamos em fevereiro de 2023 já tínhamos estratégias para iniciar o projeto de fato.

Demos início a pesquisa com os professores (apresentada no capítulo anterior), pois precisávamos ouvir suas opiniões e posições quanto ao conteúdo da lei 10.639 para traçar estratégias de execução do projeto, para sabermos quais caminhos seguir. E conforme as respostas iam sendo dadas íamos dialogando e montando o suporte necessário de acordo com as demandas do corpo docente e discente.

De acordo com a necessidade da maioria, as formações, eram fundamentais e iniciamos o suporte por este quesito. Combinamos que todos os meses, um dia por mês, de março a dezembro, teríamos formações na escola, no espaço destinado as reuniões pedagógicas, que são momentos de formações continuadas e deveriam servir para a reflexão da prática pedagógica tendo em vista o planejamento para as aulas entre outros assuntos voltados para a educação e formação profissional. Vale aqui destacar que as LDB em seu artigo 67, inciso V, diz que:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;(LDBEN - Lei nº 9.394,1996)

Mas, além de ser um direito dos professores a formação em horário de trabalho, também é um dever dos mesmos a participação nestes momentos de formação, também de acordo com a LDB, artigo 13:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

E assim, colocamos em prática a montagem de um grupo de WhatsApp com pessoas que poderiam nos auxiliar com os suportes que o projeto necessitava. Vários amigos, entre eles, professores, produtor de teatro, atores e atrizes, psicóloga, escritores, militantes do Movimento Negro da Baixada, colegas de turma do Mestrado... muitas pessoas incríveis aceitaram fazer parte de uma rede de apoio para dar vida ao projeto SANKOFA.

Começamos a organizar uma agenda com palestras para todos os meses e criamos um padrão de palestra formativa, onde o palestrante formador nos enviava o material de leitura que seria trabalhado com antecedência, para que pudéssemos reproduzir e entregar aos professores daquele dia de formação antes do encontro, para assim poderem ler e ter base para debater e refletir o assunto no dia da formação. Disponibilizávamos o texto também por WhatsApp para que mesmo quem não estivesse presente no dia da formação tivesse acesso ao conteúdo. Vale aqui destacar que houve uma preocupação em diversificar os dias de formação para atender ao maior número de professores possíveis.

Claro que em 4 horas de formação não é possível abordar uma obra inteira de um autor escolhido. Então os formadores separavam capítulos ou páginas que consideravam mais relevantes diante dos assuntos que iriam abordar. Essas formações, embora fossem ministradas por uma diversidade de pessoas, tinham em comum o fato de terem objetivos principais muito bem definidos: Introduzir a leitura de literatura sobre a história do povo negro na África, no Brasil e no mundo, estimular a reflexão e o reconhecimento racial, ter conhecimentos para fazer uma análise crítica da realidade e desenvolver a autonomia para aplicação de práticas antirracistas.

Neste sentido, dividimos os 10 meses de formação que tínhamos em 10 temas, que julgamos ser relevantes para essa formação. São eles:

- 1- História do Brasil: povos originários e colonização;
- 2- África: um continente rico e diverso;

- 3- Desigualdades no Brasil: a diáspora e a escravização;
- 4- Raça, etnia e racismo no Brasil;
- 5- Tentativas de embranquecimento, o mito da democracia racial e a miscigenação;
- 6- A Branquitude e seus privilégios;
- 7- O Movimento Negro no Brasil: do abolicionismo à lei de Cotas;
- 8- O racismo estrutural no Brasil;
- 9- A educação como combate ao racismo no Brasil;
- 10- Práticas antirracistas (oficina);



Figura 7 e 8: Formações continuadas e palestra realizadas pelo suporte Sankofa
Acesso: Acervo pessoal da Autora

Imagens 7 e 8- Formações continuadas e palestras realizadas pelo suporte Sankofa

Infelizmente em julho não houve tempo para a realização da formação, devido as demandas com diários de nota e correções de avaliações em um mês de 15 dias letivos. Então, o tema número 5 foi abordado de forma mais resumida com o tema número 6 no mês de agosto. Também não houve tempo para a aplicação da oficina de práticas antirracistas no mês de dezembro, pois a demanda por resultados de aprovação, recuperação e reprovação, fez com que o dia destinado a realização da reunião pedagógica em dezembro fosse dedicado ao fechamento de resultados.

Apesar destes entraves, avaliamos as formações como muito bem-sucedidas, com a participação de todos os professores do dia, com perguntas e colocações relevantes, com diálogos e debates antes e depois das formações, com os conteúdos das formações reverberando em sala de aula e gerando a proposição de atividades voltadas para este tema com os alunos. Destacamos aqui que 5 alunas participaram também das formações juntamente com o corpo

docente. Pois elas foram convidadas a serem monitoras no espaço SANKOFA, se revezando duas vezes por semana para atender a demanda de alunos que iam ao centro buscar livros, fazer pesquisas ou buscar apoio.

Essas meninas disponibilizaram seu tempo no contra turno para auxiliar a comunidade escolar através do centro, organizar materiais, fazer pesquisas de materiais didáticos, limpar, etc. Foram essenciais para que o SANKOFA estivesse a maior parte do tempo aberto e funcionando, vide não ser possível que nós estivéssemos presentes o tempo todo.

Organizamos uma forma de trabalho por focos de atividades. As formações aconteciam mensalmente de acordo com os agendamentos, sendo necessário o suporte do material xerocado e disponibilizado com antecedência, e a organização do local da palestra no dia marcado (projektor funcionando, lugares para todos, material para prática quando solicitado pelo formador...) e esporadicamente acontecia algo e tínhamos que remanejar a agenda para não deixar “furo” de formação. Pegamos o jeito de fazer e essa parte estava bem encaminhada.

Além das formações, tínhamos pastas separadas por disciplinas que eram “alimentadas” com novos materiais quinzenalmente. Nessas pastas eram colocadas sugestões de atividades relacionadas a cultura e história africana e afro-brasileira com interdisciplinaridade com todas os componentes curriculares. Todo material era supervisionado por nós e pelas orientadoras pedagógicas antes de ir para as pastas. Inicialmente as pastas ficavam no Centro, mas percebemos que a maioria dos professores não iam buscar os materiais, não solicitavam e não estavam fazendo uso das sugestões. Então decidimos levar as pastas de sugestões de atividades até eles, colocando uma caixa com todas as pastas em cima da mesa dos professores na sala dos professores.

Os resultados começaram a aparecer rapidamente. Raramente um professor sentava-se a mesa e não mexia na caixa, procurando logo a sua disciplina. Os professores pediam a cópia do material que haviam se interessado ou tiravam fotos e essas atividades logo estavam escritas nos planos de aula e executadas nas salas de aula. Lembro de ficarmos muito felizes quando um professor dizia: “Já tem material novo? Estou indo lá ver”. Isso nos motivava a pesquisar cada vez mais atividades na internet, livros, ouvindo outras práticas, etc.

Além das formações mensais e das pastas de sugestões de atividades antirracistas interdisciplinares quinzenais, organizamos também um quadro para atender quinzenalmente diretamente alguns professores por segmento. Então dividimos os professores em 4 grupos: Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e EJA. Dentro destes segmentos íamos procurando os professores com um plano de aula nas mãos e oferecendo uma aula antirracista, de acordo com um conteúdo daquele bimestre (tínhamos acesso aos planos de

curso) e dávamos todo o suporte para a aplicação da aula. Neste sentido fazíamos um rodízio de professores de diferentes segmentos, garantindo que a maioria fosse atendida até o fim do ano letivo de 2023.

A parceria da escola foi fundamental para a execução das atividades, pois materiais didáticos como papeis, tintas, colas, tecidos, xerox... todo material que era necessário e a escola possuía foi cedido ao projeto. Além da parceria das orientadoras pedagógicas dos três turnos, que começaram a cobrar em planos de aula e avaliações conteúdos relacionados a lei 10.639.

É de extrema importância destacar a bolsa do CAPES que também ajudou a financiar o projeto, permitindo a compra de muitos livros, jogos, mapas, transporte de formadores e outros materiais para o desenvolvimento de atividades.

A abordagem de conteúdos relacionados a Cultura e História Africana através de jogos também foi uma prática do Centro. Ensinamos os alunos a confeccionar e jogar mandalas e adugos com materiais pedagógicos (papeis, TNTs, madeira, sementes) além de fornecer esses mesmos jogos em materiais diferenciados (plástico e acrílico) para o uso em sala de aula e recreações.



Figura 9 e 10: Jogos matemáticos africanos e afro-brasileiros

Acesso: Acervo pessoal da Autora

Outra prática também possibilitada pelo SANKOFA foram os passeios. Através do setor de Transportes da SEMED conseguimos promover vários passeios culturais voltados para a cultura e história africana e afro-brasileira.

Essa prática se dava da seguinte forma: pesquisávamos locais voltados para a temática da lei 10.639, museus, teatros, exposições móveis, musicais, rodas de samba e capoeira, etc. e entrávamos em contato para saber sobre a possibilidade de entrada gratuita. Caso conseguíssemos a entrada, fazíamos o projeto para apresentar ao setor de transportes da

SEMED para conseguir o ônibus. Alinhávamos tudo e os professores apontavam os alunos que seriam contemplados com o passeio cultural, pois infelizmente não havia possibilidade de levarmos todos e para não privilegiarmos uma turma sobre outra, eram escolhidos pelos professores de forma coletiva dois alunos de cada turma.

Esporadicamente os locais eram repetidos para atender outros alunos, como por exemplo o MUHCAB- Museu da História e Cultura Afro-Brasileira, onde fomos quatro vezes em 2023, ou A Pequena África, onde fomos três vezes em 2023. Crianças de 4 anos de idade e senhoras de 80 anos, juntas descobrindo a história dos seus ancestrais. Isso é sankofa para nós!



Figura 11: Passeio a Pequena África
Acesso: Acervo pessoal da Autora



Figura 12: Passeio ao MUHCAB /Acesso: Acervo pessoal da Autora

Atividades lúdicas e culturais coletivas aconteceram muitas vezes ao longo do ano, como rodas de capoeira, rodas de leituras de poesias e apresentações de biografias negras, confecções de murais com grandes personalidades negras brasileiras, etc. Nosso cotidiano sempre tinha algo voltado para a temática da lei 10.639 acontecendo. Ou no pátio, na sala de aula, na biblioteca, no refeitório e até na cozinha, trabalhamos as questões de cultura e história afro-brasileira.



Figura 13: Mural sobre protagonismos negros
Acesso: Acervo pessoal da Autora



Figura 14: Roda de Capoeira organizada pelo Sankofa
Acesso: Acervo pessoal da Autora

E o projeto foi sendo divulgado e levado para outros espaços. Apresentamos o projeto SANKOFA: Centro de Cultura e História Africana e Afro-Brasileira no Congresso Nacional da UERJ, na COPENE Sudeste (Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros) 2023, no Nova Iguaçu pela Igualdade Racial, evento organizado pela Secretaria da Igualdade Racial de Nova Iguaçu em 2023 e ficamos na segunda fase do Prêmio Educador Transformador de 2023.



Figura 15 e 16: Apresentação do Projeto Sankofa no Congresso Nacional do ProfHistória e no Congresso Nova Iguaçu pela Igualdade Racial
Acesso: Acervo pessoal da Autora

3.1.1.- Alguns exemplos de atividades desenvolvidas através do Sankofa:

Seria impossível e inviável para nós apontar e descrever individualmente aqui todas as atividades pedagógicas desenvolvidas através do SANKOFA: Centro de Cultura e História Africana e Afro-Brasileira. Então, vamos apresentar de forma detalhada quatro atividades, uma de cada segmento que a escola possui, que foram propostas pelo Centro e desenvolvidas juntamente com os professores das turmas, para que se possa fazer uma análise de algumas delas. Os planos de aula de cada uma das aulas apresentadas estão nos anexos dessa dissertação.

- Segmento: Educação Infantil

Turma: Infantil V.A

Professora Adriana Chagas

Número de alunos da turma: 25

Número de alunos no dia da aula: 19

Data da aula: 17 de abril de 2023

Tema da aula: Auto reconhecimento e autoestima

Essa aula teve como objetivo principal estimular o auto reconhecimento individual de cada aluno, valorizando suas características fenotípicas e culturais, mostrando que as diferenças físicas existem e fazem parte de uma herança genética e histórica de cada um e que devem ser respeitadas.

Foi uma aula lúdica e muito interessante. Inicialmente as crianças fizeram comentários negativos do cabelo da personagem e até de si mesmos, mas conforme a aula ia acontecendo e a professora ia contando a história, mostrando as imagens e intervindo e dando explicações sobre heranças físicas e culturais, sobre a importância de termos orgulho do lugar e da família que viemos e que todas as belezas precisam ser respeitadas, as opiniões e comentários iam mudando. Quando a parte da autoimagem chegou as falas já eram outras e alunos que inicialmente tiveram dificuldades de se autodeclarar negros e bonitos, já se olhavam no espelho e se auto elogiavam. Foi lindo ver essas descobertas de si mesmos através dos relatos e das produções visuais.



Figuras 17 e 18: O cabelo da Lelê na Educação Infantil
Acesso: Acervo pessoal da Autora

- Segmento: Ensino Fundamental _ anos iniciais

Turma: 501

Professor: Marcelo Everson

Número de alunos da turma: 38

Número de alunos no dia da aula: 35

Data da aula: 12 de agosto de 2023

Tema da aula: Adinkras

Essa aula teve como objetivo principal apresentar os adinkras, seus usos e significados e o povo Ashanti, mostrando a localização dos países em que os Ashantis viviam, alguns aspectos da sua cultura, organização social e econômico.

A aula contou com os símbolos adinkras transformados em figurinhas para comunicação em redes sociais e mural coletivo de adinkras. Foi bastante interessante ver a percepção dos alunos sobre os adinkras e os significados positivos e negativos que os símbolos carregam.

As falas dos alunos mostravam surpresa ao ouvir sobre as minas e riquezas dos povos Ashantis e a tecnologia usada para invenção dos adinkras. A aula levou-os a perceber que os povos africanos têm mais desenvolvimento e capacidade intelectual do que julgavam.



Figura 19: Figurinhas para Whats App dos Adrinks/ Acesso: Acervo pessoal da Autora



Figura 20: Aula povos Ashantes e os Adinkras
Acesso: Acervo pessoal da Autora

- Segmento: Ensino Fundamental II

Turma: 902

Professor: Daniel Medina (História)

Número de alunos da turma: 42

Número de alunos no dia da aula: 34

Data da aula: 26 de setembro de 2023

Tema da aula: Religiões afro-brasileiras como espaços de sociabilidades e resistências.

O objetivo principal dessa aula foi compreender as religiões afro-brasileiras como elemento cultural do povo negro e como forma de resistência, respeitando-as. Decidimos planejar essa aula devido a um ataque que o Terreiro de Umbanda Mãe Iemanjá e Ogum localizado em um bairro próximo a escola sofreu. Infelizmente os terreiros do município de Nova Iguaçu são constantemente alvo de ataques de racismo religioso e precisamos abordar o tema da diversidade religiosa nas escolas, sendo inclusive uma orientação da Secretaria de Educação.

A aula foi muito reflexiva, os alunos falaram o que pensavam sobre o assunto e contaram casos de ataques que tinham conhecimento ou que haviam vivido. Foram apresentadas fontes históricas mostrando a criminalização destas religiões no passado e como os integrantes dessas religiões sofrem ainda hoje com o preconceito e racismo.

Como forma de avaliação foi proposto uma entrevista com integrantes de religiões de matrizes africanas e os relatos foram muito ressignificantes e inspiradores, levando a reflexão sobre a diversidade e respeito religioso por parte da turma.



Figura 21: Roda de conversa sobre tolerância religiosa
Acesso: Acervo pessoal da Autora



Figura 22: Aula sobre Racismo Religioso
Acesso: Acervo pessoal da Autora

Imagem 22- Aula sobre Racismo religioso no Ensino Fundamental anos finais

- Segmento: EJA

Turma: VII fase

Professor: Wanderson Santi (História)

Número de alunos da turma: 25

Número de alunos no dia da aula: 20

Data da aula: 24 e 25 de outubro de 2023

Tema da aula: Tranças africanas como símbolo de resistência e identidade

A ideia para desenvolver essa aula veio de uma aluna chamada Vanessa de 15 anos, que chegou certo dia super feliz na escola por que estava de tranças. Eu tenho o hábito de elogiar as alunas e alunos, sempre procurando levantar a autoestima deles e neste dia Vanessa estava radiante com suas tranças e quando fui elogiar ela disse que além de estar feliz com as tranças estava feliz porque tinham sido feitas por sua irmã mais velha, a quem ela admirava muito por estar fazendo faculdade, que na família dela ninguém tinha faculdade e sua irmã era uma espécie de heroína em casa por este feito. Me emocionei na hora e abracei Vanessa dizendo a ela que ela também faria faculdade se se dedicasse aos seus estudos. Lembrei-me imediatamente do livro Betina da Nilma Lino Gomes e propusemos uma aula voltada para este tema ao professor Wanderson, que na hora adorou.

A aula foi incrível, os olhos deles brilhavam ao ver as imagens das tranças, ao mostrar e falar sobre suas próprias tranças, ao compreender que as tranças eram mais do que moda ou um simples penteado para os povos africanos, mas marcavam locais de quilombos, rotas de fugas, comunicações, a que grupo pertenciam, etc. Cantaram lindamente e aprenderam sobre a revolta dos Malês e a importância da negritude ancestral.

Essa aula foi diferenciada por ter uma continuação. No dia seguinte a noite da aula das tranças os alunos compareceram à escola a tarde para participar de uma oficina de tranças oferecida por uma trancista do bairro e mãe de alunas do turno da manhã, que com toda empatia e paciência ensinou a arte das tranças e contou um pouco da sua história, bem semelhante a de Betina do livro.

Chamamos as alunas do quarto ano da tarde para participar da oficina de tranças como modelos para os alunos da noite aprenderem a trançar. O sentimento de aprender algo para compartilhar com alguém é maravilhoso, é sankofa, e foi o que vimos aquela tarde.



Figura 23: Oficina de Tranças
Acesso: Acervo pessoal da Autora



Figura 24: Tranças feitas pelas próprias alunas de forma colaborativa
Acesso: Acervo pessoal da Autora

Esperamos ter conseguido mostrar um pouco do muito que tentamos fazer através da existência e atuação ativa e direta de SANKOFA junto à comunidade escolar da Escola Professora Lima Miguel. Vygotsky diz que o desenvolvimento do pensamento parte do social para o individual. Compreendendo o meio escolar como um ambiente social, o palco da aprendizagem, o professor atua como mediador deste desenvolvimento de pensamento e aprendizagem. Nesta mediação, deve-se tomar cuidado para não incorrer em atividades mecânicas, muito repetitivas, que acabem não trazendo quaisquer obstáculos/desafios para os alunos, por isso sempre propusemos atividades dinâmicas, lúdicas e dialógicas.

Percebe-se assim quão importante é a fala coletiva (diálogo) para o aprendizado (ou, em outras palavras, o desenvolvimento cognitivo), portanto estimulamos o diálogo buscando o significado e a compreensão da palavra (conceito) daquilo que está sendo estudado, pois segundo Vygotsky (2008, p. 6-7) “uma palavra sem significado é um som vazio [...] um estudo mais profundo do desenvolvimento da compreensão e da comunicação na infância levou à conclusão de que a verdadeira comunicação requer significado – isto é, generalização”.

Paulo Freire concebe que tanto o educador quanto o educando se ensinam juntos, ambos em sua interação se educam, ocorrendo assim o diálogo (a interação professor-aluno). O diálogo é o encontro entre os homens, intermediado pelo mundo, para nomear esse mundo. Se for por meio da palavra, ao nomear o mundo, que os homens o transformam, o diálogo se impõe como o caminho pelo qual os homens encontram o significado de serem homens. Logo, o diálogo se constitui como uma necessidade existencial [...] não pode se limitar ao fato de uma pessoa “depositar” ideias em outra, como também não pode se tornar uma simples troca de ideias, que “seriam consumidas” por aqueles que estão conversando. Também não consiste numa discussão hostil [...] na imposição da própria verdade (Freire, 2016, p. 135-136). Assim, baseado em

coletividade, valorização de saberes e culturas e afirmação de identidade, se formou e vem se sustentado Sankofa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O preconceito e desigualdade racial são uma realidade no Brasil, infelizmente, após séculos de escravização africana, houve, após muita resistência e luta do povo negro uma abolição realizada sem nenhum tipo de amparo social, político e econômico. Criou se um projeto de marginalização contra o povo negro deste país e vários outros exemplos de silenciamento e exclusão. A existência de uma lei que obrigue o ensino da cultura e história Africana e Afro-Brasileiras nas escolas brasileiras é, sem dúvida, um grande avanço, porém, como muitas outras leis desse país, não podemos permitir que a Lei 10.639 exista somente no papel, que seja mais uma lei para “inglês ver”, precisamos, enquanto cidadãos conscientes da história do nosso país e como professores e professoras, comprometidos com uma educação libertadora, transformadora e equitativa, desenvolver estratégias e projetos para que a lei realmente seja aplicada e cumpra a principal função: diminuir os preconceitos raciais e promover a igualdade racial . “ Muito embora haja vasta legislação no âmbito penal que tipifica o racismo e o preconceito como crimes, além de legislação educacional que prevê o trabalho de conscientização acerca dessas condutas, ainda não foram medidas capazes de mudar a cultura brasileira, o que demonstra a necessidade de um trabalho educacional de base, desde a mais tenra idade, para que o racismo estrutural deixe de se tornar uma prática corriqueira. Assim, agindo na contraposição do preconceito, a partir de uma perspectiva da Pedagogia decolonial, é importante que seja proposto um trabalho intercultural, onde as várias culturas que compõem o caldo cultural brasileiro tenham vez e voz no espaço social” ” (in 20 anos da lei nº 10.639/03 e 15 anos da lei nº 11.645/08 Avanços, conquistas e desafios)

O Sankofa: Centro de Cultura e História Afro_ Brasileira foi criado e desenvolvido de forma colaborativa com a comunidade escolar com a intenção de contribuir para que alunos e alunas da Escola Municipal Professora Iramar da Costa Lima Miguel possam ter acesso aos saberes ancestrais dos povos negros , resgatando suas origens e autoestima e se colocando como protagonistas de suas histórias, buscando transformações em suas realidades, permeado por uma convivência mais harmoniosa e igualitária.

Através de diversos tipos de atividades e conteúdos, tivemos por objetivo mostrar a capacidade de vencer as dificuldades e preconceitos impostos ao povo negro em nosso país,

resgatando origens e identidades silenciadas no processo de diáspora negra e racismo estruturado no Brasil.

Por meio de cursos de formações continuadas e palestras, em horário de serviço, preparar professores para trabalhar as ações da Lei 10.639 em sala de aula no âmbito geral e nas diversas disciplinas, oferecendo suporte específico a cada componente curricular... tudo isso, a partir do *Sankofa*.

As pesquisas para o desenvolvimento dessa dissertação mostraram que apesar de avanços no campo da divulgação das propostas de pedagogias e estratégias para a educação antirracista, ainda temos muito a avançar, vide a maioria dos municípios do Brasil não apresentarem ainda ações concretas e contínuas para preparar os professores e oferecerem suporte para aplicação da lei 10.639 da forma como foi instituída.

Conhecer a história e a cultura dos povos africanos e como o racismo se desenvolveu e consolidou no Brasil são formas de combater o preconceito e a desigualdade, além de aumentar a autoestima e os potenciais de alunos e alunas negros, que representados, valorizados e respeitados dentro das escolas tem muito mais chances de não estarem em estatísticas de criminalidade e evasão escolar.

A proposta pedagógica do Sankofa é oferecer letramento racial ao corpo docente da escola e também o suporte para que as atividades sejam desenvolvidas, auxiliando na conscientização e na prática da educação antirracista. Acreditamos que saber quem você é, conhece suas raízes e entender que este país é diverso, desnaturaliza o racismo, expondo sua estruturação e combatendo-o. Somente assim alcançaremos uma sociedade com mais equidade e justiça social. O passado não pode ser alterado, mas se não o resgataremos e ressignificarmos não teremos as mudanças sociais, econômicas, religiosas e culturais que necessitamos enquanto humanidade.

Diante do exposto, acreditamos que Sankofa é importante para a escola e para que a cultura e história do povo negro seja contada pelos próprios protagonistas, para que o conceito de *sankofa* seja algo vivo e ativo na realidade escolar e memória dos sujeitos. É necessário retornar ao passado e resgatar o que ficou para trás, para juntos, construirmos um futuro mais igualitário e harmônico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p

APPLE, M.W. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

ARROYO, M. G. **Currículo: território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, Diário Oficial da União, Brasília: v.135, nº 248, 23 de dezembro de 1996. Brasília, DF.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana> Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial, SEPPIR/PR; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, SPM/PR**. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: MEC/SPM, 2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015510.pdf>

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CASHMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. Tradução Dinah Kleve. São Paulo: Summus, 2000. 598 p. Título original: Dictionary of race and ethnic relations.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a negritude**. In: CESAIRE, Aimé; MOORE, Carlos. (Orgs.) Discurso sobre a negritude. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. P. 107-114

CRUZ, Rosemary. **Educação Antirracista e a Prática Docente**: um olhar a partir da escrevivência e para as Práticas das professoras da Escola M. E. F. Maria das Neves Lins. João Pessoa, 2022.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante, organização** Frank Barat, tradução Hace Regina Candiane, 1º edição, São Paulo, Boitempo, 2018, pág. 86.

EVARISTO, Conceição. **A Escrevivência e seus subtextos** in DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabela Rosado . Escrevivência, a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Página 67.

FREIRE, Paulo. **A escola**, Nova Escola, N. 163, Jun-Jul, 2003.

GADOTTI, Moacir **Educação e Poder. Introdução à pedagogia do Conflito**. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1.980/1.988.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. IN: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Global, 2006.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O lugar do olhar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORRISON, Toni. **O olho mais azul**. Tradução Manoel Paulo Ferreira. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica. Coleção Cultura Negra e Identidades. 2020

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

NASCIMENTO, Luciana Guimarães. **Pensamento Racial Brasileiro** e a inclusão social da população negra: o papel da pedagogia Antirracista. Curitiba: Appris, 2023.

NOGUEIRA, O. **Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: Edusp, 1998.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo, Planeta do Brasil, 2023.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo, Planeta do Brasil, 2023

PORFÍRIO, Iago. **Entre a Palavra-Pensamento e a Palavra-Ação Zapatista**: a busca pela autonomia. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 24, n

ANEXOS

ANEXO I: QUESTIONÁRIO GOOGLE FORMS USADO PARA FAZER A PESQUISA COM O CORPO DOCENTE.

Para melhor percepção sobre o questionário que foi aplicado via Google Forms, via link: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScPbjO2zj3jK8NtdDkvBTLGQNNhn6bZ57gPZj1Z--tkOeASJw/viewform>

Também disponibilizamos aqui o modelo.

Pesquisa sobre a lei 10.639 e suas aplicações na Escola Municipal Professora Iramar da Costa Lima Miguel

Essa pesquisa faz parte da metodologia usada no projeto de Mestrado intitulado SANKOFA: Centro de Cultura e História Afro-Brasileira. Todas as informações colhidas serão analisadas em caráter estritamente científico e a privacidade dos sujeitos da pesquisa será mantida em sigilo.

- 1- Nome completo:
- 2- Em qual nível de escolaridade você leciona em 2023 na Escola M. Prof^a. Iramar da Costa Lima Miguel?
 - a) Educação Infantil.
 - b) Ensino Fundamental- anos iniciais (1º ao 5º ano).
 - c) Ensino Fundamental- anos finais (6º ao 9º ano).
 - d) EJA - anos iniciais ou finais
- 3- Autodeclaração étnico- racial ou de cor:
- 4- Você conhece a lei 10.639? Em caso positivo, como teve conhecimento da lei?
- 5- Você faz uso da lei 10.639 em suas aulas?
- 6- Caso tenha respondido a pergunta anterior de forma afirmativa, qual a frequência com que você faz uso da lei 10.639 em suas aulas?
 - a) Diariamente.
 - b) Semanalmente.
 - c) Quinzenalmente.
 - d) Mensalmente.

e) Bimestralmente.

f) Anualmente.

7- Você considera a lei 10.639 uma lei importante para o desenvolvimento do seu trabalho?

Justifique.

8- Na sua opinião, qual (is) a maior (res) dificuldade (s) para aplicação da lei 10.639 em suas aulas?

9- Qual (is) tipo (s) de suporte (s) você considera necessário por parte do poder público municipal para a aplicação da lei 10.639

10- Na sua opinião qual (is) o(s) papel (is) da educação no combate ao racismo?

ANEXO II: PLANOS DE AULA

Planos de aulas das aulas apresentadas como exemplo de atividades desenvolvidas com suporte do SANKOFA:



PLANO DE AULA: EDUCAÇÃO INFANTIL

I- Identificação:

Professora: Adriana Chagas

Disciplina: Integradas

Ano de escolaridade: Educação Infantil V

Turma: Educação Infantil V.A

Tempo de aula previsto: 2 horas

Unidade temática na qual o conteúdo da aula se insere: Conteúdo central ou tema da aula: Construção de identidade pessoal, racial, social e cultural.

Palavras chave desta aula: Auto reconhecimento, autoestima, cultura.

Campo(s) de experiência (s) da BNCC:

- Eu, o outro e nós.
- Corpo, gestos e movimentos.
- Traços, sons, cores e formas.
- Escuta, fala, pensamento e imaginação.

Objetivos:

Os alunos deverão ser capazes de:

Objetivo geral: Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário

Objetivos específicos:

- * Olhar para si através do espelho e emitir verbalmente o que veem;
- * Reconhecer seu tom de pele, textura de cabelo e outras características fenotípicas;
- * Ouvir com atenção a história O Cabelo de Lelê e adquirir informações sobre o continente e cultura africana;
- * Perceber as diferenças físicas entre os colegas de sala sem atribuir a elas valores de superioridade ou inferioridade;
- * Desenhar-se da forma como se vê.
- * Desenvolver o respeito pelas diferenças.

II- Recursos:

- * Livro paradidático O Cabelo de Lelê (Valéria Belém).
- * Espelho grande.
- * Tintas de diversas cores e pinceis.
- * Folhas de papel ofício.
- * Atividade xerocada;

III- Metodologias:

- * Análises de autoimagem.
- * Oralidade.
- *Uso de histórias lúdicas.
- *Debates.
- *Produção escrita e visual;

IV -Desenvolvimento:

*** Acolhida:**

Os alunos serão recebidos com gentileza e espaço para escuta solidária, onde os alunos podem se sentir seguros e a vontade para comentar algum assunto pessoal ou de domínio público (do bairro, da escola, da comunidade, do país, da mídia, etc.)

Após deixar com que falem e ouçam uns aos outros, a professora intervém quando achar necessário, orientando e oferecendo alguma ajuda, se for o caso.

*** Problematização:**

A aula será iniciada mostrando o espelho, circulando entre as cadeiras dos alunos e perguntando o que eles veem e deixando que comentem o que quiserem.

Após este momento de sondagem de autoimagem dos alunos a professora apresenta o livro O Cabelo de Lelê, mostrando a capa do livro e fazendo perguntas sobre a personagem Lelê. Neste momento os alunos serão induzidos a dar opiniões de beleza, atribuindo a personagem e suas características adjetivos como bonita ou feia e justificando suas respostas.

Após ouvir as opiniões as professora iniciará a contação da história que fala sobre uma menina que questiona a beleza e características de seu cabelo, buscando em um livro explicações para sua origem, aproveitando para frisar bem as explicações que o livro tras sobre o continente africano e a diversidade cultural dos povos de África. Cada página deve ser mostrada aos alunos durante a circulação entre as cadeiras e perguntas relevantes devem ser feitas em partes da história, levando os alunos a fixarem conhecimentos chaves, como o nome do continente, que o cabelo é uma herança dos nossos familiares, que nossa família faz parte de nossa história, que devemos ter orgulho de como somos e das heranças que carregamos, etc.

***Auto reconhecimento:**

Após a problematização e contextualização sobre o assunto, a professora vai disponibilizar em sua mesa copinhos descartáveis com variadas cores de tintas e oferecer aos alunos individualmente um pincel e uma folha de papel ofício.

Cada aluno será chamado pela professora até a frente da sala e será convidado a descrever o que vê. A professora pode auxiliar fazendo perguntas que levem o aluno a reconhecer seu tom de pele, a textura de seu cabelo, se ele é bonito ou feio, levando-o a acreditar na beleza própria e valorizar suas características físicas. Caso o aluno apresente dificuldade de auto reconhecimento a professora pode levá-lo a mostrar qual tinta se parece mais com sua pele, dizendo o quanto aquela cor é bonita, levando o aluno a tocar seu cabelo e sentir como é bonito.

V- Avaliação:

Em aula:

O aluno vai se desenhar com as tintas, tentando se pintar e mostrando como ele se vê.

A professora vai fazer um mural com todas as pinturas no final da aula e mostrar as diferenças e belezas entre os alunos, frisando que cada um tem sua beleza e suas heranças e que todos devem ser respeitados em suas histórias.

Em casa:

Atividade xerocada sobre o livro O Cabelo de Lelê.

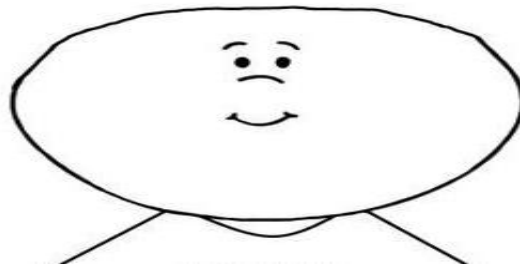
VI- Anexos:



NOME: _____ DATA: _____
TURMA: _____ PROF.(A): _____

O CABELO DE LELE

LELE APRENDEU QUE É ÚNICA E ESPECIAL.
E QUE SOMOS TODOS ESPECIAIS. PERSONALIZE O
DESENHO ABAIXO DANDO A ELE O SEU CABELO!



PLANO DE AULA: ENSINO FUNDAMENTAL I

I- Identificação:

Professor: Marcelo Everson.

Disciplina: História.

Ano de escolaridade: 5º ano.

Turma: 501.

Tempo de aula previsto: 2 horas.

Unidade temática na qual o conteúdo da aula se insere: Conteúdo central ou tema da aula: Adinkras- símbolos dos povos Ashanti.

Palavras chave desta aula: símbolos e significados, cultura africana.

Habilidades da BNCC:

(EF05HI06) Comparar o uso de diferentes linguagens e tecnologias no processo de comunicação e avaliar os significados sociais, políticos e culturais atribuídos a elas.

(EF05HI01 Identificar os processos de formação das culturas e dos povos, relacionando-os com o espaço geográfico ocupado.

(EF05HI10) Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo.

II- Objetivos:

Os alunos deverão ser capazes de:

Objetivo geral: Conhecer a história dos povos Ashanti e alguns adinkras

Objetivos específicos:

* Compreender o que são os adinkras e como foram criados.

* Entender a importância dos símbolos e seus significados para os povos da antiguidade e para os povos contemporâneos.

*Refletir sobre o mapa do continente africano, localizando os países onde viveram os povos Ashanti (principalmente Gana, Burkina Faso e Togo)

* Estudar a cultura, a economia e a organização social dos povos Ashanti.

* Desenhar os adinkras que mais se identificarem.

*Se comunicar através das figurinhas adinkras.

III- Recursos:

* Livro Adinkra (Elisa Larkin e Luiz Carlos Gá).

* Tecido, tintas e pinceis.

*Slides sobre a história os povos Ashantis.

*Telefone celular com internet.

*Atividade xerocada;

IV- Metodologias:

- * Análises de símbolos.
- * Oralidade.
- *Uso de redes sociais.
- *Debates.
- *Produção escrita e visual;

V- Desenvolvimento:

*** Acolhida:**

Os alunos serão recebidos com gentileza e espaço para escuta solidária, onde os alunos podem se sentir seguros e a vontade para comentar algum assunto pessoal ou de domínio público (do bairro, da escola, da comunidade, do país, da mídia, etc.)

Após deixar com que falem e ouçam uns aos outros, a professora intervém quando achar necessário, orientando e oferecendo alguma ajuda, se for o caso.

*** Problematização:**

A aula será iniciada mostrando no telefone pessoal do professor (caso ele esteja de acordo) ou em um cartaz com um telefone desenhado, alguns emojis e deixar que os alunos falem seus significados e seus usos. O professor pode também perguntar sobre as figurinhas, quem sabe fazer, para qual finalidades são usadas, etc.

Após ouvir os alunos, o professor apresentará o povo Ashanti e os adinkras através dos slides, mostrando sua criação, usos e significados, abordando que diversos povos antigos, como também os povos atuais, valorizam e usam os símbolos, pois eles carregam em si ideias positivas, como por exemplo o coração, e negativos, como por exemplo a suástica.

O professor mostrará cada página do livro Adinkra, lendo os nomes dos símbolos e seus significados. Os alunos serão convidados a pintar no tecido o adinkra que mais se identificou e será montado um mural coletivo de adinkras da turma.

***Desenvolvimento:**

Após a problematização e contextualização sobre o assunto, o professor vai disponibilizar no grupo de WhatsApp da turma as figurinhas dos adinkras com seus nomes e estimulará que os alunos se comuniquem através destes símbolos.

VI- Avaliação:

Em aula:

Os alunos receberão o mapa do continente africano para localizar os países onde viveram os povos Ashantis.

Em casa: Atividade xerocada

VII- Anexos



PLANO DE AULA ENSINO FUNDAMENTAL II

I- Identificação:

Professor: Daniel Medina

Disciplina: História

Ano de escolaridade: 9º ano do Ensino Fundamental

Turma: 902

Tempo de aula previsto: 2 tempos de aula (100 minutos)

Unidade temática na qual o conteúdo da aula se insere: A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição e a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações.

Conteúdo central ou tema da aula: Religiões afro-brasileiras como espaços de sociabilidades e resistências.

Palavras chave desta aula: Religiões afro-brasileiras, pós- abolição, resistências, comunidade negra.

Habilidade (s) da BNCC: EF09HI03 Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados.

II- Objetivos:

Os alunos deverão ser capazes de:

Objetivo geral: Compreender as religiões afro-brasileiras como elemento cultural do povo negro e como forma de resistência, respeitando- as.

Objetivos específicos:

- * Analisar fonte de 1920 a respeito da ação policial em um terreiro de Candomblé do município de Procópio em Salvador (BA);

- * Analisar fonte de 1890 sobre a legislação em vigor referente ao tema da aula no período estudado;

- *Analisar fonte atual sobre a ação de intolerância religiosa no Rio de Janeiro;

- * Conhecer o significado das palavras de origem africana empregadas nas fontes analisadas;

- * Compreender a vinda das religiões tradicionais de matriz africana para o Brasil;

- * Pesquisar sobre os elementos das religiões de matriz africana, respeitando-os;

- * Relacionar as religiões de matriz africanas no Brasil como forma de resistência aos preconceitos;

- *Desenvolver o respeito e empatia pelas religiões de matriz africana e seus membros;

III- Recursos:

- * Reportagens de jornais atuais sobre intolerância religiosa;

- * Slide com o decreto 847, de 11 de outubro de 1890 (Promulga o Código Penal).

- *Slide com reportagem do jornal O IMPARCIAL- (Salvador- BA ,20 de maio de 1890);

- *Telefone celular/ internet;

*Texto informativo xerocado;

IV- Metodologias:

* Análises de fontes históricas;

* Pesquisas;

*Debates;

*Entrevistas;

*Produção escrita e visual;

V- Desenvolvimento:

*** Acolhida:**

Os alunos serão recebidos com gentileza e espaço para escuta solidária, onde os alunos podem se sentir seguros e a vontade para comentar algum assunto pessoal ou de domínio público (do bairro, da escola, da comunidade, do país, da mídia, etc.)

Após deixar com que falem e ouçam uns aos outros, o professor intervém quando achar necessário, orientando e oferecendo alguma ajuda, se for o caso.

*** Problematização:**

A aula será iniciada compartilhando com os alunos algumas reportagens de jornais atuais sobre intolerância religiosa sofrida por religiões de matriz africana e deixando que as reportagens circulem entre eles enquanto comentam o que sabem sobre o assunto e o que pensam a respeito do tema.

Após este momento de sondagem dos conhecimentos dos alunos o professor contextualizará o tema abordando como estas religiões se desenvolveram no Brasil.

Os alunos receberão texto informativo a respeito do tema para que pesquisem no caderno quando tiverem dúvidas sobre o assunto.

*** Análise de fontes:**

Após problematizarmos e contextualizarmos o assunto será iniciada a análise de fontes históricas a respeito do tema. Serão projetados slides com reportagem de jornal de 1920

sobre o assunto estudado e também alguns artigos referentes ao tema, do decreto 847 que promulgou o Código Penal, relacionando a intolerância religiosa as disputas de poder e processos de silenciamento das maiorias excluídas.

Será proposto que os alunos pesquisem em seus telefones celulares, individualmente ou em grupo, os significados das palavras de origem africana presentes na reportagem do jornal O Imparcial e vamos organizar um cartaz como se fosse um grande glossário para que os saberes destas palavras se multipliquem.

VI- Avaliação:

Vamos ouvir essas maiorias minorizadas? Será proposto que os alunos façam entrevistas com integrantes de religiões de matriz africana. Será orientado como fazer uma entrevista, desde a abordagem para solicitar a entrevista, até a formulação das perguntas e a postura respeitosa em relação ao entrevistado e ao assunto abordado.

Caso seja permitido, eles poderão tirar fotos que mostrem os elementos da cultura afro-brasileira como símbolos de resistência aos preconceitos.

Vamos expor os resultados auditivos (gravações), escritos (quem porventura tenha feito a entrevista escrita) e visual (fotos), ressignificando as informações a respeito do tema estudado nesta aula, mostrando a importância e beleza da diversidade religiosa e das religiões de matriz africana como processo de resistência e afirmação da cultura afro-brasileira.

VII- Anexos:



Fonte: O DIA. Rio de Janeiro, RJ, 17 de junho, Intolerância religiosa leva menina a ser apedrejada na cabeça<<http://www.odia.com.br>.



Fonte: O IMPARCIAL. Salvador-BA: 20 mai. 1920 *apud* CASTILLO, Lisa Earl. A fotografia e seus usos no candomblé da Bahia. Alagoinhas-BA: Pontos de Interrogação, v. 3, nº 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/1579/1040>>

Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 (Promulga o Código Penal)

DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos:

[...]

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

[...]

Art. 158. Ministrarr, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro:²⁰

²⁰ BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 (Promulga o Código Penal). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>

PLANO DE AULA EJA

I- Identificação:

Professor: Wanderson Santi

Disciplina: História

Ano de escolaridade: VI fase

Turma: VI fase A

Tempo de aula previsto: 2 tempos de aula (100 minutos)

Unidade temática na qual o conteúdo da aula se insere: A cultura e a identidade dos povos africanos.

Conteúdo central ou tema da aula: Tranças africanas como símbolo de resistência e identidade

Palavras chave desta aula: tranças, resistência, cultura, identidade.

Habilidade (s) da BNCC: (EJA-CH1)- Apropriar-se do corpo, compreendido como objeto histórico, submetido a sucessivas intervenções.

(EJA-CH2)- Perceber que os conceitos “belo” e “feio”, “normal” e “anormal”, “saúdável” e “doente” variam no tempo e no espaço.

(EJA-CH19)- Elaborar questionamentos a partir do estudo das práticas de consumo, da moda e da importância da aparência em diferentes contextos culturais.

(EJA-CH21)- Valorizar as diferentes culturas e respeitar as especificidades dos grupos sociais.

II- Objetivos:

Os alunos deverão ser capazes de:

Objetivo geral: Compreender a importância das tranças e do ato de trançar para os povos africanos e seus descendentes

Objetivos específicos:

* Entender a origem das tranças como uma forma de resistência.

- * Relacionar as tranças africanas a identidade e cultura negra ancestral.
- * Aprender a trançar os cabelos;
- * Entender as tranças como reafirmação da negritude e memória ancestral.

III- Recursos:

- * Livro paradidático Betina (Nilma Lino Gomes)
- * Slides com a história das origens, diversidades e significados das tranças.
- * Materiais diversos para trançar os cabelos (pentes, pomadas, adornos...)
- * Música Trança (Larissa Luz, Eduardo Andrade e Pedro Itan)
- * Texto informativo xerocado;

IV- Metodologias:

- * Análise de letra de música.
- * Oficina;
- * Debates;
- * Contação de história.

V- Desenvolvimento:

*** Acolhida:**

Os alunos serão recebidos com gentileza e espaço para escuta solidária, onde os alunos podem se sentir seguros e a vontade para comentar algum assunto pessoal ou de domínio público (do bairro, da escola, da comunidade, do país, da mídia, etc.)

Após deixar com que falem e ouçam uns aos outros, o professor intervém quando achar necessário, orientando e oferecendo alguma ajuda, se for o caso.

*** Problematização:**

A aula será iniciada chamando a frente da sala algumas alunas e alunos da turma que usam trança e perguntando os motivos de escolherem esse penteado. Certamente as respostas serão variadas e o professor deve aproveitar e exaltar cada resposta, valorizando as opiniões e falas das alunas e alunos.

Após este momento de ouvir e valorizar os saberes dos alunos o professor irá mostrar nos slides a origem das tranças, feitas inicialmente como forma de comunicação entre os povos africanos e a grande diversidade de tranças que existem hoje em dia, mostrando lindas tranças em cabeças femininas e masculinas, inclusive em algumas pessoas negras famosas como rappers, cantores, atrizes e atores, etc, para que os alunos tenham a referências de pessoas que gostam e seguem.

Os alunos receberão um texto informativo a respeito do tema para que pesquisem no caderno sobre esse assunto quando tiverem dúvidas.

***Análise de fontes:**

Após problematizarmos e contextualizarmos o assunto será iniciada a análise da letra da música Trança, cantada pela cantora Larissa Luz. Os alunos receberão a letra da música para ouvir e cantar. Após cantar algumas vezes o professor deve chamar a atenção para algumas palavras e pontos da música, como por exemplo a frase que diz O que vem da sua raça, introduzindo o debate sobre o conceito de raça para os alunos podendo apresentar a definição de alguns autores como Stuart Hall e Munanga. A frase Penteado Malê citada na música também abre espaço para o debate sobre a Revolta dos Malês, ligando as tranças ao movimento de resistência.

VI- Avaliação:

Para introduzir a avaliação o professor fará a leitura do livro paradidático Betina de Nilma Lino Gomes, que conta a história de uma menina que aprendeu a arte de trançar com a avó, que aprendeu com seus ancestrais, e transforma as tranças no seu trabalho, melhorando sua vida econômica e dando palestra na escola para motivar outras pessoas.

Os alunos serão convidados a fazer parte de uma oficina de tranças, onde aprenderão com uma mãe de alunas da escola (de outro turno) a trançar seus próprios cabelos e o de outras pessoas, podendo inclusive servir como fonte de renda.

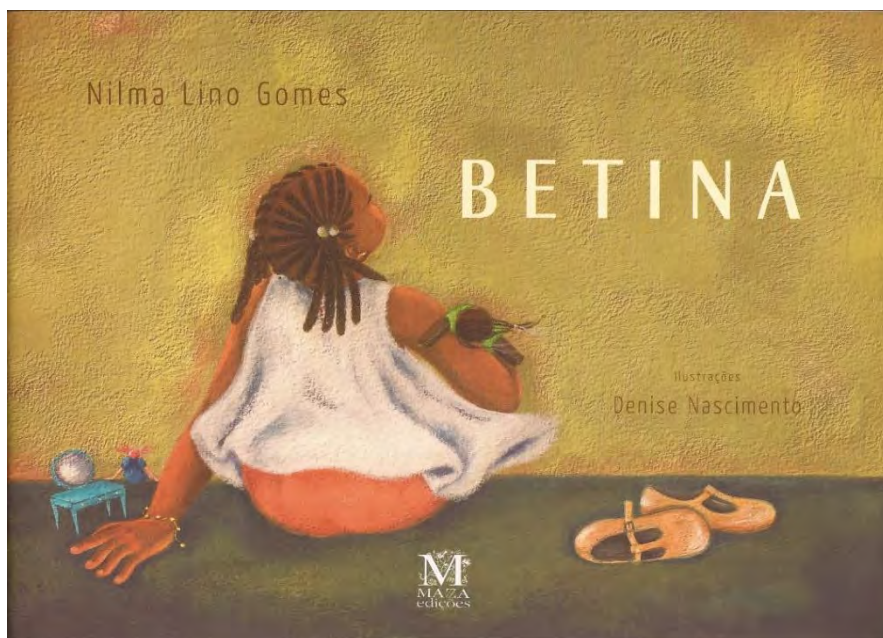
VII- Anexos:

LUZ, Larissa . *Trança*

Faz a cabeça da menina
Comunica e entrelaça
Diz o que vem da sua raça
Estampa identidade
Atitude consciente

Raiz desenha sua mente
 A cabeça da menina experimenta não disfarça
 Diz o que vem da sua raça
 Vontade vem da alma
 Sinta o presente
 Raiz desenha sua mente
 Nega, agô!
 Jeito ousado de ser, penteado malê!

Balança neguinha essa trança!
 Atrevida vai na dança
 De rua
 Não cansa



ANEXO III: ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA

Entrevista com a Secretária de Nova Iguaçu Maria Virgínia de Andrade da Rocha.

Local: Gabinete secretarial

Data: 18 de dezembro de 2023

Transcrição da entrevista:

Viviane: Em janeiro deste ano a lei 10.639 completou 20 anos de existência. Como a senhora avalia a criação desta lei e sua implementação no município de Nova Iguaçu?

Secretária de Educação: A criação da lei é super relevante e importante, principalmente para nortear essa pauta junto as Secretarias Municipais, Estaduais, a rede privada, que também é muito importante a gente destacar, em toda educação em nosso município. Mas eu queria também aqui destacar para vocês que a nossa população iguaçuana, assumiu esse compromisso e a gente tem feito uma formação continuada com os professores, para abordar exatamente, todas essas questões de diversidade como um todo e principalmente a lei 10.639 de 2003. Eu particularmente enquanto gestora, acho que é uma ação fundamental e importante e que resgata muitas questões relacionadas a discriminação, mas no sentido da luta mesmo, para gente poder avançar essas questões que são históricas em relação a cultura e africanidades.

Viviane: Essas formações continuadas têm acontecido nas escolas municipais?

Secretária de Educação: Não, nas escolas municipais não. É na rede, na rede de ensino. Desde quando a gente implementou esse projeto que é o Minha Escola Contra o Racismo as formações têm acontecido na Casa do Professor.

Viviane: Implementar a lei 10.639 faz parte de uma proposta maior que é a implementação de uma educação antirracista. Como essa proposta tem acontecido na prática dentro das escolas municipais de Nova Iguaçu?

Secretária de Educação: Eu vou falar sobre os objetivos. Pode ser? Então assim, na prática, qual o objetivo principal? É a gente ter estratégias pedagógicas, adotar estratégias pedagógicas de valorização da diversidade e do combate ao etnocentrismo. Esse é o nosso objetivo geral, buscando desenvolver nos alunos da rede a construção de uma identidade étnica e conscientizá-los a igualdade dos direitos sociais, civis, culturais e econômicos. Então assim, diante desse objetivo principal é fazer o que? Realizar formação, possibilitar a compreensão da cidadania e da participação social e política, incentivar o posicionamento crítico, tanto dos alunos quanto dos professores, reconhecer essa questão da diversidade cultural também do país através do currículo. Promover essa reflexão. É importante eu falar como isso acontece na prática?

Viviane: Sim, por que a gente tem os objetivos, mas como ele se traduzem na realidade?

Secretária de Educação: Tá, entendi! Então assim no Ensino Fundamental I a gente tem alguns temas que são abordados mais diretamente com novos alunos, que é a africanidade e os indígenas brasileiros. Esses dois temas e no Ensino Fundamental II a intolerância religiosa.

Viviane: E na Educação Infantil?

Secretária de Educação: Na Educação Infantil não está contemplado aqui diretamente no projeto.

Viviane: A lei contempla!

Secretária de Educação: Mas a lei contempla, é verdade!

Viviane: Então é uma lacuna né?

Secretária de Educação: É uma lacunazinha que a gente tem que preencher!

Deixa eu só complementar aqui pra você o que acontece dentro da escola. Pesquisas de vários temas relacionados a lei, tem apreciação de filmes, dentro das escolas, é uma prática muito positiva, os alunos ficam muito interessados e dali surgem várias discussões que são importantes também, poemas, contos, músicas, Então assim, de uma maneira lúdica você consegue trazer isso pra realidade das crianças menores do Fundamental I. A questão da alimentação também é um ponto importante, que é trabalhado dentro dessas pesquisas. Tem apresentação de coreografias. Teve uma situação que aconteceu dentro de uma escola muito legal, sobre as ervas medicinais. As crianças ficavam explicando e ficavam super curiosas e elas tinham várias dessas ervas dentro de casa e não sabiam, então foi uma coisa muito legal que aconteceu na escola rural. Apreciação de capoeira, desfile com roupas, culinária, que eu falei a alimentação. Ah, os trajes também, turbantes, que na EJA é um sucesso e a gente consegue perceber o pertencimento, os alunos conseguem se enxergar de fato como eles são, se respeitarem, não precisam querer serem outras pessoas. Máscaras, tapetes também, então assim, rodas de conversas e livros, principalmente. Uma gama de atividades.

Viviane: Na sua opinião a Secretaria de Educação de Nova Iguaçu, fornece o suporte necessário para que a lei 10.639 seja uma realidade dentro das escolas municipais? E que suportes são esses?

Secretária de Educação: O que a secretaria de educação tem feito?

A gente tem orientado através de projetos, que alguns são permanentes e outros não, tem orientado as escolas. Não como uma situação individual, pontual, como uma situação geral, como rede, para ir alinhando isso. Por que? Porque ainda há resistência, não só em relação a lei, mas em outros aspectos também, em relação a Educação Infantil e várias outras pautas que são pedagógicas e a gente sabe que não tem que ficar passando a visão do que a gente acredita, mas aquilo que de fato pode acontecer e a escola não engessada, ela consegue trabalhar de uma

maneira mais flexibilizada e aí automaticamente a gente tem os resultados que a gente precisa para os nossos alunos. Então o que acontece: eu acredito que sim, eu creio que sim e a cada ano a gente tem melhorado mais, a gente tem verificado as fragilidades e tem pontuado nessas (escolas) que a gente acha importante fazer um direcionamento para os professores e a equipe pedagógica de um modo geral.

Viviane: Um dos projetos permanentes da SEMED é referente a esse tema o Minha Escola Contra o Racismo, que acontece em novembro nas escolas municipais. Na sua opinião o projeto vem alcançando seu objetivo, que é diminuir a intolerância e o respeito as diversidades? Além desse projeto que é anual, há alguma outra ação perene e consistente para garantir o cumprimento da lei 10.639 dentro das escolas município de Nova Iguaçu?

Secretária de Educação: Então, esse projeto, eu queria abrir um parêntese, esse projeto, a proposta dele é que aconteça o ano todo.

Viviane: Mas ele acontece o ano todo?

Secretária de Educação: Acontece, por que a gente tem cobrado que ele aconteça, por que a proposta é essa. As culminâncias elas devem acontecer em novembro, que aí você destacou que é um projeto de novembro, mas não é.

Ele é um projeto permanente da Secretaria de Educação. E a gente colocou ele como permanente exatamente por conta do que a gente acredita e da lei, que ela tem sim que ser cumprida.

Viviane: Então na avaliação da senhora ele vem acontecendo o ano todo nas escolas de Nova Iguaçu?

Secretária de Educação: Ele vem acontecendo o ano todo nas escolas de nova Iguaçu. Aí eu vou abrir um parêntese, em algumas escolas a gente precisa direcionar, em outros não. Monitorar, cobrar, acompanhar de perto.

Em outras escolas não é que a gente não precise fazer isso, precisa também, com a supervisão, com a equipe pedagógica, com a devolutiva dos trabalhos que são realizados dentro da escola, até pra gente saber enquanto rede, qual é o nível, qual a estrutura pedagógica que eles estão trabalhando dentro de cada U.E, por que esse é o nosso papel e em outras não por que já flui.

Viviane: A senhora consegue diferenciar quando a senhora recebe essa devolutiva do que foi feito, para apresentar a SEMED e cumprir uma agenda e quando foi feito realmente por que se acredita na educação antirracista?

Secretária de Educação: A gente consegue diferenciar!

Viviane: E o que tem acontecido? Mais para cumprir agenda e mostrar a foto ou mais por que se acredita na educação antirracista?

Secretária de Educação: Mais por que se acredita na educação antirracista, os professores têm levantado junto conosco essa bandeira.

Viviane: Numa porcentagem das 144 escolas de Nova Iguaçu, quantos por cento a senhora acredita que realmente aplica essa lei numa perspectiva de educação antirracista?

Secretária de Educação: Isso eu preciso perguntar pro pedagógico. Por que eu acho que é importante sim esse dado.

Viviane: Por que a gente não está aqui propondo uma lei pra inglês ver, a gente está propondo realmente uma mudança, uma transformação.

Secretária de Educação: O que é cumprir uma agenda? É quando você chega e você vê que as crianças estão ali puramente dançando, mas elas não estão vivenciando, não sabem nem o que está acontecendo, é o evento. As pessoas chegam e você vê tá tudo lindo, tão bonito, aí você vê... a criança tá ali mas tem o pertencimento, não é só aquela ação, são várias outras ações você chega na sala de aula você também consegue perceber alguns trabalhos, outros que não aconteceram ali naquele momento, que é um resultado de um trabalho que foi feito na escola .

Viviane: É por que a educação antirracista não pode ser uma coisa em paralelo, ela tem que se real, eficaz.

Secretária de Educação; E é muito importante no nosso país!

Viviane: Quais são os principais entraves para real a implementação da lei 10.639 nas escolas de Nova Iguaçu? E se há algum tipo de dotação orçamentaria e equipe técnica especializada para viabilizar Políticas Públicas nessa área?

Secretária de Educação: Então a resistência da comunidade escolar, por que tem muitas pessoas que infelizmente não conseguem entender a proposta da lei, acham que é questão religiosa e não é.

Viviane: Mas a senhora não acha que essas pessoas não entendem é por que falta formação?

Secretária de Educação: Sim, claro, mas por isso a lei, e é por isso que a gente tem que trazer desde o Ensino Fundamental.

Sim, a Maria Elione coordena a equipe técnica. Não há dotação orçamentaria específica para a lei. Temos para as propostas pedagógicas, mas é genérico, específico para a lei não. Mas acho que seria importante em vários aspectos.

ANEXO IV: DOCUMENTAÇÃO DA MATRÍCULA

A Ficha de Matrícula é o documento formal que vincula o aluno a uma unidade escolar. Deve conter dados de identificação do aluno, endereço residencial, curso, ano de escolaridade/fase, turno, turma, ano letivo, cor, raça, data, assinatura do responsável legal, deferimento da Direção e espaço para observação.

A Ficha de Matrícula, por sua natureza, é de tal responsabilidade que deve ser preenchida por funcionários experientes ou treinados pelo Secretário Escolar;

A matrícula só pode ser deferida pelo (a) Diretor (a).

A Ficha de Matrícula não deve conter rasuras, espaços em branco ou aplicação de corretivos. É necessário a assinatura do responsável no espaço referente a renovação de matrícula, em todos os níveis e modalidades de ensino.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 E. M. _____

FICHA DE MATRÍCULA

Deferido: ____/____/____

Diretor (a)

Nome Completo do Aluno (a) sem abreviar

Tendo apresentado os documentos necessários e fornecendo os dados abaixo,
 requer matrícula na Educação Infantil (____), ____ ano de escolaridade,
 ____ Fase da Educação de Jovens e Adultos, para o ano letivo de ____.

DADOS SOBRE OS ALUNOS	
Identificação única (Código gerado pelo INEP): _____	
Número de Identificação Social (NIS): _____	
Nascimento: Data: ____/____/____, Sexo: () Masculino () Feminino	
Naturalidade: _____	
Nacionalidade do aluno (a): () Brasileira () Brasileira – nascido no exterior e naturalizado () estrangeira	
Cor /Raça: () Branca () Parda () Preta () Amarela () Indígena () Não declarada	
Data de ingresso na escola: ____/____/____, Grupo sanguíneo: _____	
Aluno por Transferência: () Sim () Não	
Origem: () Estadual () Municipal () Particular () Brasil Alfabetizado () Tecendo o Saber	
Outros (): _____	
Unidade Escolar de Origem: _____	
Endereço: _____ Nº: _____	
Complemento: _____ Bairro: _____	
Cidade: _____ CEP: _____ Tel: _____	
DADOS SOBRE OS PAIS	
Nome do Pai: _____	
Naturalidade: _____ Profissão: _____	
Nome do mãe: _____	
Naturalidade: _____ Profissão: _____	
Responsável: _____	
DOCUMENTO (O aluno deverá ser cadastrado mesmo sem informação de documento)	
Número de Identidade: _____ Compl. de Identidade: _____	
Órgão Emissor da Identidade: _____ UF da Identidade: _____	
Data de Expedição da Identidade: ____/____/____ Cartão Civil: () Nascimento () Casamento	
Número do Termo: _____ Folha: _____ Livro: _____	
Data de Emissão: ____/____/____, Nome do Cartório: _____	
UF do Cartório: _____ Número do CPF: _____ Doc. Estrangeiro / Passaporte: _____	

Nova Iguaçu, ____ de ____ de ____.

 Assinatura do Responsável